pp
33

ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
BIBLIOTECA CENTRAL
CIDADE UNIVERSITARIA
CAIXA POSTAL 1076
50,000 RECIFE-PERNAMBUCO-BRASIL

SUMÁRIOS DE PERIÓDICOS
BC - UF

REVISTA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

JANEIRO-MARÇO — 1974 — NÚMERO 1

ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

Universidade Federal de Pernambuco

(Anteriormente publicada sob o nome:
Estudos Universitários. Revista de Cultura
da Universidade | do | Recife)

Editada, trimestralmente, pelo Departamento de Extensão
Cultural da Universidade Federal de Pernambuco

Impressa nas Oficinas Gráficas da Editora Universitária

Capa de Wilton de Souza

Número avulso: Cr$ 5,00; atrasado: Cr$ 8,00

Assinatura anual (quatro números): Cr$ 15,00

Estrangeiro: número avulso: US$ 1.00; atrasado: US$ 2.00

Assinatura anual: US$ 6.00

ENDEREÇO: Rua Moraes Rêgo — Cidade Universitária
RECIFE — PERNAMBUCO — BRASIL

Est-s univ-s R. Cult. Univ. Fed. Pe., Recife, 14 (1): p. 1-98/1-64 Jan.-Mar. 1974

ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

Diretoria Executiva

Diretor: Reitor *Prof. Marcionilo de Barros Lins*

Diretor-Assistente: *Prof. Luiz Delgado*

Secretário: *Prof. César Leal*

CONSELHO DIRETOR

Prof. Aluísio Bezerra Coutinho

Prof. Arlindo Pontual

Prof. Ariano Suassuna

Prof.ª Cecília Maria Domenica Sanioto Di Lascio

Prof. Lourival Vilanova

Prof. Nilo Pereira

Prof. Ruy João Marques

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

I 86

Est-s univ-s R. Cult. Univ. Fed. Pe. | Recife | Vol. 14 | n. 1 | p. 1-98/1-64 | jan. / mar. 1974

Estudos universitários; revista de cultura |da| Universidade Federal de Pernambuco, v. 1 — jul./set.— , 1962 — Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1962 — trimestral.

De jul. 1962 até ago. 1964 foi publicado sob o título Estudos universitários; revista de cultura da Universidade do Recife.

Diretor: 1962-ago. 1964, João Alfredo Gonçalves da Costa Lima. 1964-set. 1971, Murilo Humberto de Barros Guimarães. 1971-ago. Marcionilo de Barros Lins.

1. Educação Superior — Periódicos. I. Título.

378.4 (CDD, 16. ed.) Pe-UF
378.5 (813.41) (05) (CDU) BC-71-1754

Livros, cartas e pedidos de assinatura devem ser enviados para: ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS — Avenida Prof. Moraes Rêgo — Cidade Universitária — Recife — Pernambuco — Brasil

ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

Ensaios

Ciência, tecnologia e universidade no Brasil — *Sérgio M. Rezende* 5

Roteiro e chaves d'A Pedra do Reino — *Ângelo Monteiro* 21

O ensino de 2.º grau profissionalizante — *Yves Marie Gilles de Maupeou* 41

Ética Profissional e advocacia — *Ruy da Costa Antunes* 51

Que teoria literária se deve ensinar no nível de graduação universitária — *Afrânio Coutinho* 71

Glória a Miguel Torga! — *Joel Pontes* 79

Vida universitária 97

Teatro

O Rei Póstumo — *Fernando Monteiro* 1

COLABORAM NESTE NÚMERO

SÉRGIO M. REZENDE
Ph. D. e Mestre pelo Instituto de Tecnologia de Massachussetts (USA) — Professor titular do Instituto de Física da Universidade Federal de Pernambuco.

ÂNGELO MONTEIRO
Poeta, graduado em Filosofia, asesssor do Departamento de Extensão Cultural da UFPE.

YVES M. GILLES DE MAUPEOU
Mestre em Educação, Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pernambuco.

RUY ANTUNES
Professor titular de Direito Penal da UFPE. Livre Docente e Doutor em Direito, autor de numerosos ensaios sobre temas do Direito.

AFRÂNIO COUTINHO
Escritor, crítico literário, Professor titular de Literatura brasileira da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Diretor da Faculdade de Letras da UFRJ.

JOEL PONTES
Crítico literário, Professor adjunto de Literatura portuguesa do Departamento de Letras da Universidade Federal de Pernambuco, Presidente da Associação Jordão Emerenciano de Estudos Portugueses.

FERNANDO MONTEIRO
Poeta da nova geração de escritores, dedica-se aos estudos de cinema, poesia e teatro moderno.

Ciência, tecnologia e universidade no Brasil (*)

SÉRGIO M. REZENDE

Em primeiro lugar desejo agradecer ao Magnífico Reitor de nossa universidade, Prof. Marcionilo de Barros Lins, pelo convite que me fez para proferir esta aula inaugural. Estou consciente de que esta é uma oportunidade especial de me fazer ouvir ao mesmo tempo por autoridades administrativas da universidade, por professores, estudantes e funcionários. Sinto-me particularmente honrado por saber que, durante todo seu reitorado, o Prof. Marcionilo Lins só pôde convidar quatro pessoas para ministrarem aulas inaugurais dos anos letivos, tendo sido escolhido para uma das quatro "vagas". Creio, entretanto, que a intenção do convite que me foi feito não foi dirigida principalmente a minha pessoa, ou ao Instituto de Física, mas sim a classe de jovens pesquisadores e professores que exercem suas atividades em tempo integral na Universidade Federal de Pernambuco. Vou aproveitar esta oportunidade para fazer algumas considerações sobre ciência, tecnologia e educação universitária no Brasil. Primeiramente farei alguns comentários sobre estas atividades na sociedade humana, depois falarei sobre sua situação no Brasil e finalmente abordarei o papel do Governo e das universidades no desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil no momento.

1. *Ciência e Tecnologia*

Inicialmente vamos fazer alguns comentários sobre tecnologia e ciência. Tecnologia é a palavra empregada para descrever as atividades do homem através das quais ele tenta contro-

(*) Aula inaugural da Universidade Federal de Pernambuco, em 4 de março de 1974.

lar a matéria ao seu redor, inanimada ou viva, para melhoria de suas condições de vida. Assim, a história da tecnologia confunde-se com a própria história do "homo-sapiens". Tal é a importância da tecnologia em nossa vida, que os sucessos do homem em controlar vários tipos de materiais têm sido utilizados para denominar a várias épocas da história. Desta forma, chamou-se idade da pedra à época na qual os homens paleolíticos e neolíticos conseguiram trabalhar pedras de diversos tipos para a confecção de objetos, ferramentas e armas. Depois veio a idade do domínio do cobre e do bronze e depois do ferro. Mais tarde os principais sucessos da tecnologia foram o desenvolvimento da construção civil, das máquinas, da eletricidade, e finalmente no século XX da eletrônica, da energia nuclear, das comunicações e de materiais em geral.

Ao contrário da tecnologia, a ciência como atividade bem definida é muito nova, tendo sido desenvolvida na forma que a conhecemos hoje somente nos últimos 500 anos. Ela teve suas raízes há milhares de anos atrás, na Grécia, Egito e Mesopotâmia, mas foi na época do renascimento na Europa que começou a ter a forma da ciência moderna. A atividade científica tem como grande objetivo a compreensão da natureza. A palavra compreensão pode dar a falsa idéia de que esta atividade é principalmente contemplativa. Muito ao contrário, a atividade científica é eminentemente criativa, pois a compreensão da natureza requer que sejam descobertas as leis que regem seus fenômenos. Estas descobertas exigem em geral enormes doses de intuição e de abstração dos fenômenos já total ou parcialmente compreendidos. Enquanto a tecnologia dos primeiros tempos era calcada em bases empíricas e desenvolvida por meio de tentativas, o desenvolvimento da ciência moderna veio lhe trazer bases sólidas e um campo de utilização de fenômenos muito mais vasto. Esta concepção da interrelação entre ciência e tecnologia só veio a ser percebida nos últimos 100 a 200 anos.

Nos primeiros séculos do desenvolvimento da ciência, o cientista era visto como um descobridor de leis da natureza, cujo conhecimento não trazia consequência direta para a vida do homem. Achava-se que suas motivações eram apenas a curiosidade, o sentido da ordem e da beleza, e o desejo de conhecer a verdade. Não raro a verdade descoberta era considerada heresia, e foi por ela por exemplo, que Galileu-Galilei, considerado um dos fundadores da ciência moderna, se viu às voltas com problemas com a Inquisição. Por outro lado, o engenheiro era considerado um homem prático, útil à sociedade, pois com suas fórmulas, manuais e tabelas, construía edificações, estradas de ferro, motores, carros, etc. Nas sociedades mais desenvolvidas, esta concepção alterou-se muito nos últimos dois séculos e as atividades científica e tecnológica têm cada vez mais convergido uma para a outra. A engenharia passou a ser aplicação de ciência, e atualmente as fronteiras de definição entre ciência e tecnologia chegam a confundir-se em alguns casos. Com esta aproximação de ciência e tecnologia passou-se a diferenciar ciência básica ou pura de ciência aplicada.

A ciência básica preocupa-se com a expansão das fronteiras do conhecimento humano, através do estudo direto da natureza, e sem a intervenção de fatores tais como seu objetivo prefixado, ou suas utilidades. Em ciência aplicada também são estudados fenômenos novos da natureza, mas em geral com um caráter maior de intrapolação, isto é, de exploração dentro de fronteiras já estabelecidas. Nem sempre a investigação em ciência aplicada é voltada diretamente para aplicações, mas ela é confinada a campos de possíveis aplicações. Assim, por exemplo, nenhuma investigação que está sendo feita atualmente no campo da física das partículas elementares pode ser qualificada como ciência aplicada, pois não há qualquer aplicação tecnológica no momento de resultados obtidos neste campo. Por outro lado, no campo de física do estado sólido, no qual se estuda os fenômenos que ocorrem em materiais, há pesquisas que podem ser enquadradas em ciência pura e há também aquelas de ciência aplicada. Nesta última há investigações com consequências diretas em aplicações tecnológicas e há também outras nas quais elas são apenas possíveis.

A ciência aplicada ainda se situa em um plano de abstração mais elevado que a tecnologia, ou engenharia, que por sua vez se preocupa principalmente em otimizar processos, disposi-

tivos e sistemas, visando diretamente ao lado econômico. Para esclarecer melhor estes conceitos, podemos citar dois exemplos em Física: Os estudos de eletricidade e magnetísmo desenvolvidos por Ampère, o Oersted e Faraday no início do século XIX eram atividades de Física básica ou pura. As bases que levaram à elaboração do motor e do gerador elétrico foram atividades de física aplicada. O desenvolvimento de versões práticas e eficientes dessas máquinas foram atividades de engenharia. Como outro exemplo mais recente, temos o que envolve o transistor. As pesquisas que levaram à descoberta da mecânica quântica por Schroedinger e Heisenberg em torno de 1926 e as que se seguiram em física do estado sólido, eram atividades da mais pura investigação científica. A utilização dos resultados dessas investigações em materiais semicondutores na tentativa de fabricar o transistor constituiu intensa atividade em física aplicada, cujo sucesso alcançado foi Shockley, Bardeen e Brattain e lhes valeu o prêmio Nobel de Física de 1956. A utilização subsequente do transistor e suas versões melhoradas em eletrônica ficou a cargo dos engenheiros. É interessante notar que o Shockley não ficou satisfeito apenas com a beleza de sua descoberta, ou com o NOBEL que recebeu, ele montou uma companhia própria de fabricação de transistores e é hoje um próspero industrial americano.

2. *O Papel da Universidade*

A universidade como centro de estudos e de troca de conhecimentos é uma instituição antiga e teve suas origens na Europa no século XIII. Embora a profissão de engenheiro exista desde os primórdios da civilização, a educação formal de engenheiros na universidade só começou a ser feita em meados do século XVIII. Com o rápido desenvolvimento da tecnologia, resultante principalmente da revolução industrial, os cursos de engenharia passaram a ser bastante procurados e difundiram-se rapidamente na Europa. Já no início do século XIX eles chegavam à América do Norte e logo depois à América Latina. A ciência entrou na universidade devido à necessidade de ensino de conhecimentos científicos básicos nos cursos para as carreiras profissionais de engenharia e medicina. Só mais tarde, no século XX, é que foram criados os cursos para a formação de cientistas, como o físico, o químico, o matemático, o biólogo, etc.

Com o crescente grau de sofisticação da ciência e da tecnologia, foram criados tanto na Europa quanto na América, títulos de pós-graduação. Eles eram conferidos àqueles que desenvolviam estudos mais profundos após a conclusão do curso universitário regular, em geral com uma contribuição de pesquisa original. Neste ponto o modelo americano logo diferenciou-se do europeu. Na Europa o título pós-graduação de doutor era conferido àqueles que apresentassem um trabalho de tese original, desenvolvido alguns anos após a conclusão do curso universtitário regular. Assim, só aqueles que tinham posições privilegiadas em universidades ou em indústrias tinham possibilidade de realizar o trabalho de tese. Nos Estados Unidos foram criados programas de pós-graduação nos quais os candidatos recebiam cursos de alto nível de sofisticação e especialização, que serviam para prover uma base mais concreta para os trabalhos de pesquisa de tese. Foram também criados, além do programa de doutrinamento pós-graduado, que leva ao título comumente chamado de Doctor of Philosophy ou Ph. D., os programas intermediários de mestrado, que requeriam um trabalho de tese menos elaborado. Com estas inovações, com a ausência dos feudos catedráticos que existiam na Europa, com as atividades de ensino e pesquisa em tempo integral por parte dos professores, e com os estímulos salariais aos mestres e doutores, os programas de formação de pesquisadores na América tornaram-se verdadeiros programas de massa. Devido ao sucesso da tecnologia americana, resultante principalmente de seu sistema educacional, após a 2a. grande guerra o modelo universitário americano passou a ser utilizado quase que universalmente.

No passado a maior parte do esforço científico era de caráter basicamente individual. Reconhecendo o papel fundamental da ciência no desenvolvimento da tecnologia, que por sua vez é claramente um fator decisivo no estabelecimento do grau de desenvolvimento de uma sociedade, os governos têm influenciado diretamente na criação de universidades e laboratórios de pesquisa e na formação de pesquisadores e equipes de pesquisa. Assim, a atividade de pesquisa, tanto básica quanto aplicada, é

hoje eminentemente uma atividade de comunidade. Ela envolve grandes laboratórios e equipamentos especializados de custo apreciável, pessoal altamente treinado e com carreiras bem estabelecidas e muito bem remuneradas. Os governos são os grandes financiadores da pesquisa e da educação de alto nível. O investimento em ciência é inclusive uma medida do grau de qualidade dos governos, e é comumente expresso em porcentagem do produto nacional bruto de cada país. É claro então que no financiamento de pesquisa e ensino existe uma decisão de caráter social, já que o povo é o financiador e deve ser o maior beneficiado com seus resultados.

Este fato faz com que seja levantada a questão da utilidade relativa de pesquisa pura e pesquisa aplicada. Por outro lado as investigações em ciência pura são necessárias do ponto de vista cultural e mesmo porque se elas não existissem as fronteiras do conhecimento ficaram estacionárias e haveria uma tendência à estagnação da própria tecnologia. Por outro lado a pesquisa aplicada está mais próxima da tecnologia, e por isto as opiniões sobre quanto esforço deve ser dedicado à ciência pura e quanto à ciência aplicada são divergentes. Em relação aos países não desenvolvidos, há um consenso entre os cientistas que o esforço em ciência básica deve ser o maior possível, pois é através dela que se pode treinar pesquisadores melhor e mais rapidamente. Além disso, um pesquisador treinado em ciência básica pode facilmente se adaptar a investigações de caráter de aplicação. A imagem do cientista como um alienado dos problemas do homem é falsa e há vários exemplos na história de cientistas que contribuiram diretamente para a tecnologia quando foram requisitados para tal. Um exemplo é o do próprio Galileu, que construiu um dos primeiros telescópios, um microscópio, uma balança hidrostática, e outros instrumentos úteis. Outro é do Lord Kelvin, um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento da termodinâmica como ciência, que contribuiu para a construção dos primeiros cabos submarinos.

3. *Situação no Brasil*

No Brasil, se analisarmos a situação da ciência e da universidade sob o ponto de vista de resultados já alcançados, a visão é desanimadora. A formação de profissionais para as carreiras de engenharia, economia e medicina, por exemplo, é feita em nível de qualidade e seriedade muito aquém da dos países desenvolvidos. Alguns cursos de engenharia eletrônica, por exemplo, mal introduzem o transistor, que já é utilizado em tecnologia há mais de 20 anos e inclusive está dando seu lugar em muitas aplicações a dispositivos mais elaborados, como os circuitos integrados. As atividades de pesquisa praticamente só são realizadas em universidades, onde as cargas de ensino e administração exigem grande parte do tempo e do esforço dos pesquisadores. Para se ter uma idéia da situação em ciência vamos considerar o caso da Física, que é sem dúvida um dos campos mais privilegiados no Brasil. De acordo com o Departamento de Assuntos Universitários do MEC, há cerca de 100 mil estudantes matriculados em cursos de Física. O número de professores de Física nas universidades é, por outro lado, da ordem de 1.100. A razão aluno/professor neste caso é então cerca de 90. Este número é 3 vezes maior que a proporção de 30 alunos por professor, com grau de mestre, que é o máximo recomendado pela UNESCO. Levando em conta números como este vemos que a quantidade de cientistas no Brasil é muito pequena. Para se ter uma melhor idéia do significado desta afirmação sob outro ponto de vista, vamos fazer outra comparação. O número total de pesquisadores no Brasil com título formal ou experiência de doutor trabalhando em Física é atualmente cerca de 300. Na França este número é quase da ordem de 10 mil. Nos Estados Unidos, só a Bell Telephone Laboratories, que tem os laboratórios de pesquisa da grande companhia telefônica do país, tem da ordem de 4 mil doutores trabalhando em Física e em áreas afins. Como consequência destes números, no Brasil os cientistas estão, em geral, em praticamente qualquer campo de pesquisa, dispersos em longas distâncias. Eles sofrem do isolamento de uns para outros e não contam com os benefícios da presença de pessoas trabalhando em campos relacionados com o seu. Como resultado desta situação os indicadores mais utilizados para medir produtividade em pesquisa não são encorajadores: O número de publicações científicas em revistas de bom nível no padrão internacional é pequeno; o número de citações

de autores brasileiros em livros internacionais é quase nulo, o número de convites para apresentar seminários ou trabalhos em congressos internacionais é desprezível; o número de pedidos de separatas de artigos, que serve para indicar a qualidade destes, é pequeno; não há praticamente notícia de prêmios internacionais conferidos a cientistas brasileiros. Como consequência desta situação, a ciência e a tecnologia do País não estão em condições de competir com as de outros países para enfrentar alguns dos grandes problemas existentes no momento no mundo, tais como: a explicação das origens das forças nucleares e gravitacionais e a formação de macro-moléculas e células biológicas em ciência; o aproveitamento de energia solar e nuclear, o reaproveitamento de lixo e o controle da poluição do meio ambiente em tecnologia e a cura do câncer e o controle genético do homem em medicina. Estes indicadores, que exprimem o conceito que goza nossa ciência no plano mundial estão também correlacionados com outros indicadores internos dentro do País, tais como: o número de patentes de instrumentos, ferramentas, máquinas, sistemas e dispositivos, resultantes de pesquisas em nível de fronteira, é muito pequeno; quase toda a tecnologia utilizada no País é importada, tanto em máquinas quanto em "know-how"; a universidade é desacreditada em termos de pesquisa, a carreira de cientista é desconhecida do público e não é respeitada; na realidade o público em geral nem sequer diferencia ciência de tecnologia; os órgãos de informação praticamente só procuram os cientistas em busca de notícias sensacionalistas ou de declarações que possam dar IBOPE.

Felizmente, os números absolutos dos vários indicadores dos resultados já alcançados por nossa ciência e nossa universidade não refletem completamente nossa situação. Devemos considerar também que estes indicadores vêm se alterando rapidamente nos últimos anos. Nossa situação atual em termos de ciência e universidade é perfeitamente compreensível dentro do quadro histórico que dispomos. Nosso sistema de educação universitária foi criado essencialmente no fim do século XIX. Ele foi totalmente baseado no sistema francês. Não há dúvida de que a decisão de seguir o modelo francês foi a melhor que poderia ter sido tomada na época. No início do século passado,

as universidades americanas e mesmo as de Oxford e Cambridge na Inglaterra, copiavam o sistema e os currículos da universidade de Paris. Nos primeiros anos de sua existência, a universidade e as escolas brasileiras chegaram a atingir um nível de qualidade bastante satisfatório. Isto foi possível, em parte, porque os trabalhos de pesquisa em universidades eram reduzidos e a evolução dos currículos era lenta. A sofisticação da engenharia e da medicina não era muito grande e o número de estudantes universitários era relativamente pequeno. Os cursos de direito, artes e humanidades tinham o melhor nível possível. Os professores nas universidades tinham outros empregos e exerciam a maior parte de suas atividades fora delas. Eles tinham prestígio social e em geral a autoridade característica do professor europeu. Eles eram em geral pretendentes ou eram os próprios "donos" de cadeiras, posições que se conseguia através de concurso e que era reservada aos mais capazes. A cátedra era vitalícia e esta característica conseguia desestimular e fazer estagnar mesmo os mais competentes. É bem conhecida a história de um professor, que em uma festa em sua casa, dada para comemorar sua vitória em um concurso para catedrático, mostrou sua biblioteca a um amigo e disse: "agora não preciso mais desses livros". Aos defeitos do sistema de cátedra somaram-se alguns outros. As universidades dos grandes centros, para onde naturalmente iam os melhores estudantes, eram quase todas do governo, federal ou estadual. Elas se transformavam gradualmente em cabides de emprego com fins políticos. Com má administração, com professores que apareciam às pressas para dar suas aulas, quando apareciam, com a estagnação dos currículos e a ausência de pesquisa científica, com o rápido avanço da ciência e da tecnologia na época da 2a. guerra mundial, as universidades brasileiras ficaram completamente despreparadas para a missão que lhes era reservada.

Um dos primeiros passos positivos dados pelo governo brasileiro para alterar o estado latente em que se encontravam as atividades científicas no País foi a criação do Conselho Nacional de Pesquisas em 1950. Sua principal finalidade era conceder bolsas de estudo para iniciação científica, aperfeiçoamento, pesquisa e pós-graduação no país e para pesquisa e pós-gradua-

ção no exterior. Este objetivo mostra que desde aquela época já se reconhecia em nível de governo que a maior lacuna no quadro científico do País era a falta de pessoal qualificado. Além disso o CNPq concedia auxílios para pesquisa a grupos pequenos, reconhecendo que esta era a melhor maneira de fomentar a nucleação de equipes científicas na estrutura arcaica das universidades. Quase duas décadas e meia após sua fundação, podemos ver claramente falhas na atuação do Conselho de Pesquiss em nosso meio científico e universitário. Por exemplo, quantitativamente falando, o programa de formação de pessoal no exterior deveria ter sido atacado com muito mais vigor. A atuação do Conselho tem sido pouco nacional, no sentido que a região Rio-São Paulo é muito mais beneficiada que as outras. (Em minha opinião esta característica não decorreu de uma prevenção contra pedidos de bolsas e auxílios provenientes de outras regiões, mas sim pelo fato de não ter sido montado um esquema que possibilitasse aos estudantes e professores dessas regiões ter ao Conselho acesso tão fácil quanto os do Rio e São Paulo); sua atuação em termos de recursos distribuídos para pesquisa não acompanhou o ritmo de crescimento destas atividades nos últimos 10 anos. Apesar destas falhas, o CNPq tem sido um dos principais responsáveis pela grande melhoria da situação da pesquisa e do ensino de alto nível nos últimos anos. Seu programa de formação de pesquisadores foi fundamental para que se pudesse dar o segundo grande passo para alterar o panorama da ciência e da tecnologia no País, que foi a institucionalização dos programas de pós-graduação em torno de 1965. Baseados no modelo americano, os programas de pós-graduação com características próprias foram criados inicialmente nas áreas de ciências exatas e tecnologia. Os recursos adicionais para esses programas vieram principalmente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e mais tarde do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, administrado pelo Ministério do Planejamento. Esses programas de pós-graduação que visavam à formação de pesquisadores e de pessoal docente para realimentar o sistema de ensino das universidades, inicialmente eram restritos a alguns centros. Devido principalmente à estrutura universitária fechada eles eram eram em geral programas estanques nas universidades.

Com o desenvolvimento econômico do País, com a existência da pós-graduação, a pressão para a reforma de base da universidade brasileira foi crescendo gradativamente. Esta pressão teve nos estudantes uma de suas frentes de maior intensidade. A lei da reforma foi finalmente decretada em 1968. Na análise deste passo é preciso ter consciência que esta lei abriu as portas da reforma, e não realizou a reforma. É preciso muita ingenuidade para se imaginar que uma reforma de base, cuja realização depende primordialmente de recursos humanos do mais alto quilate, possa ser feita de uma hora para outra. A reforma foi iniciada em 1968. Este processo inicial teve características diferentes de lugar para lugar, dependendo do pessoal já existente em cada um. O outro passo decisivo para o aumento das atividades de pesquisa e pós-graduação no sistema universitário foi a criação da COMCRETIDE, que dispunha de fundos para prover salários competitivos para que docentes das universidades federais pudessem realizar atividades de ensino e pesquisa em tempo integral.

Desde 1968 várias medidas têm sido tomadas por vários órgãos do governo brasileiro para aperfeiçoar o sistema universitário e incrementar os programas de pesquisa científica e tecnológica. Alguns de maior importância foram por exemplo: a inclusão nas metas do governo de planos e orçamentos para o desenvolvimento dos programas científicos e tecnológicos; a melhoria de salários dos cientistas, possibilitando o início de um processo de estabelecimento de carreiras para cientistas, e aumento gradativo dos estímulos à pós-graduação e da pressão para que o corpo docente seja aperfeiçoado.

A atual situação do ensino universitário e da pesquisa no Brasil é vista de maneira diferente dependendo de quem a analisa. Para os mais pessimistas o estado atual é pior do que nunca. O número de estudantes aumentou muito, tendo eles tido acesso à universidade com uma formação que deixa muito a desejar, o que vem resultando na queda da qualidade de ensino

na universidade. O corpo docente cresceu pouco e foi feito principalmente com mais jovens. Estes têm experiência e em geral muita pose, pois são "chamados" pesquisadores, e não estão contribuindo como deviam para o ensino. Para os otimistas é impossível negar que a situação está mudando rapidamente para melhor, fato que não ocorreu na universidade brasileira durante longos anos. Atualmente há salários dignos para todos que têm competência para a carreira de pesquisador nas universidades e até em laboratórios industriais. Os salários máximos nas universidades federais, que são da ordem de mil e duzentos dólares, são comparáveis aos das universidades Européias. Por outro lado, os do Estado de São Paulo e de Brasília já são comparáveis aos das universidades americanas. Praticamente existem vagas no corpo docente para todos que estão concluindo os programas de pós-graduação e as perspectivas de posições para o futuro são muito boas. O número de docentes com curso de pós-graduação tem crescido substancialmente. Em Física, por exemplo, o número de doutores em 1960 era inferior a 50. Atualmente há cerca de 300 doutores e quase 600 docentes em programa de mercado e doutoramento. O número total de pessoas que estão fazendo pós-graduação no País já é quase 5 mil. Já há atividades de pós-graduação e pesquisa em quase todos os campos espalhados por todo País. Na região Norte-Nordeste, por exemplo, quase sempre a mais sacrificada em termos de recursos materiais e humanos, há grupos realizando pesquisas sérias pelo menos nas universidades da Bahia, de Pernambuco, da Paraíba, do Ceará e do Pará. Posso citar um exemplo concreto de desenvolvimento de equipe de pesquisa em nossa região pedindo desculpas pela falta de modéstia. O Instituto de Física da Universidade Federal de Pernambuco conseguiu nos últimos 2 anos formar um grupo que tem 10 doutores e 8 mestres e que já publicou 25 trabalhos originais de pesquisa em revistas internacionais. Pode-se indagar qual a utilidade real destes trabalhos, uma vez que eles estão sendo "entregues" ao estrangeiro e portanto não devem ter interesse para a região. Eles servem para mostrar que foi possível criar aqui um ambiente propício para a identificação de alguns problemas de fronteira no campo de conhecimento humano da Física e sua solução. Isto pode parecer ao leigo uma tarefa simples, mas só aqueles envolvidos no

processo podem aquilatar quanto apoio das autoridades universitárias e governamentais precisa ser arregimentado para a formação de uma infraestrutura e de um ambiente necessário para a criação científica e quanto esforço pessoal é exigido para se pesquisar em um meio dispersivo como o nosso. Podemos afirmar que o nosso grande fruto é a formação de pessoas com capacidade de pesquisar, isto é, com a preparação necessária para identificar problemas e descobrir suas soluções. Estes pesquisadores são exatamente o que tem faltado na ciência e na tecnologia do Brasil, e que não há dinheiro que os compre nem reforma que os faça aparecer de uma hora para outra.

4. *Metas e Métodos*

Para completar esta exposição vou fazer comentários breves a respeito de minha visão dos papéis do governo e das universidades nos programas de desenvolvimento científico e tecnológico do País. Em primeiro lugar, eu penso que nos tempos atuais não existe mais lugar para especulações em torno da necessidade de acelerar este processo de desenvolvimento. O Brasil aspira um lugar entre os povos desenvolvidos, e nossa ciência e nossa tecnologia ainda se encontram em estágio primitivo quando comparados com os de outros países. Também já ultrapassamos a fase de letargia e atordoamento em relação ao grande "gap" que nos separa do desenvolvimento. Já soubemos dar os primeiros passos para a formação de recursos humanos de alto nível e para a profissionalização da ciência e já dispomos de recursos materiais razoáveis. É preciso então identificar as fontes das falhas que continuam emperrando o sistema, consertá-las dentro de nossas possibilidades e dar tempo ao tempo.

Em nível de decisão governamental, uma medida clara a ser tomada é o aumento dos recursos destinados à pesquisa básica e aplicada e ao sistema de pós-graduação nas universidades. O orçamento anual do governo para ciência e tecnologia é no momento da ordem de 1 bilhão de cruzeiros. Não há sentido em comparar absolutamente este número com o que é gasto nos Estados Unidos por exemplo, que é da ordem de 200 bilhões de cruzeiros. Entretanto a comparação em termos de fra-

ção do produto nacional bruto também deixa muito a desejar. A fração do PNB no Brasil destinada à ciência e tecnologia é 0,5%, enquanto que nos Países desenvolvidos ela é superior a 2%. Estes números indicam que o nosso esforço de desenvolvimento científico é menor do que o de países já desenvolvidos, quando a situação deveria ser exatamente a inversa.

Por parte dos órgãos de funcionamento da pesquisa e da pós-graduação, é necessário que a visão real do papel da ciência na sociedade não dê lugar a um sentimento imediatista de enriquecimento às custas da tecnologia. É preciso, é verdade, que nosso esforço em ciência aplicada seja aumentado, mas ele não deve ser conseguido em detrimento da ciência básica, que ainda se encontra em estágio incipiente em nosso País. Neste contexto é importante que se tenha em mente que os grandes sucessos alcançados pela ciência básica até hoje só foram possíveis devido à liberdade que lhe foi dada pela sociedade. No Brasil, onde as contribuições da ciência básica para o conhecimento humano ainda são desprezíveis, qualquer tentativa de lhe sufocar as fronteiras teria como consequência inevitável a dependência eterna dos resultados vindos de outras partes do mundo. É importante ainda que não se esqueça que a pesquisa de fronteira é atributo intrínseco da universidade, e é através dela que se educa e treina cientistas mais facilmente. Nos departamentos de ciência a investigação deve ser essencialmente de caráter básico e nos departamentos de tecnologia e medicina a pesquisa deve ser dirigida para aplicações. É exatamente nestes últimos que a pesquisa deve ser mais incrementada. Entretanto, jamais ela deve perder suas características de pesquisa original. Caso contrário, isto é, caso o nome pesquisa seja atribuído a mero trabalho de tecnologia, ou de simples reprodução de resultados, ou de trabalhos de rotina que deveriam ser deixados para fora das fronteiras da universidade, esta não irá realizar seu papel na formação de pessoal preparado para liderar os avanços na tecnologia, resultando na estagnação "ad eternum".

No âmbito das universidades, uma vez definidos seus objetivos, é fundamental que se identifique suas metas em cada época, seus métodos para alcançá-las e seus princípios gerais da forma mais clara e mais simples possível. Caso os princípios

gerais não sejam simples e bem definidos, creio que toda a ação da universidade tenderá a ser confusa e caracterizada por incoerência em seus passos. Em minha opinião, levando em conta que o papel precípuo da universidade é a formação de intelectuais e de profissionais para dirigir e fazer movimentar a nação, um princípio geral da maior importância é que os recursos humanos utilizados para a administração, o ensino e a pesquisa nas universidades, deve ser selecionado entre o que há de melhor na comunidade. É preciso que fique bem claro que os empregos de administradores, professores, pesquisadores e funcionários nas universidades não são como quaisquer outros. Em outros ramos de atividade, como por exemplo, na construção civil, ou na produção industrial, as falhas humanas podem ter consequências graves de caráter particular, mas em geral são reparáveis e não deixam rastros a longo prazo. Por outro lado, quando o produto que as universidades põem no mercado é mal acabado, isto é, quando o pessoal que é preparado para liderar o País é mal formado, o efeito é dificilmente reparado. Por estas razões, penso que é um verdadeiro atentado aos cofres públicos, o uso de verbas governamentais para a remuneração de professores, administradores e funcionários que sejam incompetentes para seus cargos em universidades. Este princípio geral deveria nortear as ações de cada um de nós a todo instante, quer seja nas decisões de muito vulto, quer seja nas pequenas ações diárias. Infelizmente, a consciência de que a universidade deveria ser uma entidade especial em nossa socidade não existe a não ser em um pequeno número de pessoas.

Como meta atual das universidades, a ser alcançada a médio prazo, a consolidação da reforma de base iniciada em 1968, é claramente a mais importante. A reforma vem sendo feita em termos de mudança de estrutura, atualização dos programas e currículos e aperfeiçoamento e renovação do pessoal docente e administrativo. Não está muito claro para mim se existe um concenso geral entre as autoridades universitárias e governamentais, de que a falta de recursos humanos qualificados nas universidades é ainda muito grande e que é ela que está comprometendo a reforma. Não vou entrar em detalhe no problema geral de recursos humanos, pois sua abordagem rápida poderia

dar uma imagem simplista de suas dimensões, ao passo que na realidade ele é extremamente complexo. Vou apenas fazer algumas considerações sobre o aperfeiçoamento e a renovação do pessoal docente nas universidades. Dentre as várias medidas que vêm sendo tomadas para o aperfeiçoamento do pessoal docente já existente, há duas que me parecm particularmente precárias e sua utilização em larga escala poderá prolongar indefinidamente a atual falta de qualificação docente: uma é a promoção de cursos de pequena duração para atualização e aperfeiçoamento de docentes: a outra é a concessão de regimes especiais de trabalho para possibilitar atividades de pesquisa a docentes que nunca exerceram atividades dessa natureza em centros mais adiantados e que estão em departamentos nos quais não há outros pesquisadores experientes. A primeira medida demonstra a idéia errônea de que a fraca qualificação de um docente é devida a sua falta de conheccimentos, que possam ser adquiridos em cursos de curta duração. A segunda mostra também outra falsa idéia existente entre leigos, qual seja a de que é possível a alguém que nunca exerceu atividades de pesquisa, tornar-se um pesquisador de uma hora para outra, sem a existência de um ambiente próprio, com pessoas ao redor já treinadas para a atividade de pesquisa. Como método de aperfeiçoamento e renovação do pessoal docente nas áreas ainda não desenvolvidas, vejo a nucleação de grupos de pesquisa como a medida mais efetiva a curto e médio prazo. O processo de nucleação pode ser iniciado com a seleção de um pequeno grupo de pessoas capazes no próprio local de cada universidade, e com o agregamento de pesquisadores mais experientes vindos de fora, do Brasil ou mesmo do exterior. Para isto nós dispomos de salários suficientemente atrativos. Devem então ser definidas linhas principais de investigação, para serem atacadas por vários pesquisadores ao mesmo tempo. Este ponto é muito importante, pois a soma de esforços na pesquisa é imprescindível para a obtenção mais fácil de resultados e para a manutenção de um ambiente propício à produtividade, principalmente onde os outros encargos tendem a levar à disposição. A política de formação de departamentos baseada no apoio a grupos competentes de pesquisa, em vez do apoio a indivíduos, tem se mostrado recompensadora onde quer que tenha sido utilizada.

Roteiro e chaves d'A Pedra do Reino

ÂNGELO MONTEIRO

> "Guardai o roteiro e lembrai-vos da sua chave que está nas letras e no mapa: três do lado direito, três do lado esquerdo e a Onça do meio, no coração do coração dos três. Achada a entrada o resto será fácil: Na primeira Sala da furna de pedra, está a primeira Urna de prata, e dentro dela, a Onça Malhada de Ouro. Na segunda, uma Corça de prata, guardada por um enorme Gavião de ouro, com as asas de diamante. Na terceira, a Onça Negra de diamante e carbúnculo, sustida pela Onça Castanha de ouro. Guardai bem tudo isso, pois os dois picos de pedra guardam o todo do Terrível. Com o esconjuro do Sinal-da-Cruz e a Sagrada Pedra Cristalina. Amém".
>
> ARIANO SUASSUNA

A Pedra do Reino representa para a Literatura nacional brasileira o mesmo fenômeno que *Robinson Crusoe* representa para a literatura nacional inglesa e as *Mil e uma Noites* para a literatura nacional árabe. Cito os exemplos inglês e árabe, na conta de exemplos decisivos, não por mera analogia, pois poderia fazer inúmeras, mas apenas para mostrar o elemento fundamentalmente novo introduzido por esta obra-prima, que é *A Pedra do Reino*, na literatura nacional do Brasil. Esta obra não é, conforme se poderá ver, uma obra como muitas outras, alinhadas entre aquelas que podem ser representativas de qualquer literatura, por valores intrinsecamente artísticos projetados dentro do quadro cultural de uma certa época. Porque não se trata, no caso presente, nem mesmo de uma obra-prima no sentido especificamente literário. Mais nos parece uma coisa desmesurada e sem nome feita especialmente para confundir todos os padrões costumeiros mediante os quais classificamos, mais ou menos de conformidade com certos valores, as grandes obras surgidas num determinado período histórico. *A Pedra do Reino*, pelo contrário, situa-se não apenas no quadro das obras pioneiras e geniais, mas entre aquelas, pouquíssimas na História dos

povos, que podem ser tidas na ordem das *revelações*, no significado primitivo e sagrado em que este termo pode ser tomado; ou, melhor dizendo, nos múltiplos significados só, de fato, cabíveis às obras *reveladas*. E, por essa razão, *A Pedra do Reino* produz em nós certa marca indelével que, por exemplo, o Bhagavad Gita e o Alcorão, livros sagrados das literaturas nacionais indu e árabe, costumam deixar na alma dos homens tanto iniciados como não-iniciados. O livro de Ariano Suassuna está na linha das grandes *revelações* místicas de um povo, muito embora não se trate de obra especificamente religiosa, como dissemos mais acima, não se tratar também de obra especificamente literária. Infelizmente esta palavra *revelação* é palavra de entranhas recônditas e misteriosas, e não poderá, como muitas outras, ser redutível a conceitos; e por ser palavra inconceituável, vale mais pelo que tem de indizível do que pelo que tem de comunicável. Pois, ela é dessas palavras perturbadoras que só podem ser percebidas além da órbita discursiva. E eu me sinto na mesma situação de Thonnard ao analisar a filosofia de Nietzsche, o qual confessou a dificuldade de submeter a uma análise uma filosofia que mais se parece com uma *revelação*. E por não se tratar apenas de uma obra perfeita e acabada, *A Pedra do Reino* é um caso irmão de Zaratustra, de Nietzsche, de quem Ariano sofreu, aliás, a par dos profetas da Bíblia, uma das maiores influências da sua vida. E diante d'*A Pedra do Reino* me coloco sob a mesma perspectiva de espanto em que se colocou, a despeito dele mesmo, o historiador da filosofia Thonnard diante da filosofia de Nietzsche. Quando eu disse que *A Pedra do Reino* não pode ser encerrada no âmbito da literatura, quis dizer exatamente isso: que ela não possui uma mensagem linear e definida, que comumente costuma acompanhar certas obras importantes; e não possui uma mensagem linear e definida como não a possuem, de maneira idêntica, obras como "Assim Falou Zaratustra", "A Ilíada", "A Divina Comédia", "Dom Quixote" e o "Apocalipse". O escritor Maximiano Campos foi quem primeiro teve a coragem de compreender e assinalar a grandeza do livro, ao alinhá-lo na categoria das obras maiores. Por isso, Maximiano Campos reconheceu que "Ariano Suassuna não limitou o mundo à visão do Sertão Nordestino, mas, através dessa visão de criador, fez do Sertão

um palco gigantesco onde são representados, através dos seus personagens, os dramas da condição humana". É ainda de Maximiano Campos a observação de que "ao lado da história principal, existem outras, correndo paralelas. Isto faz desse livro de Suassuna um romance dentro do qual existem outros romances, formando um mural onde estivessem retratados o Sertão e o mundo, em cores fortes e reais, apesar de todos os sonhos e loucuras de que está repleto". Ainda, numa terceira observação, diz-nos Maximiano Campos: "*A Pedra do Reino* se assemelha com o Apocalipse, porque é, também, além de um romance, uma profecia". Pois esta obra não se resolve apenas numa clássica dualidade de exterior e de interior; de linhas e entrelinhas; de forma e conteúdo. Pois ela não possui apenas duas faces: uma clara e outra oculta; aquilo que o autor quis dizer e aquilo que ele quis ocultar. A sua face é, pelo contrário, tripla e não dupla, como o quer D. Pedro Dinis Quaderna, o Decifrador.

Há na Pedra do Reino, portanto, três sentidos, além do sentido literal das palavras e das situações: o *poético*, o *filosófico* e o *sagrado*. Dela podemos extrair, simultaneamente, uma *poética*, uma *teoria do conhecimento* e uma *revelação do Divino*. Deus se manifesta, teofanicamente, através da Onça do Sagrado; Deus, finalmente, nos dá o seu *Logos*, através de uma teologia de transcendência, e de sacrifício, em que predomina mais o aspecto sacrificial que cultual, numa transposição surpreendente dessa religiosidade, triunfalista e popular ao mesmo tempo, que caracteriza e assume profundamente o carater *nacional* da nossa sacralidade. Deus se revela à Quaderna, Profeta e Decifrador, não como um Deus amaciado pelas facilidades do urbanismo contemporâneo, um Deus amolecido e aquecido pelas nossas estufas burguesas, já bastante familiarizado com as transcendentes técnicas de *comunicação*, mas um Deus, sim, que se nos revela, sob a intercessão profética de D. Pedro Dinis Quaderna, judaica, moura, sertaneja e tapuiamente, como o Adonai, o "Jaguar Sertanejo do Terrível", a "Onça Tapuia Negra e Malhada do Divino do Sertão". É a esta Deidade que Quaderna invoca, sob a forma de Onça Malhada e Divino Jaguar, em todo o terrível e incomunicável de sua transcendência, para que ve-

nha inflamar o seu sangue de monarca castanho e predestinado com o dom da fé, mesmo que esta fé venha para incendiá-lo e pulverizá-lo sob o império sagrado e esmagador de suas chamas. E com D. Pedro Dinis Quaderna apreendemos, entre outras, esta grande lição: a de que o fato de Deus estar mais próximo ou menos próximo não altera em nada a tragicidade fundamental do Homem, chamado como foi, para se construir a si mesmo, fazendo da *Graça* apenas instrumento indispensável de sua redenção, embora não possa ser redimido apenas por ela e sem o concurso também de sua vontade. Muita razão tem Mircea Eliade ao postular em seu ensaio, "O Sagrado e o Profano", que "o homem religioso não é *dado;* faz-se a si próprio, ao aproximar-se dos modelos divinos" e por esse mesmo motivo, "só se reconhece como *verdadeiro homem* na medida em que irrita os deuses".

D. Pedro Dinis Quaderna, como todo aquele que arrosta a responsabilidade trágica de um grande sonho procura dividir sua loucura com dois personagens: o bacharel Clemente Hará de Ravasco Anvérsio e Samuel Wandernes. Mas jamais terá a felicidade de tê-los como apóstolos. Pois Clemente Hará de Ravasco Anvérsio e Samuel Wandernes representam apenas duas interpretações radicais de uma pequena e mesquinha verdade que, começando política e social, termina por cegar-lhes a visão da realidade a ponto de fazê-la, singularmente, deformada e parcial; *parcial,* não no sentido de incompleta (já que ninguém poderá ter a visão completa de coisa alguma) porém no sentido de limitar-se a apenas um dos múltiplos e infinitos ângulos em que pode ser tomado o mais simples objeto da realidade. São, portanto, dois seres incontaminados de qualquer grande devastação interior, e que jamais conhecerão a violação da Verdade porque acreditam cegamente na sua verdade medíocre. D. Pedro Dinis Quaderna propõe-se, por isso, na ausência de outro qualquer caminho, a ser o Decifrador, porque a complexidade do mundo não se resolve em nenhum esquema mental; o mundo não quer ser apenas objeto de vãos discursos, mas pede, acima de tudo, para ser decifrado. Pois, as coisas que se apresentam diante de nós, não são apenas aquelas impressões imediatas que captamos delas; não são nem mesmo as

nossas *visões* sobre elas; elas próprias sendo visões que pedem para ser vistas na sua transcendência, por olhos de decifradores e não apenas de observadores frios e sem paixão. Quaderna é um Decifrador, porém um decifrador que sabe que a decifração tem infinitos estágios; que é interminável qualquer decifração; porque nenhuma esfinge esgota seu mistério da noite para o dia, salvo se for uma esfinge ao alcance tanto de decifradores como de não-decifradores; ao alcance finalmente, tanto dos apaixonados como dos absolutamente incapazes de se apaixonarem, porque desconhecem mesmo que existam objetos para uma grande paixão. Se Clemente e Samuel contentam-se somente com o seu quinhão limitado de pensamento, caberá a Quaderna, o Decifrador, o sentido dos sentidos. Em Cervantes Quixote e Sancho pedem a alguém que os inteprete; Quaderna, representando a síntese das contradições dos seus dois mestres e antagonistas no jogo da vida, decifra-se aos outros e a si mesmo. A sua idéia de monarquia não deve ser, por isso, tomada apenas no seu aspecto episódico dentro do romance: a monarquia tem para ele o carater sacramental de uma investidura. D. Pedro Dinis Quaderna no momento em que se coroa é posto numa nova ordem que passará a sacralizar, desde então, todos os seus passos, atitudes e idéias, conferindo-lhe o cararter que lhe permitirá a decifração de todas as coisas, consagrando-o para a *missão* que embasa e justifica a desaventura do seu destino de Cavaleiro. Tudo isto conforma-se ao ensinamento de Mircea Eliade que nos faz ver que "é a rotura operada no espaço que permite a constituição do mundo; porque ela é que descobre o *ponto fixo,* o eixo central de toda orientação futura". Quero dizer que do seccionamento da realidade, operado por Quaderna, surge um ponto de referência, convergência e orientação para toda a sua vida: todos os seus atos passarão a ser assumidos sob o signo do sagrado, representado aqui pelo carater carismático de sua monarquia, que lhe permite dizer: "Agora a fuga não é mais possível. Por mais mesquinho que eu me mostrasse daí por diante em relação à Coroa do Divino, o impulso dado para o alto fora definitivo. Eu não era mais D. Pedro Dinis Quaderna, fidalgo arruinado e pobre, escrivão e astrólogo do Cariri; era D. Pedro IV, o Decifrador, Rei e Profeta do Quinto Império e da Pedra do Reino do Brasil".

O vivo diálogo teatral, característico do dramaturgo que existe em Ariano Suassuna, deixa sua marca no Romance, em que estão fundidos o picaresco, o trágico, o satírico, o épico e o lírico, todos esses elementos servindo de veículos expressivos da mensagem fundamental do livro, que radica, ao meu ver, em duas coisas: numa visão do conhecimento, incluindo o Divino, e numa antropologia do homem brasileiro. Clemente e Samuel representam apenas os dois polos de um debate que ressoa no espírito de Quaderna. Debate, acima de tudo, antropológico, do homem brasileiro no seu apelo à irreverência e ao sagrado, estranhamente aglutinados no seu ser confundido entre o fascínio da Autoridade e a inclinação para a mais desbragada e irresponsável desordem, e essa dicotomia refletindo a incapacidade básica do homem brasileiro de levar a sério a própria seriedade daquilo pelo qual muitas vezes consome sua existência. Essa eterna *indefinição* entre a gravidade mais austera e a mistificação mais desabusada constitui uma espécie de pedra angular do temperamento nacional brasileiro. *Indefinição* que não deve ser interpretada como *ausência de caráter* sociológico, tal como se pode depreender em "Macunaíma", de Mário de Andrade, mas como a base mesma do caráter nacional. Além da preocupação antropológica, indiscutível na *Pedra do Reino*, principalmente se tomarmos em consideração o debate dos dois sangues e das duas tendências, em Samuel e Clemente, existe a tentativa harmonizadora de uma visão brasileira e mestiça do conhecimento, que pretende a fusão dos dois polos deste debate através da figura de Quaderna. As discussões antropológicas são, por sinal, contínuas ao longo deste livro, e talvez a indefinição meio trágica do caráter brasileiro seja resultado dessa luta, por um lado, entre o senso de ordem do europeu tomado sob a sua modalidade ibérica, e a descontraída irreverência que parece fundamentar o nosso caráter de mestiços, e não mais só de negros, europeus e indígenas; luta psicologicamente representada por essas duas tradições, uma nostálgica de suas origens e outra ainda nova, surpreendente e selvagem nas raízes do seu processo. E esta antropologia, que está no bojo das mais sérias preocupações de Quaderna, não se coloca apenas no seu aspecto meramente cultural e sociológico, mas se encontra enraizada numa verdadeira base metafísica, por projetar essa *indefinição* além do plano físico, no dilaceramento do homem brasileiro entre o apelo do terrestre e a danação do Divino.

Dois outros personagens da *Pedra do Reino*, Sinésio e Arésio, parecem ser os intérpretes já não de uma antropologia, mas da metafísica e da teologia de Quaderna. Sinésio e Arésio são como o anjo bom e o anjo mau, ambos completos e íntegros na sua *virtude* (no sentido florentino de *virtù*), que habitam o mundo de Quaderna, oferecendo-lhe uma dimensão que se opõe àquela dimensão efêmera representada por Clemente e Samuel: naqueles dois personagens a inquietação do angélico e do diabólico desvia a preocupação puramente episódica que ainda possa existir em Quaderna, o seu personagem principal. Sinésio é, de todos os personagens, o mais misterioso, e mesmo que Quaderna tente descrever-nos o seu tipo físico, Sinésio permanece como a mensagem do Indecifrável. A figura do rapaz do cavalo branco com sua beleza subitânea irrompendo de sobre o seu cavalo, não pode nos convencer do ponto de vista de mero personagem. Ele nunca surge de todo, ou surge apenas para logo desaparecer. Num surgimento sempre imprevisto acompanhado de um desaparecimento inexplicável. Ele parece o eterno surgir e retornar do Mito. E sua presença de modo algum se parece com a presença dos personagens chamados a desempenhar o seu papel no espetáculo do mundo. É uma *presença* que permanece oculta, a despeito da lógica que, por algumas vezes, nos faz garantir o seu aparecimento físico e real, desse real que constantemente exigimos das coisas, mas que não é o real verdadeiro, o da *presença real*, mas o real pobre e precário da garantia positiva que nos pode oferecer o fenômeno. Daí que Sinésio, o Alumioso nos pareça uma espécie de Filho de Virgem, como Chrisna e Jesus, aquele que é chamado pelo povo o Santo, o Puro, identificado pelo mundo como filho de D. Pedro Sebastião Garcia-Barreto, a quem cabe uma possível herança paterna. Jesus, também, foi identificado como o Messias profano, ligado a um simples episódio judaico, sendo visto como um filho de carpinteiro, pregador de um reino como tantos outros, e aceitado e compreendido apenas por isso. Sinésio parece chamado também a uma herança. Mas não será esse herança inteiramente simbólica? Na experiência mística, como se se tratasse de um recur-

so teatral chamado de interferência, (esse mal-entendido tão usado pelo próprio Suassuna em seu teatro) parece haver curiosamente uma misteriosa coincidência, que chega a superar o equívoco do mal-entendido, a ponto das duas realidades, a mística e a profana, se confundirem uma na outra. Acrescente-se que o Donzel, como o chama D. Pedro Dinis Quaderna, trazia nas costas "um manto vermelho, no qual estava bordado um grande Escudo com as mesmas armas da bandeira — as três Onças vermelhas em campo de ouro, e os treze contra-arminhos de prata em campo negro". As três onças, todas vermelhas aqui por exigência da heráldica, ou para confundir através das cores os atributos das três pessoas da Divindade Única da Onça Malhada do Divino, são como sabemos a concepção de Quaderna sobre a Trindade Divina, base de sua teologia. Observem em seguida a ligação da bandeira de Sinésio com a bandeira do Frade, meio predicador e guerreiro, que é Frei Simão, bandeira que traz um pombo volante no centro e uma Coroa Real encimada por uma esfera e uma cruz, como se coubesse a Frei Simão o anúncio da *realeza* e da *transfiguração* de Sinésio. Observem, ainda, que o personagem é dado como o *ressuscitado*, como encontrado despido, etc. e note-se a ligação desse mito com o Cristo despojado de suas vestes, acompanhado do caso de sua Ressurreição. E que dizer "daquela moça meio ausente, absorta e sonhosa, de cabelos castanhos e olhos verdes", que, a modo de timbre, encima o escudo de armas? A figura dessa mulher mostra a estreita correspondência com a imagem teológica da Igreja. A moça Heliana, aquela que passa estranhamente mel nos seios, apresenta maravilhosa identidade com o papel maternal da Igreja, que também passa mel nos seios, na sua pedagogia de salvação, para que a mensagem dos seus seios seja mais facilmente sugada pela boca sedenta de Palavra e de Vida. Isso não impedindo que a moça Heliana seja, conjuntamente, uma figura poética, imagem da poesia, e ainda uma mulher real, cujo amor por Sinésio será certamente o amor de uma mulher por um homem.

É justamente sobre Sinésio, o Alumioso, que se trava o rápido diálogo entre o estranho frade acangaceirado, que é Frei

Simão, com o Cantador Lino Pedra-Verde, que primeiro lhe dirige a palavra:

— O senhor é Frei Simão, o frade da Serra do Rodeador e da Pedra do Reino? O rapaz que veio com o senhor é o nosso Prispo, o Santo do cavalo branco, que vem comandar os Sertanejos para nossa Guerra do Reino? É verdade que ele veio para vingar o Pai, para provar que é o Filho e, ao mesmo tempo, trazer o fogo do Espírito Santo para acabar com as injustiças e os sofrimentos do mundo?

É então que Frei Simão responde, ao mesmo tempo que o Povo, ao cantador Lino Pedra-Verde:

— Vocês perguntam se o rapaz é o príncipe... *Quem sou eu para responder? Pode ser e pode não ser* (...) Pode ser ser e pode não ser, e vocês mesmos *avaliarão, pelo que acontecer, daqui por diante, se ele é ou não é o que vocês esperam (...)* Grifamos as palavras da resposta de Frei Simão apenas para tentar situar que essa grande alegoria, que é *A Pedra do Reino*, envolve um enigma a ser decifrado, e que esse enigma é Sinésio.

Depois dos aplausos do Povo a Frei Simão, depois desse diálogo enigmático em que o Povo *"também com ar de doido e tanto mais impressionado porque entendera muito pouco das palavras do Frade, começou a beijar* as mãos e a fímbria do hábito branco de Frei Simão" — e depois de uma confusão de sinos tocados prodigiosamente por mãos invisíveis, somos jogados numa verdadeira hierarquia, em que há uma visão indiscutivelmente teofânica que vem completar a teologia de Quaderna:

"Por entre chamas, resplendores e estalos de raio, apareceu no Céu uma gigantesca Onça Malhada, de pelos cor de ouro, cabeça negra e malhas vermelhas. Acima dela, via-se o enorme Gavião Real, aflando asas e criando, com isso, uma ventania de fogo, parecida com as ventanias incendiárias da caatinga. Abaixo dela, na primeira linha, estavam duas outras Onças, uma negra e outra vermelha e, abaixo destas, sozinha, uma Corça Parda. A Onça tinha o corpo ferido e resplandecente de cha-

gas e malhas, e tudo estava banhado, como na bandeira desenhada pelo meu irmão, por uma chuva de gotas de sangue, que eram recolhidas embaixo por um enorme Cálice de ouro em forma de Taça". Observem neste texto, a presença característica do fogo e da luz, comum em todas as *teofanias*. Depois das glórias da transfiguração do Sagrado, sempre surge o seu oposto de sombra; o momento da *paixão* e da irreparável cruz que sempre costuma suceder às visões beatíficas": E o Gavião de Ouro do Divino foi substituído pelo cruel Gavião da Morte".

É, finalmente, o enigma de Sinésio que faz Lino Pedra-Verde baralhar todos os acontecimentos para conformá-los à sua visão, — o que não deixa de ser uma seleção própria da exigência do Sagrado, — o que força a dizer que tudo é uma coisa só. Esse *tudo é uma coisa só* demonstra a simultaneidade com que os diversos planos da realidade se ajustam para dizer o Mito, que é sempre um dizer enigmático, ocultador, e, portanto, filho da Esfinge; e que, por ser um dizer sempre renovado, não traz consigo nenhum processo de exclusão ou de separação de coisas ou fatos. Mas, pelo contrário, integra os múltiplos ângulos de uma realidade ao assumí-los num *novo grau*. Por isso Lino Pedra-Verde não é entendido nem por Clemente nem por Samuel, cada um deles prisioneiro dos dados oferecidos pela *evidência*. Tal como D. Pedro Dinis Quaderna, Lino Pedra-Verde não é um homem de *evidências*, mas um buscador daquelas coisas que se escondem para além dos véus da *evidência*, pois nada nos faz garantir até que ponto a *evidência* pode servir de prova para uma Realidade que é infinitamente maior por aquilo que nos oculta do que por aquilo que nos revela. Aliás, não é de hoje que se costuma confundir a *evidência* com a própria Verdade. Aos que a confundem eu direi que a mentira é mais fácil de ser provada do que a Verdade, porque esta última é muito menos *evidente*, muito mais velada, por nela realizar-se a plenitude do Imponderável, que mais se oculta do que se mostra, como negação que é de toda evidência. Não há coisa mais difícil de ser provada do que a Verdade. Contrariamente ao que, mesmo em tom de galhofa, disse certa vez Oscar Wilde: "Até a Verdade pode ser provada". Porque é curioso, a Verdade, além de não ser *evidente*, não é *verídica;* pode ser *vera*, apesar da redundância, mas jamais *verídica*. Os mártires gerados, em todos os tempos, pela Verdade, tomo-os como a maior garantia desta minha afirmação. Não haveria mártires, se as idéias ou a causa pelas quais se batessem ou morressem, pudessem ser provadas. E a Verdade, caso fosse demonstrável, correria o risco de perder o número dos seus apaixonados e dos seus mártires. Dou, por isso, infinitas graças ao Senhor da Espera, por não poder afirmar nenhuma *evidência* acerca de Sinésio, o Alumioso. Mas Sinésio pode muito bem figurar o Espírito Santo, o Gavião de Ouro de D. Pedro Dinis Quaderna, já pela sugestão da pomba volante na bandeira conduzida por Frei Simão, já pelos elementos decifráveis e indecifráveis ao mesmo tempo, sugeridos pela sua missão. Sinésio pode ser aquele que, Puro, vem purificar; aquele que, Livre, vem resgatar; aquele que, Ressuscitado, vem ressuscitar o Reino; aquele que, representando a Justiça, vem salvar o trigo do joio e, finalmente, purificar o joio. Identifica-se, por tal razão, mais com o Espírito Santo do que com o Filho, pois vem para completar a obra do Filho.

Em toda essa alegoria, que ora se esconde, ora se mostra, sob o véu dos acidentes romanescos, permanece a unidade de sentido que liga Quaderna (o Humano) a Sinésio (o Divino), aquele de quem nem mesmo Quaderna se apresenta como completo decifrador. São como as duas faces da Gesta Infinita que é a História, que compreende a Queda conhecida e a Salvação suspeitada. O drama de Quaderna é o drama do homem não contente com a Queda que marcou a sua carne e que busca, por isso, sagrar o seu sangue com o estigma divino da Realeza que, no caso, representa a Graça. Não é intranscendente o fato de que D. Pedro Dinis Quaderna sagrou-se rei com suas próprias mãos. Não é a Graça, além do dom de se sentir apontado para a Coroa, também, e sobretudo, uma conquista? A Coroa que vai nos sagrar reis e príncipes não terá que vir manchada por uma longa história de sangue que possa embeber a Pedra, a Pedra da Fé e da Fortaleza, o sangue que é como o símbolo vermelho assinalando a nossa dolorosa porém gloriosa encarnação? Pois só o sangue é capaz de aplacar a fúria dos deuses que se debatem em nossos abismos, personificações que são das nossas potências superiores que clamam por sua vitória contra as

potências frágeis. Como vimos mais acima, a palavra *Monarquia* não deve ser aqui compreendida apenas no sentido literal, todavia como elemento sacralizador por excelência da natureza humana. Da natureza humana sacralizada pelos estigmas do prometido Reino. Como não deve passar despercebido o fato de que esse Reino é erguido sobre uma Pedra, a Pedra que simboliza o permanente contra o contingente, o eterno contra o efêmero, imagem excelente para exprimir a consistência de todas as coisas. Mas não basta ser sagrado pelo carisma real da Graça. É preciso também beber, sacramentalmente, o vinho guardado no núcleo desta Pedra, submetida ao Reino da Graça; o vinho que nos permitirá, como permitiu à Quaderna a grande visagem da Onça Malhada do Divino, através de nossa participação na embriaguez do Sagrado; o vinho que opera em nós, mas do que a catarse, a superação toda a contingência e a compreensão do Maravilhoso e do Terrível. E aqui a preciosa associação, comum na revelação religiosa, do vinho com a participação em um novo estado, do vinho como a presença em nós do Divino e de Deus.

Mesmo sob o ângulo literal *A Pedra do Reino* nos mostra, através do relato das suas ocorrências e peripécias, originalmente transpostos em folhetos nordestinos de cordel no lugar de capítulos, não uma mera representação romanesca, mas a utilizar todos os ingredientes de um verdadeiro *espetáculo*, inseparável da obra de arte, exprime nada menos do que a dança ou o jogo tragi-cômico da Vida. O Sertão que serve de moldura à *Pedra do Reino* não é apenas o Sertão: é o mundo. E é o próprio Quaderna que traduz a nossa impressão: "... a parte deste mundo que me fora dada — o Sertão — não era mais somente o "Sertão" que tanta gente via, mas o Reino com o qual eu sonhava, cheio de cavalos e cavaleiros (...)". E a intervenção de alguns personagens aparentemente secundários na narrativa, como é o caso de Pedro Beato, Pedro Cego, Nazário e Lino Pedra-Verde, não é tão secundária como se possa pensar, porque eles desempenham, muitas vezes, como súbitos clarões nas partes mais sombrias do livro, o papel clarividente de profeta, arautos ou intérpretes desse Reino misterioso que Quaderna, apesar de ser "o descendente, m linha masculina e direta, de D.

João Ferreira Quaderna, mais conhecido como El-Rei D. João II, o Execrável", não poderá decifrar sozinho, apesar de tratar-se do seu decifrador-mór: Quaderna, a quem na sua mais doce que sórdida velhacaria, coube a sonhosa missão de fazer do seu Destino uma "desaventura", neologismo quadernesco que compreende simultaneamente aventura e desventura, e que exprime a caminhada, ambígua e contraditória, do homem sempre impelido para a Queda, a despeito desse otimismo enganoso porém glorioso que o faz permanecer cavalgando sobre o caminho movediço de todas as coisas. Eu chamaria esse otimismo de Quaderna de *otimismo trágico*. Repito aqui a expressão *otimismo trágico* (a primeira foi num estudo sobre Maximiano Campos), porque D. Pedro Dinis Quaderna exige que eu a repita, para designar exatamente o tipo de otimismo que o caracteriza, e para distinguí-lo de outro que é o *otimismo ingênuo*, o qual, na sua pretensa inocência, busca eliminar ou negar o conflito e a dor realmente existentes na condição humana. E é justamente aquele otimismo que impele Quaderna a confessar: "A Raça piolhosa dos homens e dos lacraus peçonhentos que eram os animais, aparecia-me agora, como uma Cavalgada muito bem organizada, realmente por Reis, Valetes, Rainhas, Damas e Bispos, montados a cavalo, uma Cavalgada bela, gloriosa, cheia de espadas e bandeiras (...). Por isso, o mundo não me aparecia mais como um animal doente e leproso, como um lugar sarnento e pardo, nascido do Acaso, mas sim como um Sertão glorioso, fundado na Pedra, ao mesmo tempo harmonioso e ardente". E essa compreensão do otimismo quadernesco, se se contrapõe a um otimismo falso e róseo dos homens pouco exigentes, também se opõe, ferozmente, ao derrotismo ainda mais falso daqueles que condenam o mundo apenas para melhor se locupletar das suas delícias.

Chega, finalmente, o momento em que D. Pedro Dinis Quaderna vai ser julgado pelos títulos brasonados do seu grande Sonho, pois nenhum grande sonho conseguiu ficar impune. E para julgar o sonho nada melhor do que a frieza analítica da Razão. E o Corregedor, imagem da Lei, é o representante máximo dessa razão. Com a sua mente lógica, ele não buscará outra coisa senão a interpretação lógica e racional de acontecimentos nos

quais Quaderna só vislumbra as vertigens do maravilhoso. Se houver uma grande figura desse tipo de Racionalismo, ela não pode estar mais genialmente personificada do que na figura inquisitorial por excelência do Corregedor, que quer de Quaderna não sua verdade, mas um mísero depoimento onde esteja expurgada e exorcizada qualquer tentativa épica de *estilo régio*, que é o júbilo maior da atribulada existência de D. Pedro Dinis Quaderna.

Mas D. Pedro Dinis Quaderna, mesmo nessas "astrosas e fatídicas circunstâncias", nunca deixa de apelar para as delícias do seu *estilo régio*. E como um bom velhaco, procura agir com a Vida usando as mesmas armas com que a Vida sempre o procurou lograr. Isto é, responde com um Sonho mais alto, e sublimado pelo mais alto fingimento, a todas as agressões ao seu Reino, partidas do Corregedor que, nesta hora, representa o Mundo e também as usurpações da Vida. Da Vida que primeiro nos enreda em seus labirintos e depois nos exige contas se, por acaso, resolvemos decifrar as esfinges que ela própria colocou dentro deles para que nos devorassem. E, por isso, D. Pedro Dinis Quaderna, procura fugir, ao máximo, das *evidências* mais ao gosto do Corregedor, e utiliza, inclusive, a mentira para escamoteá-los; porque a mentira, a grande mentira, não deixa de ser uma tentativa arbitrária e fantástica de superar a mesquinha realidade mais ao gosto dos corregedores do que dos espíritos epopéicos e régios como o de D. Pedro Dinis Quaderna. Inventa por isso que está cego e ainda quando suas contradições se tornam por demais flagrantes, para que sejam negadas, ele transmuta essa "cegueira" numa "cegueira profética", com poder suficiente para transfigurar o mundo e iluminar as armadilhas forjadas por ele, e pela mente dos corregedores, seus guardiões, apenas para o destruir. E a mentira convicta de D. Pedro Dinis Quaderna termina por transubstanciar-se na própria Verdade de sua Vida. E D. Pedro Dinis Quaderna tenta, então, convencer o Corregedor, de sua "cegueira": "É por isso que o Sertão, nos meus maiores momentos de cegueira profética me aparece como esse Reino pedregoso de que lhe falei, Reino por onde erro eu, agora, como o Valente Vilela, mas também destroçado, processado, vagabundo, perdido, extraviado e cego, incapaz de ver outra coisa a não ser esses Lagedos, essas Caatingas espinhosas, esses morros descalvados, essa Raça Sertaneja e esses bicos, semelhantes aos que, às vezes, aparecem em nossos pesadelos". Mentira que, finalmente, lhe serve como um grande recurso para a definição do seu *estilo régio*: "O que é mais curioso, porém, é que o olho romântico e queimado, que é o direito, depende do olho clássico e vidente, que é o esquerdo (...). Também se eu não gastasse toda a prata e todo o sol do meu sangue com o olho clássico e vidente, o outro não seria capaz de enxergar a feiura e a miséria (...)". E, convenhamos, que tal mentira lhe serviu misericordiosamente para nos dar não somente uma poética, para não dizer uma estética, mas uma curiosa teoria do conhecimento.

Quaderna deixa muitas vezes a narrativa suspensa como um mago que fizesse dela um pretexto ilusionista para manter o Corregedor enfeitiçado com o espetáculo. E isso é fácil de verificar num cotejo com diversas partes do livro, que passarei a citar:

"Sr. Corregedor, lembro mais uma vez que sou um epopeista, de modo que tenho certas liberdades que me são outorgadas pelo Gavião macho-e-fêmea e sertanejo que me serve de Musa. Entre essas liberdades, está a de adivinhar e profetizar as conversas que não ouvi" (pág. 398).

"D. Pedro Dinis Quaderna, isso tudo que o senhor me contou agora é verdade, mesmo, ou é "estilo régio?". Quaderna responde ao Corregedor que não seria nada de mais que ele, por sua vez, aumentasse um ponto às histórias que fosse contando a ele, Corregedor, pois segundo Quaderna, "é uma característica das epopéias essa de seu fogo vir sempre coberto de fumaça" (pág. 411).

"Se eu quisesse impressionar o senhor, poderia inventar um final mais glorioso" ( ). "Infelizmente, porém, Sr. Corregedor, eu tenho que pedir a toda essa gente que se imobilize aí, nessa atitude, meu irmão com o braço no ar, o pessoal de olhos aboticados e de boca aberta, a bandeira contra o céu, etc.,

porque tenho, agora, que passar a Estrada que nos liga à Vila do Estaca-Zero e contar algo de importância fundamental que está acontecendo por ali" (pág. 332).

O Corregedor não percebe que está sendo enredado pelo espetáculo. E é todo um espetáculo montado por Quaderna para exercer sua grande magia sobre o interlocutor. Suspende o espetáculo onde e como quer; dirige as cenas como senhor absoluto da farsa, sem de todo se deixar enredar ou se envolver pela trama quase inteiramente inventada por ele, Quaderna, a darmos crédito de que sua história seja de fato verídica. Aliás, a grandeza de Quaderna reside no próprio fato de não ser um escravo da *verossimilhança*, como aqueles que, mais realistas que o rei, não conhecem outra coisa senão a lastimável verdade de sua coerência medíocre que nada tem a ver, em definitivo, com a Verdade. De súbito Quaderna pára (exatamente no prelúdio da Sagração do Gênio Brasileiro Desconhecido) para dizer ao Corregedor já seduzido ou tocado pela história, (embora sempre preocupado com o verídico, com o lado seguro da questão, com o mero depoimento, com o inquérito), — que já chegou a hora de pensar, de lançar as cortinas do epílogo sobre o tumulto da miséria e da beleza dos homens, sob o magnífico argumento de que é uma tradição dos romanos epopéicos ficarem incompletos. Aliás, não é esta incompletude, acrescentamos nós, a marca fundamental do nosso Destino, sempre tenso e inacabado, sempre desgarrado e nunca encontrado, que jamais se completa de todo e sem nenhum fim seguro nesta Terra Escura do Terrível? Essa incompletude não traz consigo um apelo metafísico mais forte: o de que o destino do homem não se cifra apenas no raso dos seus conhecimentos, nas malhas frágeis de sua historicidade, na precariedade dos seus depoimentos, como quer o Corregedor de Quaderna?

E o próprio Quaderna nos convence de suas razões: "Imperceptivelmente, sem que eu quisesse ou notasse isso, o aspecto real e político de todos aqueles acontecimentos foi ficando de lado e cedendo passo a passo ao aspecto poético-literário, muito mais real e embandeirado que o outro".

Vejam agora as duas lógicas: uma racional e dedutiva, a do Corregedor, e outra, poético-mágica, a de Quaderna, neste trecho expressivo de diálogo:

— O que o senhor faria num caso como este? Fale francamente, D. Pedro Dinis Quaderna! Você encerraria o caso, permitindo que eu abandonasse, aí, o depoimento, ou quereria ouvir o resto?

— Não sei, senhor Corregedor... Eu nunca fui juiz! Por isso, sou capaz de achar que podia ficar tudo como está, porque talvez fosse melhor para todos nós.

O Corregedor acredita no "resto" que sobra a ser dito sobre o ser de Quaderna. E, mesmo sob o ponto de vista de uma teoria do conhecimento, quem poderá dizer o "resto" sobre algo, ainda que este algo seja uma planta ou uma pedra? Não existe esta coerência, absolutamente segura, que o Corregedor exige da condição humana. Nem existe nenhuma verdade capaz de ser esgotada num mero depoimento datilografado, mecanicamente, durante um interrogatório, que busca apenas evidências, quando essas evidências não existem.

Para naturalmente safar-se das inquirições do Corregedor ainda tenta um último expediente quando, num certo passo do seu depoimento, referindo-se ao fim misterioso do romance de José de Alencar, ele assim coloca a questão: "Se o caso fosse de estilo raso, Ceci e Peri morreriam de qualquer modo. Se morressem ali, na hora, afogados, já estão mortos e enterrados, de velhos, agora, pois a história deles se passa no século XVI e não tem quem viva tanto no mundo. Eles morreram, então, velhos, feios, desdentados, coisa com a qual não me conformo de jeito nenhum. Mas se o caso é de *estilo régio*, então eles não morreram, nem lá nem depois. Consumaram aquele amor meio espiritual tarado que sentiam um pelo outro, e permanecem ali, possuindo-se um ao outro, na palmeira, num amor de divindades, vivos para sempre e eternamente jovens, imobilizados, naquele epopéico momento que é sempre o mesmo, sempre renovado a cada leitura".

Quaderna, como se pode observar até agora, habita num verdadeiro mundo *mítico*. Aliás, o que ocorre com o mito, é possuir um tempo eternamente reversível, o tempo do sagrado, onde os acontecimentos exemplares, uma vez consumados, são permanentemente renovados e reassumidos em sua origem, diferentemente do que acontece com o tempo profano. Tem razão Mircea Elliade, quando postula, em seu ensaio "O Sagrado e o Profano": "O tempo sagrado é pela própria natureza reversível, no sentido em que é, propriamente falando, um tempo mítico primordial tornado presente". Volto mais uma vez a Mircea Elliade para endossar este trecho d'*A Pedra do Reino* que acabei de citar, e para concluir dizendo que este romance de Ariano Suassuna se entronca numa linha mítica, sem similar no gênero, em toda a literatura nacional, salvo, talvez, o caso de seu único antecessor José de Alencar, que parece uma antecipação de Ariano Suassuna, com o inesquecível exemplo de "Iracema".

Não pode, finalmente, passar sem uma referência, o fato desta obra chamar-se exatamente de Pedra do Reino. Pois de Pedra são feitos os fundamentos das nossas casas e dos nossos destinos. A nossa fé e a nossa fortaleza repousam na Pedra, imagem da serenidade diante dos abalos e dos transtornos do mundo. Dela se constroem os nossos altares e as estátuas dos nossos santos e dos nossos deuses. Como dela, na remota antiguidade, se ergueram obeliscos, menhires e dólmens. Ela parece resistir ao tempo puramente sucessivo e que angustia o homm por seu caráter de irreversibilidade. Se bem que a Pedra seja em si própria irreversível, porque não precisa voltar sobre si mesma, imóvel, fixa e inalterável no próprio cerne do Mundo, em oposição às outras coisas que a envolvem, frágeis e efêmeras, no seu movimento para a destruição e para a morte. Idéia por excelência da permanência e da verdadeira segurança, ela é como o cosmos em oposição ao caos; é o fundamento de toda construção, pela sua durabilidade, é a imagem mais perfeita do Eterno. Pode-se falar de uma pedagogia da Pedra, como se ela nos quisesse mostrar, pela sua solidez e integridade que o nosso Destino deve representar um dogma diante da Vida, afirmando-a contra o vácuo e contra o Nada. As montanhas e as grutas, que sacralizaram o berço de todas as religiões, não se esvaziaram ainda do seu fascínio sobre os homens, sejam eles pensadores ou poetas, religiosos ou sábios. E as sugestões de sentido religioso e poético, em que há a presença concreta e simbólica da pedra, são de novo, por essa razão, inesgotáveis.

Não foi sem séria significação que Deus deu ao Homem os mandamentos de sua Lei inscritos na Pedra. E as Tábuas de Pedra do Decálogo foram recebidas, também, sobre o cimo de Pedra de uma Montanha. E a Igreja de Cristo foi fundada sobre a Pedra de um homem e de seu testemunho: "Pedro, tu és pedra, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja".

Os ventos se debatem contra a pedra, o sangue ensopa seus fundamentos, as águas correm e passam sobre ela, as tempestades se dilaceram contra os seus flancos, mas a Pedra permanece, porque é dura e eterna.

A Pedra do Reino, por ser de pedra, irá permanecer durante todo o tempo em que o sol se refletir sobre ela.

E a Onça Malhada do Divino, malhada porque reflete e contém todas as coisas, não parará de estender suas malhas luminosas sobre esta Terra Parda e este Povo Castanho, filhos do Poder de sua Divindade.

E esta obra traz consigo a dura permanência da Pedra, de uma Pedra erigida em Reino, e sagrada com o sangue, irmão no Gênio, de Ariano Suassuna, seu autor, e de Dom Pedro Dinis Quaderna, seu personagem, e o Gênio de ambos tem a força de todos os taumaturgos e mágicos, para mover as montanhas, mas não terá a de remover esta Pedra de sua própria construção e do seu próprio testemunho.

O ensino de 2°. grau profissionalizante: reconciliação entre cultura e trabalho?

Yves Marie Gilles de Maupeou

Voltando para os tempos mais remotos, quando o homem estava nos primeiros passos da sua evolução, podemos descobrir a unidade entre o espírito que pensa e as mãos que realizam. A humanidade aprendeu pela experiência; assim se domesticaram os animais, se fabricaram as ferramentas e se estabeleceram os ritos da vida social. "O homem é inteligente porque ele tem mãos", afirmou um antigo sábio. Mas, com a evolução, e principalmente através do mundo greco-latino que marcou a civilização ocidental e por ela a nossa civilização brasileira, se estabeleceu o dualismo entre a cultura e o trabalho, entre o mundo das idéias e o mundo material.

Preocupado com a descoberta do absoluto, Platão valorizou a razão e considerou o mundo como dividido em dois aspectos: o mundo racional, supra-sensível, que é o mais real, e o mundo material, contingente, que é a sombra, a imagem do primeiro. Daí, nasceram duas ordens de conhecimento: o conhecimento imutável que contempla as formas da verdade, e o conhecimento empírico que é sujeito à ilusão e ao erro. As mais antigas e as mais apreciadas escolas da antiguidade foram as escolas de filosofia. Como consequência, a sociedade de Platão foi uma sociedade de classe baseada na desigualdade; de um lado, os homens livres, a aristocracia, e do outro, os escravos, a massa dos trabalhadores. Os primeiros se afastavam da transformação material do mundo para se dedicar ao lazer, à contemplação das idéias e às funções de governo; os segundos, sem possibilidade de atingir a cultura, ofereciam sua participação manual para a marcha da sociedade. Neste universo, a educação nas escolas era privilégio das "elites" que a frequentavam sem desejo profissional, mas a fim de adquirir a instrução ca-

paz de formar uma personalidade digna da "classe nobre". Foi esta influência grega que Roma recebeu e implantou nas regiões do mar Mediterrâneo. O prestígio da cultura, a nobreza dos sentimentos, o ideal da família latina foram conservados e transmitidos pelas classes dominantes como um absoluto quase religioso. À plebe do império e aos escravos das regiões dominadas pertencia o esforço do trabalho manual. Enfim, o Cristianismo, nascendo nas beiras do mar dominado por César, encontrou na filosofia dos gregos uma base para construir sua teologia. A separação entre o mundo da razão e o mundo material passou a ser separação entre a graça e a natureza, entre o homem e o mundo.

Tudo isso marcou nossa civilização brasileira, impregnada deste dualismo entre cultura e trabalho. O aspecto mais nítido da separação manifestou-se através da oposição entre a classe dos colonizadores portugueses e dos escravos da África; os primeiros representando o mundo humanístico da Europa e os segundos, a massa dos que produzem pelo esforço físico. O sistema escolar constituiu-se à imagem desse tipo de sociedade e os primeiros e mais famosos colégios formaram gerações de homens capacitados na linha humanista/cristã.

Hoje, nosso sistema educacional ainda reflete esse dualismo entre cultura e trabalho. Para um país cuja força de trabalho é rural em mais de sua metade (52%) (1), temos um ensino médio que é de "cultura geral" na sua maior parte. Isso significa que nossa educação não assimila os valores do trabalho. No ensino superior, sabe-se o número das faculdades de filosofia ou de direito enquanto nosso rebanho, um dos maiores do mundo, dispõe de um número irrisório de veterinários. E a situação no setor industrial é apenas um pouco melhor.

O ENSINO DE 2.º GRAU PROFISSIONALIZANTE

Foi dentro desse contexto que chegou, para ser implantada, a lei 5.692 cuja inovação principal consiste na substituição do

(1) Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Vol. 56 (123) julho/setembro 71, p. 41.

ensino propedêutico e teórico pelo ensino profissionalizante. No segundo grau, dois princípios vão alicerçar toda a atividade escolar: terminalidade e continuidade e para todos, mesmo os que vão seguir para a Universidade, o ensino de cultura geral vai se relacionar com a aprendizagem de uma profissão. A educação profissionalizante é o encontro entre a mente que pensa e as mãos que fazem, entre a inteligência que raciocina e a habilidade que cria; tudo o que se ensina conduz ao agir e todo agir traz sua riqueza de reflexão. A nova escola preconizada prescreve uma educação global centrada na pessoa do educando e na realidade da civilização que tivemos.

A lei está lançada, mas uma mudança não se faz apenas por decreto; temos o instrumento, o ponto de partida; aos alunos está oferecida a possibilidade de aumentar seu nível cultural ao mesmo tempo que sua capacidade profissional e de ser unificado na sua preparação para a vida. Corretamente estamos diante de duas alternativas:

— a primeira significaria, infelizmente, que a letra tivesse mudado e não o espírito. As duas correntes, cultura e trabalho, continuariam separadas dentro do próprio indivíduo, vivendo o motivado de um lado e o necessário do outro, e dentro da sociedade com uma classe valorizando o cultural e desprezando o profissional e a outra recebendo a qualificação para o trabalho como possibilidade de viver melhor amanhã e considerando o resto como teoria sem valor prático.

— a segunda representaria o que a lei espera, uma unificação, ao nível das pessoas bem como dos grupos entre o produzir e o pensar, entre o fazer e o ser. Unificação pelo menos nos seus primeiros passos, pois ninguém vai pensar que as coisas humanas mudem assim de repente.

Isso nos leva a situar os pontos sobre os quais deve se basear a Lei/Reforma para realizar o que ela deseja.

O TRABALHO IMPLICA UMA CULTURA

A simples experiência quotidiana revela a dimensão cultural do material quando tocado pelo homem. O comer e o beber tornam-se festa, o amar e o engendrar criam a família, o produzir e o trocar os produtos fortalecem as relações sociais. Na vida primitiva, trabalho e senso comum eram a mesma coisa e o homem vivia juntamente sua cultura e seu trabalho. Hoje, o progresso material invadiu de forma gigantesca todos os setores da nossa existência, e nossa cultura, baseada nos tradicionais padrões culturais, não consegue assimilar o novo conteúdo. Continuamos pensando em termos de essências enquanto estamos projetados num mundo impregnado de ciências. E todos estão atingidos: o camponês da Transamazônica, o operário de São Paulo ou o funcionário de Brasília. E todos, ao mesmo tempo, vivem divididos como se o mundo unificado de ontem se tivesse tornado, para retomar a expressão de Gabriel Marcel, um "mundo quebrado". Daí as rupturas que conhecemos: avanço técnico e deterioração espiritual, procura insatisfeita da compreensão de si junto com a compreensão do universo e surgimento de uma juventude alheia a seu tempo. Nesta crise, muitos lamentam a perda dos valores que faziam a razão da sociedade e poucos se preocupam em descobrir os valores que nascem do domínio do homem sobre o material. Sem as dimensões culturais do trabalho humano, não pode haver hoje sociedade equilibrada. E isso que vale para todas as sociedades é ainda mais necessário para países como o Brasil cuja população, na sua maioria está, em pouco tempo, passando de um estado primitivo a uma descoberta da capacidade criadora do homem. O trabalho não é somente produção e salário mas também instrumento de reflexão e de questionamento; ele não se reduz a um meio de produção e, sim, implica fins. A unificação entre cultura e trabalho começa dentro do próprio homem que necessita não somente aprender a aplicar processos manuais ou intelectuais mas poder compreendê-los a fim de dominá-los e não ser por eles escravizado. A evolução da sociedade fez com que os valores materiais surgissem em oposição aos valores espirituais; hoje estamos chamados para a reconciliação. Cultura e trabalho devem tornar-se elementos essenciais de toda a obra

educativa para que a pessoa possa dominar juntamente as forças naturais e as forças s[illegible]va Lei/Reforma situa-se nesta linha em que a ação do homem confunde-se com a reflexão do homem.

OS VALORES CULTURAIS DOS TRABALHOS NECESSITAM DE UMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA

Seria vão esperar uma educação humana numa sociedade injusta. Ninguém se realiza sem participar e, sem realização pessoal, não há cultura que possa nascer. Ora, para uma boa parte dos nossos alunos que vão terminando o 2.º grau, a escolha de uma profissão defronta-se com barreiras que fazem dele um robô das exigências da sociedade. Basta citar dois fatos:

— qual é o Orientador que não ouviu a reflexão: "eu gostaria de ser isso, mas não dá para viver; vou fazer aquilo; não gosto, mas paga bem". Democracia exige revisão dos salários dentro dos escalões de cada profissão e entre as diversas profissões.

— que Educador não sabe que uma boa parte do acesso às profissões se faz através do relacionamento, para não dizer do pistolão? Os alunos são marcados por esta mentalidade essencialmente individualista que impede a relação social capaz de favorecer a expressão cultural. Existir em função dos outros e viver a democracia no plano horizontal é condição essencial para que apareçam os valores do trabalho.

A estes dois fatos, comuns para todos os educadores, poderia se opor o problema das necessidades do mercado de trabalho e, por consequência, do próprio desenvolvimento da nação. A Lei/Reforma afirma claramente o valor dos dois tópicos: a realização pessoal, a construção da sociedade. A aplicação prática não é simples; as dificuldades vêm de dois lados:

— das cúpulas preocupadas com o crescimento econômico e correndo o risco de utilizar a educação como investimento e o trabalhador como instrumento de produção.

— das famílias marcadas pela antiga tradição em que o trabalho manual [illegible]ão como o infortúnio do qual só se pode sair pela instrução. Podemos aqui, como ilustração, reproduzir o quadro seguinte (2):

Profissões desejadas para os filhos segundo a categoria, por sexo

PROFISSÕES	HOMENS Número/ % (N = 1702)		MULHERES Número/ % (N = 1737)	
Universitários	646	38,0	136	7,8
Não manuais	372	20,8	1.008	58,1
Manuais	403	23,7	396	22,8
Sem especificação exata	281	16,5	197	11,3
Sem resposta e não sabe	657	—	622	—
Total	2.359	100,0	2.359	100,0

Os dados foram colhidos de 2.359 chefes de família da área rural nordestina. Ora, sabemos perfeitamente que essa região precisa de muito mais que 23% de trabalhadores manuais e não tem condição para oferecer os estudos universitários a 38% dos seus filhos. Daí poderíamos concluir que a Reforma vai, necessariamente, desrespeitar as vocações e, com isso, impedir a dimensão cultural. Mas entram em jogo outros fatores que merecem melhor reflexão. Provavelmente os desejos dos pais refletem, não uma preocupação vocacional, e sim, uma vontade de promoção social; todos sabem que se vive melhor nas profissões não manuais; uma situação baseada na autoridade de alguns e obediência passiva de outros não pode desenvolver uma escolha profissional livre. Voltemos à afirmação inicial: os valores culturais do trabalho necessitam de uma sociedade democrática.

(2) Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Vol. 54 (120) outubro/dezembro 1970, p. 319.

ALGUMAS DECISÕES NECESSÁRIAS

Tentando agora descer ao nível das aplicações concretas vamos deixar algumas indicações que parecem as mais urgentes para que nosso ensino possa ser fiel aos desejos da Lei/Reforma:

— a limitação dos ramos "humanísticos" e o aumento das áreas técnicas. Há poucas semanas o Departamento do Ensino Médio citou como preocupação prioritária o ensino técnico agrícola. As medidas são necessárias. O Piauí, por exemplo, Estado essencialmente rural, dispõe de uma única escola técnica agrícola oficial; é de se esperar que a implantação da Reforma vá levar a esta região o que se espera;

— o respeito dos méritos de cada um sem discriminação. É a verdadeira questão: qual é a parcela dos alunos que vão ultrapassar o 2.º grau para ingressar na Universidade? Isso vai decidir do espírito do ensino profissionalizante e as barreiras são fortes. Muitos dos nossos colégios são estabelecimentos de classe. Durante o mês de junho tivemos oportunidade de participar dos trabalhos de um colégio religioso preocupado com a implantação da Reforma. Em todas as reuniões, os pais das alunas eliminaram sistematicamente todas as profissões consideradas "indignas" e escolheram finalmente quatro opções de trabalho "dignas da classe alta". As raízes desta atitude vêm da própria situação do colégio dentro do sistema educacional no seu conjunto e a revisão dos critérios de admissão é o primeiro ponto que se deve estudar;

— da parte do corpo docente, um verdadeiro esforço deve ser feito para "reconciliar" o professor de cultura geral e o professor de ensino prático que até agora apa-

recem, para a sociedade, como situados em dois níveis diferentes. Com a implantação da Lei, as oficinas vão-se construir junto às escolas e os estabelecimentos de ensino vão levar os alunos para os lugares de trabalho. Mestres e técnicos podem ser a imagem do encontro entre dois mundos até agora separados;

— no plano da Orientação Vocacional, sabemos que muitos dos nossos alunos não têm condição de situar-se sozinhos diante da escola profissional e correm o risco, por falta de assistência da parte da família, de ser objetos manipulados pelas circunstâncias e não guiados na linha das suas aptidões e dos seus interesses. No conjunto das escolas brasileiras, quantas podem oferecer o diagnóstico de um simples teste? E qual é a percentagem dos nossos alunos que tiveram oportunidade de conversar com o Orientador do seu futuro? Dar a cada aluno a possibilidade de refletir sobre uma escolha que vai decidir de sua vida é dar um passo na descoberta dos laços entre a pessoa e a sociedade e permitir a unificação entre a reflexão e o trabalho;

— enfim, o ensino profissionalizante não pode abrir-se para a vida se não encontrar eco e apoio nas expressões culturais dessa vida. Aqui queremos mencionar em primeiro lugar os meios audiovisuais de comunicação. Quando se vê o nível geral dos programas de Televisão ou de Rádio, com a sucessão de novelas, shows ou filmes, é de doer. O "panem e circenses" destrói o esforço que se possa fazer no ensino. O aluno da escola não pode ser diferente do jovem da casa e da rua. A cultura nasce da síntese que cada um faz a partir do meio em que vive.

CONCLUSÃO

Com nossa cultura tradicional, defrontando-se com a invasão do mundo material dominado pelo homem, parecemos ter chegado a uma saturação na reflexão como se faltasse uma raiz

capaz de mergulhar em nossa realidade concreta. Ao pensar tanto, pensamos mal porque pensamos sem a totalidade de nosso ser. Para reequilibrar a existência, necessitamos da compreensão moral e espiritual do nosso trabalho. Enquanto a vida autêntica e pessoal não poderá desenvolver-se senão fora das aulas de trabalho, contentando-nos com o lazer e o repouso, permaneceremos seres incompletos. O trabalho não é o fato do escravo mas do homem mesmo e deve abrir para a liberdade. O trabalho leva para os valores da vida, é lugar de encontros entre os homens, confere um suplemento de existência, fazendo da natureza trabalhada um mundo de mais consistência. A reconciliação entre trabalho e cultura é lucro não só para o indivíduo mas também para a sociedade.

Como tornar possíveis essas verdades? A maioria dos homens luta para sobreviver. O progresso feriu o trabalho com seus passos imensos e afastados dos passos humanos. Espera-se em todos os cantos do mundo um segundo momento em que trabalho seja trabalho de homem, quer dizer, cultura. Se o trabalho se abrir sobre os valores que o justificam, o espiritual volta a nascer do temporal, a vida se transforma. Se a existência, para se afirmar, tiver que fugir do trabalho, a vida do espírito permanece à beira da vida; não há unificação e não pode haver cultura.

Para ser amado, o trabalho tem que ser limitado, calmo, de acordo com os ritmos reais da vida, relacionado com a participação dos benefícios. E a experiência humana nos mostra que para tantos homens a atividade principal que é a profissão, situa-se longe do essencial e parece opor-se às exigências mais profundas das suas aspirações. Homens condenados à escolha entre trabalhar e existir, condenados a trabalhar para sobreviver.

Isso é o desafio do nosso tempo. Será que a sociedade que todos queremos construir vai permitir a reconciliação do nosso ser? É, pelo menos, a obra que todos os educadores devem tentar ao considerar a Lei 5.692 do Ensino de 2.º grau profissionalizante que se apresenta como riqueza e oportunidade oferecidas. O que nos é proposto, é muito mais que uma reforma de currí-

culo ou uma revisão administrativa; é um amplo programa que pode ser resumido nas palavras do Sr. Ministro da Educação Sen. Jarbas Passarinho, na introdução ao 1.º número da revista Educação: tem a Reforma do Ensino em mira "forçar, ao lado da democratização do ensino, a preparação para a vida, construída sobre um embasamento de prevalência dos valores espirituais e morais... Queremos que, através da educação, cada criatura humana adquira mais valor... e, através da articulação correta do social com o econômico, logre-se a o promoção humana global". (3)

Seremos ou não capazes, com os nossos alunos, de reconciliar a pessoa com seu meio e de adaptar para o nosso tempo a afirmação do antigo sábio: "o homem é inteligente porque ele tem mãos"? Da nossa resposta depende nossa cultura.

(3) Educação, n.º 1, p. 2-3.

Ética profissional e advocacia

RUY DA COSTA ANTUNES

1 — Em livro dedicado à profissão do advogado, o Prof. Louis Crémieu, registra, lamentando, que, na França, ao requerer inscrição no *barreau*, isto é, na Ordem dos Advogados, os bacharéis em Direito ignoram, quase inteiramente, a regulamentação da profissão; e que, por força de tal desconhecimento, ao ensaiar os primeiros passos na vida profissional, infringem muitas vezes graves deveres, pondo em risco o seu futuro.

Fenômeno semelhante ocorre entre nós: conforme assinala Ruy de Azevedo Sodré, "a verdade nua e crua é que milhares de jovens se formam, ignorando a natureza, a finalidade, as atribuições e os deveres do advogado" (*in* "O advogado, a regulamentação e a ética profissional", São Paulo, 1963, pág. 5).

Assim acontece porque as nossas faculdades de Direito ainda não se decidiram a fazer da Ética Profissional disciplina curricular, nada obstante reiteradas recomendações nesse sentido provindas dos Congressos Interamericanos de Advogados. Daí, testemunhar-se, constrangidamente, o espetáculo, aviltante para a advocacia, de profissionais que a exercitam com absoluto desprezo pelos mais comezinhos princípios, de deontologia forense.

1.1 — Incalculáveis, os prejuízos decorrentes da atividade desairosa de tais profissionais: por um lado, sacrificam, às vezes irremediavelmente, bens inestimáveis dos que tiveram a desdita de confiar nas suas pessoas, comprometendo-lhes a liberdade, a honra, o patrimônio; por outro, concorrem fortemente, com o seu exemplo, para que se generalize o preconceito que certas pessoas nutrem contra a advocacia e contra os advogados em particular.

Realmente.

Ilustrando o desprestígio da advocacia entre as camadas populares da Itália, comentava Calamandrei, em amargo livro escrito no ano de 1920, que um homem do povo, se tivesse notícia de alguém envolvido em pleitos judiciais, logo se mostraria compadecido, afirmando que o coitadinho "acabou nas mãos dos advogados" — isso, empregando a mesma entonação fúnebre de que se utilizaria para falar de um náufrago aprisionado por antropófagos (*in* "Demasiados abogados", trad. esp. de J. R. Xirau, Madrid, 1926, págs. 10-11).

Demais, insistia o eminente processualista, não somente homens de pouca instrução mostravam-se sarcásticos para com os advogados: a juventude intelectual, principalmente os que haviam participado da I Grande Guerra e ansiavam por uma profunda renovação moral do país, caracterizavam a advocacia como a profissão que reunia e simbolizava todos os defeitos e contrariava todas as virtudes; para eles, a advocacia seria "sinônimo de charlatanismo, de retórica sem sinceridade, de verbosidade sem fatos, de aparência sem substância, de astúcia sem justiça" (ob. cit., pág. 16).

No Brasil, certos modos de dizer ou falar populares refletem o quanto se vai estendendo a censura irônica da sociedade aos profissionais da advocacia. Assim, por exemplo, conforme lembrava o saudoso advogado pernambucano Raimundo Diniz, quando alguém relata que precisou dos cuidados médicos do Dr. Fulano, o ouvinte talvez pergunte: "foi grande a conta?" Em se tratando de um engenheiro, indagar-se-á qual foi o orçamento que apresentou, ou qual o custo da sua administração. Mas, se a conversa girar em torno de serviços prestados por advogado, o tom da pergunta será outro: "o advogado quanto comeu?", ou então: "o advogado quanto levou?"; "o advogado quanto meteu no bolso?".

1.2 — Seríamos ingênuos, certamente, se acreditássemos que os profissionais desonestos deixariam de existir somente pelo

fato de ser ministrada nas Faculdades de Direito a cadeira de Ética Profissional.

Se fora assim, nenhum advogado praticaria crimes, nem incidiria em quaisquer outras ilicitudes, visto como, no Curso de Bacharelado, todos receberam extensa informação a respeito das condutas não toleradas pela ordem jurídica.

Acredito, entretanto, que, se de par com o aprendizado do Direito, o estudante de boa formação moral se familiarizasse com as regras deontológicas compendiadas no Código de Ética Profissional e no Estatuto da Ordem dos Advogados, sairia da Faculdade provido de uma visão superior da advocacia e plenamente capacitado a não incorrer em deslizes que, destituídos de maior gravidade enquanto isolado, se tornam alarmantes quando repetidos e intoleráveis se convertidos em comportamento rotineiro.

Além disso, o estudo da Ética Profissional convenceria o futuro advogado de que a estrita observância das regras éticas tanto é indispensável ao engrandecimento da profissão, como para permitir que o seu exercício se realize num clima de confiança, respeito e cordialidade; e de que o desprezo por essas normas transforma o foro em verdadeira *selva selvaggia*, onde cada profissional parece identificar no colega um inimigo feroz e traiçoeiro, disposto a sacrificá-lo impiedosamente na primeira oportunidade.

Quer dizer: mesmo ao profissional altamente egoísta, que afirma não se preocupar com o mau conceito dos advogados como corporação desde que a sua própria reputação se mantenha incólume, conviria que as regras éticas da advocacia fossem largamente conhecidas e escrupulosamente obedecidas, eis que isso lhe possibilitaria trabalhar com maior tranquilidade, menos exposto aos enfartes do miocárdio, às úlceras e às estafas nervosas.

2 — Fincada a premissa segundo a qual o correto exercício da advocacia é indissociável do respeito às normas éti-

cas que embasam a profissão, vale agora ser destacado que a preservação das nossas atividades, mais que um interesse particular, representa um interesse público.

Já os romanos, pressentindo a enorme importância social da advocacia, acentuavam, no Código de Justiniano, que os *advocati* eram tão úteis ao gênero humano quanto os soldados e igualmente merecedores da gratidão da coletividade. Isso porque, afirmava o texto, se os soldados, armados com espadas, escudos e couraças, derramam o seu sangue nos campos de batalha para defender o Império, também os advogados, "confiados unicamente no poder de sua gloriosa palavra", empenham-se em batalhas para defender a vida, a esperança e a descendência dos que sofrem. (Liv. II, Tit. VII, l. 14).

Nos dias correntes, sem divergência, a advocacia é caracterizada pelos especialistas como um serviço público.

Calamandrei fundamenta com agudeza a concepção, argumentando que o Estado constitucional avocando para si a função jurisdicional como complemento indispensável da legislativa, fez sentir que o resultado de um qualquer processo não era estranho ao interesse público, visto como em todo o processo está em jogo a aplicação da lei, isto é, o respeito à vontade coletiva que o Estado representa.

Sem falar do processo penal, através do qual o Estado exercita monopolisticamente o *jus puniendi*, no processo civil o interesse individual dos litigantes aparece cada vez mais como instrumento inconsciente do interesse público, que se serve da iniciativa privada para reafirmar nos casos controvertidos a vontade concreta da lei.

Pois bem: sendo certo que a aplicação da lei constitui relevante interesse público, é igualmente certo que a Justiça não poderia funcionar se não existissem os profissionais do Direito.

Em primeiro lugar, no denso cipoal legislativo que integra a ordenamento jurídico do Estado moderno, jamais poderia penetrar o leigo. Somente profissionais exclusivamente dedicados ao estudo das leis têm condições de orientar adequadamente os particulares no tocante à extensão e aos limites dos seus direitos, evitando, assim, que o mecanismo da Justiça seja congestionado por uma pletora de solicitações infundadas.

Dentro desse mesmo raciocínio, uma vez joeiradas as pretensões dos particulares, quando não há outro remédio que recorrer à Justiça, incumbe-se o advogado de submeter à consideração do magistrado o caso em moldes técnicos, despojado de conotações supérfluas, de modo a se tornar límpida e compreensível, à primeira vista, a natureza da controvérsia, perfeitamente definidos os pontos em referência aos quais é requerido o pronunciamento judicial. O advogado economiza extraordinariamente o tempo da Justiça, expondo, numa petição que será lida em dez minutos pelo magistrado, pretensão que o cliente consumiu largas horas para narrar.

Demais, ao lado da narrativa singela e precisa do fato, o advogado encarrega-se de indicar quais as disposições legais aplicáveis, bem como a orientação doutrinária e jurisprudencial assente ao redor do tema, fornecendo, assim, preciosos subsídios para o julgador.

Por fim, graças ao advogado é que o magistrado pode se conservar sereno e imparcial no curso da lide. Se a cada litigante fosse permitido expor diretamente ao magistrado a sua pretensão, não tardaria que o julgador, ao impacto das exigências descabidas das impertinências manifestadas pelas partes, terminasse por se exasperar e converter-se em adversário de uma delas, ou de ambas. Sob tal estado de espírito, como poderia decidir os pleitos com isenção de ânimo e equilíbrio?

Assim, conclui Calamandrei, o advogado aparece como elemento integrante da organização judicial: "como um órgão intermediário entre o juiz e a parte, no qual o interesse privado de alcançar uma sentença favorável, e o interesse público de obter uma sentença justa, se encontra e se conciliam. Por isso a sua função é tão necessária ao Estado quanto a do juiz, pois atua como servidor do Direito" (ob. cit., págs. 8-9).

No caso brasileiro, nem seria preciso desenvolver os raciocínios antecedentes para demonstrar a natureza das funções cometidas ao advogado: o seu caráter público é proclamado pela Lei n.º 4.215, de 27 de abril de 1963, cujo art. 68 explicita:

> "No seu ministério privado o advogado presta serviço público, constituindo, com os juízes e membros do Ministério Público, elemento indispensável à administração da Justiça".

2.1 — Reconhecendo, ou, pelo menos, intuindo que o exercício da advocacia envolvia um interesse público relevante, os romanos, há mais de um milênio, cuidavam, ainda que incipientemente, de estabelecer normas disciplinadoras da profissão, provocando o conhecido comentário de D'Agnesseau, em 1689: "a Ordem dos Advogados é tão antiga quanto a magistratura, tão nobre quanto a virtude, tão necessária quanto a justiça" (cit-p. Mário de Souza, *in* "O advogado", Recife, 1935, pág. 25).

Foi, com efeito, o Imperador Justiniano que deu a denominação de *Ordo Advocatorum* ao Colégio formado pelos advogados romanos, de onde resultaria, séculos depois, a intitulação — Ordem dos Advogados — para indicar o órgão responsável pela organização, funcionamento e disciplina da advocacia.

Com o esfacelamento do Império Romano e consequente pulverização do poder estatal e da Justiça ao longo do feudalismo, a advocacia experimentou sensível declínio; quando as divergências não fossem resolvidas através da luta armada, o arbítrio ilimitado do senhor feudal declarava a solução.

A partir do século XIV, entretanto, na medida em que as instituições feudais se debilitavam e o Estado reivindicava para os seus órgãos o mister de realizar a Justiça, ressurgiu, robusta, a advocacia.

Na França, sob Philippe de Valois, a Ordenança de 13 de fevereiro de 1327 criou o *quadro* dos advogados; em 1344 um Regulamento viria disciplinar detalhadamente a profissão, erigindo-se em modelo para os demais países durante quase cinco séculos.

Em Portugal, o progresso da instituição fez-se mais lentamente. Só com as Ordenações Afonsinas, de 1446, delineou-se a organização da advocacia, quando na Espanha, já em 1210, o rei Afonso, o Sábio, ao editar o conjunto de leis conhecidas como as *Partidas*, regularia a profissão dizendo-a "muito útil para a melhor decisão dos pleitos" (cfr. Rafael Bielsa, "La abogacia", Buenos Aires, 1934, pág. 40).

Não caberia nos limites desta palestra retraçar o perfil histórico da advocacia.

Importa, entretanto, deixar registrado que os princípios éticos que hoje informam a organização e o funcionamento da advocacia no Brasil, não representam exigências ocasionais, mutio menos peculiaridade legislativa do nosso País. Ao contrário: as mesmas exigências éticas formuladas ao advogado brasileiro, são apresentadas, no fundamental, aos advogados de toda a América e Europa, enfim, a todos os profissionais que militam no chamado mundo ocidental.

No mundo inteiro, de alguns séculos a esta data, a experiência histórica conduziu o Estado, enquanto administrador da Justiça, a prestar reverência às seguintes prescrições:

1) — não haverá Justiça eficientemente realizada, sem advocacia corretamente organizada e no pleno gozo de suas prerrogativas;

2) — somente se permitirá o exercício da advocacia àqueles que, providos de conhecimentos especializados do Direito, obtidos em curso universitário, preencham determinadas exigências, principalmente de ordem ética, contidas nos estatutos regulamentadores da profissão.

3 — Chegando a este ponto, definida a importância dos princípios de Ética Profissional, será o caso de perguntar: que princípios serão esses? Onde se encontrarão descritos? Que sanções serão destinadas aos seus infratores?

No Brasil, tais princípios estão consolidados no Código de Ética Profissional, vigente desde 15 de novembro de 1934 e dividido em 12 Seções compreendendo os seguintes temas: deveres fundamentais; primeiras relações com o cliente; exercício da advocacia; relações em Juízo; relações com a administração; desistência do mandato; honorários; observância do Código; extensão do Código; modificação e vigência do Código.

Para assegurar o respeito às dezenas de recomendações estatuídas no Código de Ética Profissional, o Estatuto da Ordem dos Advogados, ao tipificar as faltas disciplinares no art. 103, descreve no inciso I a seguinte: "transgredir preceito do Código de Ética Profissional".

As sanções aplicáveis aos transgressores, previstas no art. 105 dos Estatutos, variam desde a advertência à censura, da suspensão do exercício da profissão à eliminação dos quadros da Ordem.

A pena de advertência será aplicável quando se tratar de primeira infração praticada; a de censura, quando não haja circunstância atenuante, ou quando não se tratar da primeira infração cometida; a de suspensão, aos que, tendo já sofrido censura, reincidirem; finalmente, poderão ser eliminados dos quadros da Ordem aqueles que incidirem na pena de suspensão por três vezes.

Os deveres do advogado, entretanto, não se exaurem na indicação realizada pelo Código de Ética Profissional. O Estatuto da Ordem dos Advogados, no art. 87, enumera vinte e dois deveres do profissional e no art. 103, vinte e nove infrações. Em todos os casos, porém, quer no delineamento dos deveres, como na tipificação das infrações, a *ratio* inspiradora do legislador terá sido de ordem ética.

Por isso mesmo, o preâmbulo das regras éticas adotadas pela *American Bar Association,* dos Estados, adverte que "nenhum Código, nem coleção de regras pode ser ideado de tal maneira que possa particularizar todos os deveres ou todas as relações da vida profissional" (cit. p. Ruy de Azevedo Sodré,

ob. cit., pág. 16). Cumprirá ao profissional, independentemente de previsão legal, abster-se de qualquer ato que a sua consciência moral classifique como indígno.

4 — A exposição de cada um dos deveres éticos do advogado não poderia, evidentemente, ser feita no espaço de tempo destinado a uma conferência, requerendo, na realidade, a realização de um curso.

Sendo assim, diante da impossibilidade material de apreciar o conjunto de normas éticas referentes à nossa profissão, procuramos selecionar, para debater, aquela apontada pelos mestres como situada no topo da hierarquia axiológica.

4.1 — Em torno de qual seja o dever máximo do advogado, parece não haver discrepância entre os especialistas.

Um dos mais prestigiados, Jean Appleton, é categórico ao escrever: "Probidade — Esta palavra diz tudo e resume, por assim dizer, os deveres do advogado" (*in* "Traité de la profession d'avocat", 2.ª ed., Paris, 1928, pág. 369). Louis Crémieu, de igual modo, enfatiza que a probidade é o "dever essencial" que a profissão impõe ao advogado e que dele fluem todos os outros deveres (ob. cit., pág. 268). O Prof. Mário Guimarães de Souza, na mesma trilha, afirma: "os deveres do advogado, múltiplos e absorventes, podem ser resumidos em duas palavras — *trabalho* e *probidade*", acrescentando em seguida: "Cada uma dessas expressões sintetiza um mundo de obrigações legais e morais" (*in* "O advogado", Recife, 1935, pág. 256).

Efetivamente, para o advogado, o dever da probidade encerra um mundo de obrigações, pois não significa apenas, conforme esclarece Adolfo Parry, correção do ponto de vista pecuniário (*in* "Ética de la abogacía", t. I, Buenos Aires, 1940, pág. 145).

Prestar contas ao cliente, escrupulosamente, das despesas realizadas com o preparo da questão; fazer-lhe entrega imediata das importâncias que haja recebido em seu nome, em cumpri-

mento do mandato autorgado; ressarci-lo prontamente quando lhe ocasionar um prejuízo — são regras elementares de honestidade, exigíveis de qualquer pessoa.

Para o advogado, entretanto, em razão das delicadíssimas funções que desempenha na sociedade e do próprio modo como exercita a sua profissão o dever da probidade reveste bem mais extensas e complexas conotações: mais apropriado seria falar em *deveres* de probidade. Deveres cujo cumprimento demandam do profissional aguda consciência crítica e uma constante autoreflexão.

Vejamos, entretanto, como a exigência da probidade impregna totalmente a atividade profissional.

4.2 — Ao receber o cliente e inteirar-se do seu nome, cumpre ao advogado, antes de ouvir-lhe as confidências, verificar consigo mesmo se haverá algum motivo que possa impedi-lo de aceitar o patrocínio da causa. Tais motivos poderão resultar, exemplificativamente:

— do interesse do consulente colidir com o interesse de outro cliente, ou de algum parente ou amigo do advogado;

— do serviço profissional dever ser prestado em outra comarca, não se dispondo o advogado a realizar as viagens que seriam necessárias;

— de não dispor o profissional, imediatamente, de tempo para encaminhar a solução requerida;

— do serviço exigido dever ser prestado perante Juízo onde não milite o advogado.

Em qualquer desses casos, deve o advogado advertir o cliente de que não poderá aceitar o patrocínio, evitando, assim, entrar no conhecimento, sem necessidade, de fatos íntimos, constrangedores, da sua vida.

4.3 — Não havendo impedimento de qualquer natureza, uma vez concluída a narrativa pelo cliente, deve o advogado indagar a si próprio, sem nenhuma complacência, se está aparelhado, do ponto de vista científico, para emitir opinião correta acerca do assunto. Maurice Garçon, a propósito, escreve:

> "Como a sua missão é zelar não os próprios interesses mas os alheios, não deve ocupar-se de assuntos que não possa dominar. Erro grave é ignorar a própria ignorância, e falta de moralidade é aceitar o patrocínio de uma causa que exija meios de ação superiores aos das próprias forças" (ob. cit., pág. 25).

4.4 — Sentindo-se capacitado intelectualmente para orientar o cliente e esclarecê-lo quanto à dimensão dos seus direitos, deverá o advogado, ao mesmo tempo, conforme recomenda o Código de Ética Profissional (Sec. II, I, *d*), informá-lo "dos riscos, incertezas e demais circunstâncias que possam comprometer o êxito da causa".

Revela improbidade, ou pelo menos, ignorância profunda e ingenuidade, o advogado que assegura êxito ao cliente, omitindo-se de analisar o ponto de vista oposto e de lembrar que em todo litígio há numerosos fatores imprevisíveis, suscetíveis de alterar os rumos da decisão judicial havida como certa.

Assim, em primeiro lugar, como lembra Ruy de Azevedo Sodré, (ob. cit., pág. 58), "as verdades jurídicas, como se fossem de areia, dificilmente cabem todas numa só mão; sempre há alguns grãos que, queiramos ou não, se escorrem entre nossos dedos, e vão parar às mãos de nosso adversário".

Certos textos legais, principalmente quando recentes, ensejam interpretações contraditórias, a ponto de, num mesmo Tribunal — inclusive no Supremo Tribunal Federal — duas turmas fixarem pontos de vista francamente antagônicos acerca da matéria.

Em segundo lugar, o êxito numa demanda não resulta apenas da correção da tese jurídica defendida, como também da qualidade e coerência da prova produzida no curso da instrução. Aqui, então, a margem de surpresas desagradáveis é lar-

ga: testemunhas cujo depoimento seria decisivo para a comprovação do alegado, deixam de comparecer à data marcada para a audiência, ou, comparecendo, mostram-se inibidas, ou reticentes, ou subitamente esquecidas de valiosos detalhes; o perito designado pela parte e por ela reputado como possuidor de largo tirocínio, apresenta um laudo referido de falhas e obscuridades, que terminará favorecendo a argumentação da parte contrária; documentos de autenticidade duvidosa são trazidos ao bojo dos autos e conseguem impressionar o magistrado... Enfim, estava certo o grande processualista uruguaio, Eduardo Couture, quando afirmava: "Ainda que pareça um milagre, o certo é que no litígio ninguém tem razão antes da coisa julgada" (cit. p. Ruy de Azevedo Sodré, ob. cit., pág. 58).

4.5 — Ainda por saber que as decisões judiciais sempre encerram dúvidas, não deve o advogado estimular o cliente a litigar, quando haja possibilidade de composição ou acordo. (Sec. II, II).

Essa recomendação do Código de Ética Profissional impõe-se obedecida pelo advogado principalmente quando o litígio assenta raízes no Direito de Família. São de tal porte os dissabores e máguas que uma demanda dessa natureza acarreta aos litigantes e às pessoas que os cercam, que nem mesmo a vitória final, às vezes, compensa.

4.6 — Os problemas que foram estudados até o momento, nascem dos primeiros contactos do advogado com o cliente.

Agora, segue-se uma outra indagação de maior gravidade: admita-se que, muito embora esclarecido da imoralidade ou ilegalidade de sua pretensão, ainda assim o cliente, obstinadamente, recusa-se a desistir do pleito que planejou e insiste com o advogado para que se encarregue do respectivo encaminhamento.

Essa mesma questão pode ser formulada noutros termos: deve o advogado recusar-se a patrocinar uma causa quando tenha consciência da sua intrínseca imoralidade ou injustiça?

Há quem responda que não incumbe ao advogado substituir o magistrado na missão judicante. Desde que o cliente não tenha sido enganado quanto à solidez do seu direito, poderá o advogado aforar a questão, porque, afinal de contas, somente ao juiz caberá decidir da boa ou má qualidade da pretensão.

Essa, porém, é uma opinião minoritária na doutrina, além de contrariar frontalmente o disposto em quase todos os Códigos de Ética Profissional.

A solução do problema, em harmonia com o estatuído em nosso Código de Ética Profissional, como no Estatuto da Ordem dos Advogados e ainda com os ensinamentos da quase totalidade dos estudiosos, será diversa, conforme se trate no pleito de uma questão civil ou criminal.

4.6.1 — Em se tratando de uma questão civil, o advogado pode e deve recusar o patrocínio de uma causa que se lhe configure imoral ou injusta.

Imoral será a pretensão quando tenha por fim obter algo contrário aos bons costumes, ou defeso em lei.

Assim, p. ex., estaria patrocinando causa imoral o advogado que promovesse ação de investigação de paternidade contra alguém, que sabe de antemão, não ser o verdadeiro pai, tudo com o fito de obrigar o réu a fornecer vultosa quantia para evitar o escândalo em torno do seu nome e a perturbação da paz familiar; ou o advogado que promovesse a cobrança executiva de título anteriormente pago, prevalecendo-se da circunstância de não ter tido o pretenso devedor o cuidado de exigir prova da quitação; ou o que ajuizasse ação de desquite contra mulher consabidamente honrada, acusando-a de adultério, para constrangê-la a consentir num desquite amigável com renúncia de valiosos direitos patrimoniais.

Em casos dessa natureza, vale ser lembrado o que escreveu Louiville: o advogado que sustenta, conscientemente, a iniquidade, torna-se, ele próprio, culpado de iniquidade; o que protege uma má ação, comete, ele próprio, uma má ação e se re-

vela pior e mais condenável que o velhaco a quem se associou, por ser mais instruído e não poder arguir em seu favor a desculpa de ter agido sob o acicate de uma paixão (*apud* Adolfo Parry, ob. cit., t. II, pág. 25, nota 3).

Do mesmo modo que deve recusar o patrocínio de causa imoral, deve também o advogado recusar-se a fazer uso de meios imorais para assegurar o triunfo do constituinte, muito embora a pretensão, em si mesma, seja justa.

Na realidade, se o advogado concorda em peitar testemunhas, ou subornar peritos ou auxiliares da justiça, ou em utilizar documentação dolosamente forjicada, ou em subtrair dos autos elementos probatórios, torna-se, ele próprio, autor ou compartícipe em crimes contra a administração da Justiça, ou contra a fé pública, o que bastará para comprometer definitivamente a aparente justiça da causa.

Daí, o conselho de Louiville: "não é suficiente que a causa vos pareça honesta e justa; devereis defendê-la também de modo honroso e honesto".

Mas a improbidade na condução do pleito não se externa somente através de atos, como os anteriormente lembrados, subsumíveis a figura de crime.

Também revela improbidade imperdoável o advogado que transcreve ementas de acordãos, suprimindo trechos, ou interpolando expressões, para induzir em erro o julgador; o que transcreve tópicos doutrinários truncando o pensamento do autor quando não se ajuste à tese que interessa ao constituinte; o que não reproduz com exatidão o que foi afirmado pelas testemunhas.

4.6.2 — A causa deverá ser considerada injusta, e, por isso, indígna de patrocínio, quando o advogado tiver a convicção de que não encontra qualquer amparo legal, apenas refletindo, por parte do cliente, espírito de emulação, o propósito de causar vexames e atribulações à parte contrária.

O mesmo raciocínio não se aplica à causa de solução incerta, ou passível de controvérsia.

Se, para aceitar o patrocínio de uma causa, devesse o advogado nutrir absoluta certeza da vitória, nesse caso poder-se-ia dizer que metade dos profissionais de direito é constituída por desonestos, pois em qualquer litígio uma parte ganha e a outra perde.

Na realidade, acontece o seguinte: uma certa questão, conforme o ângulo de observação que se adote, admitirá soluções diversas.

Por isso mesmo, sem a mínima quebra do dever de probidade, dois profissionais igualmente ilustrados e experientes, poderão emitir em torno de um mesmo caso pareceres radicalmente conflitantes.

Tanto é assim que, encerrada a instrução do processo, é comum ver-se o magistrado decidir de um modo e a sentença ser reformada na instância superior em grau de apelação; enquanto o acordo for apreciado pelo Supremo Tribunal Federal, mais uma vez o mesmo caso ser objeto de diversa solução.

4.6.3 — Em matéria criminal, diferentemente do que ocorre no cível, o advogado não somente pode, como deve, assumir o patrocínio da causa, ainda que lhe pareça ilegal, injusta ou imoral. O Código de Ética Profissional é taxativo a respeito: "é direito e dever do advogado assumir a defesa criminal, sem considerar sua própria opinião sobre a culpa do acusado".

O fundamento desse dever, à primeira vista incompreensível, repousa no seguinte raciocínio: em matéria cível, a pretensão imoral, ou ilegal, não confere direito algum à parte. Pode e deve, pois, o advogado, que é um servidor do Direito, recusar-se a desenvolver esforços contra o Direito.

Em matéria criminal, entretanto, por mais revoltante que tenha sido o crime praticado, uma vez instaurado o processo,

torna-se o acusado titular de um direito: o direito de defesa. Direito que é de ordem pública, que antes de ser instituído em favor do particular corresponde ao interesse da coletividade em que nenhuma condenação seja pronunciada sem que a responsabilidade do acusado tenha ficado cabalmente demonstrada. Tão relevante é esse interesse que, no Tribunal do Júri, se o magistrado que preside os trabalhos, verificar que o advogado de defesa mostra-se desinteressado, ou não está realmente se empenhando no cumprimento de sua missão, deverá considerar o réu indefeso e, nesse caso, poderá dissolver o conselho, marcando novo dia para o julgamento e nomeando outro defensor (C. P. P., atr. 497, V).

Ruy Barbosa, em carta famosa dirigida a Evaristo Morais, em resposta à consulta que este último formulara, definiu impecavelmente a obrigação do advogado aceitar o patrocínio de causa criminal independentemente de sua própria opinião sobre o caso, dizendo:

> "Ora, quando quer e como quer que se cometa um atentado, a ordem legal se manifesta necessariamente por duas exigências, a acusação e a defesa, das quais a segunda, por mais execrando que seja o delito, não é menos essencial à satisfação da moralidade pública que a primeira. A defesa não quer o panegírico da culpa, ou do culpado. Sua função consiste em ser, ao lado do acusado, inocente ou criminoso, a voz dos seus direitos legais.
>
> Se a enormidade da infração reveste características tais que o sentimento geral recue horrorizado, ou se levante contra ela em violenta revolta, nem por isso essa voz deve emudecer. Voz do Direito no meio da paixão pública, tão suscetível de se demasiar, às vezes pela própria exaltação da sua nobreza, tem a missão sagrada, nesses casos, de não consentir que a indignação degenere em ferocidade e a expiação jurídica em extermínio cruel.

> O furor dos partidos tem posto muitas vezes os seus adversários fora da lei. Mas, perante a humanidade, perante o Cristianismo, perante os direitos dos povos civilizados, perante as normas fundamentais do nosso regime, ninguém, por mais bárbaros que sejam seus atos, decai do abrigo da legalidade. Todos se acham sob a proteção das leis, que, para os acusados, assenta na faculdade absoluta de combaterem a acusação, articularem a defesa, e exigirem fidelidade à ordem processual. Essa incumbência, a tradição jurídica das mais antigas civilizações a reservou sempre ao ministério do advogado. A este, pois, releva honrá-lo, não só arrebatando à perseguição os inocentes, mas reivindicando, no julgamento dos criminosos, a lealdade às garantias legais, a equidade, a imparcialidade, a humanidade.
>
> Tratando-se de um acusado em matéria criminal, não há causa em absoluto indígna de defesa. Ainda quando o crime seja de todos o mais nefando, resta verificar a prova: e ainda quando a prova inicial seja decisiva, falta, não só apurá-la no cadinho dos debates judiciais, senão também vigiar pela regularidade estrita do processo nas suas mínimas formas. Cada uma delas constitui uma garantia, maior ou menor, da liquidação da verdade, cujo interesse em todas se deve acatar rigorosamente.
>
> A este respeito não sei que haja divergências dignas de tal nome na ética da nossa profissão" (cit. p. Ruy de Azevedo Sodré, ob. cit., págs. 152-153).

É certo que nem sempre a opinião pública, principalmente quando exacerbada pelo noticiário virulento e sensacionalista da imprensa, revela-se compreensiva, nem mesmo tolerante, para com o advogado que ousou cumprir lealmente o seu dever, aceitando o patrocínio de causa criminal ruidosa onde o réu seja acusado de ter praticado crime atroz.

Nesse momento, quando o público leigo e desavisado chega ao extremo de procurar identificar a defesa com o crime, servirá de conforto ao profissional lembrar a regra inscrita na Seção III, inciso II, do Código de Ética Profissional: "Nenhum receio de desagradar a juiz, ou de incorrer em impopularidade, deterá o advogado no cumprimento de seus deveres".

Tendo em vista o conflito desarrazoado que às vezes se estabelece entre o advogado e a opinião pública, a Primeira Conferência Nacional da Ordem dos Advogados aprovou a seguinte conclusão: "Ao direito de defesa assegurado a toda pessoa humana, por mais odioso que seja o crime imputado, corresponde o direito de produzir essa defesa, de acordo com as regras da ética e as normas regulamentares, ficando, perante o público e perante a classe, inteiramente imune dos efeitos da má reputação, do mau caráter ou das ideologias do cliente.

A Ordem e as Associações da classe devem prestigiar a atuação do advogado no desempenho dessa missão, uma vez que o mesmo observe as regras da ética e as disposições regulamentares.

A Ordem e as Associações da classe precisam fazer sentir ao público que o advogado tem direito e dever de defender o cliente, não obstante a impopularidade do mesmo ou da sua causa" (cit. p. Ruy de Azevedo Sodré, ob. cit., gág. 156).

5 — Referi, de início, serem tantos e tão complexos os deveres éticos do advogado, que seria inteiramente impossível discutí-los em sua totalidade dentro do espaço de tempo reservado a uma conferência.

Permitam-se, entretanto, encerrar esta palestra lembrando o sempre atual conselho aos moços, de Ruy Barbosa, sintetizando, magistralmente, os deveres maiores do advogado:

> "Não desertar à Justiça nem cortejá-la. Não lhe faltar com a fidelidade, nem lhe recusar o conselho. Não transfugar da legalidade para a violência, nem trocar a ordem pela anarquia. Não antepor os poderosos aos desvalidos, nem recusar patrocínio a estes contra aqueles. Não servir sem independência à Justiça, nem quebrar da verdade ante o poder. Não colaborar em perseguições ou atentados, nem pleitear pela iniquidade ou imoralidade. Não se subtrair à defesa das causas impopulares, nem à das perigosas, quando justas. Onde for apurável um grão que seja, de verdadeiro direito, não regatear ao atribulado o consolo do amparo judicial. Não proceder nas consultas, senão com a imparcialidade real do juiz nas sentenças. Não fazer da banca balcão, ou da ciência mercatura. Não ser baixo com os grandes, nem arrogante com os miseráveis. Servir aos opulentos com altivez e aos indigentes com caridade. Amar a Pátria, estremecer o próximo, guardar fé em Deus, na Verdade e no Bem".

Que teoria literária se deve ensinar no nível de graduação universitária

AFRÂNIO COUTINHO

A criação de uma disciplina de Teoria da Literatura no ensino superior de Letras era antiga aspiração de todos os que tinham qualquer participação nesse nível.

E foi por assim compreendê-lo que o egrégio Conselho Federal de Educação incluiu-a, em sábia resolução, entre as disciplinas que deveriam compor o currículo mínimo dos cursos de Letras.

1. Já em 1950, tive a honra de apresentar à antiga Faculdade de Filosofia do Instituto La Fayette, depois Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade do Estado da Guanabara, um projeto de criação da disciplina, a ser incluída na primeira série de todos os cursos de Letras.

Levado o projeto à consideração do egrégio corpo congregado daquela Faculdade, foi ele objeto de parecer favorável da saudosa Professora Virgínia Cortes de Lacerda e conseguintemente teve a aprovação da Congregação, sendo imediatamente posto em execução, com a disciplina incluída em caráter obrigatório em todos os cursos de Letras.

2. Em verdade, pode-se entender a Teoria Literária como disciplina propedêutica, introdutória, ou, ao contrário, como cúpula, sinônima de filosofia da literatura. Duas concepções da disciplina, portanto, defrontam-se no ensino universitário de Letras.

3. A doutrina que fundamentou aquele projeto era de que a disciplina deveria corresponder a uma "introdução à Literatura".

A idéia era de que a disciplina "facultasse aos alunos dos cursos de Letras o conhecimento preliminar e indispensável do fato literário, de sua gênese e estruturação, de suas formas de expressão, de seu poder de comunicação, da reação da crítica, dos seus métodos e tendências, do espírito que registra ou provoca" (Do Parecer de Virgínia Cortes de Lacerda).

Ao acentuar os benefícios que adviriam da disciplina, a Professora ofereceu em abono da sua criação o argumento de sua experiência. Afirmou ela que, no seu curso de Literatura Brasileira, todo o primeiro trimestre de cada ano era ocupado na ministração de conhecimento de teoria, introdutório ao estudo do fenômeno literário, o que prejudicava quantitativamente a execução do programa específico. Isso ocorria, aliás, com o ensino de todas as literaturas nacionais.

4. Ao apresentar o projeto, fundamentei-o com os seguintes argumentos:

a) Como disciplina autônoma, independente da história e da ciência da linguagem, a Teoria Literária tem por finalidade o estudo do fenômeno literário em si e de seus problemas fundamentais, a metodologia da pesquisa literária;

b) Visa ao estudo dos problemas gerais e propedêuticos da Literatura; métodos da crítica e da história literária; gêneros literários; história das idéias literárias; análise dos estilos em literatura; as técnicas dos diversos gêneros; em suma, todos os problemas técnicos ligados à criação literária;

c) A disciplina propicia a oportunidade de se ensinar o que se pode rotular como "Ciência da Literatura", isto é, a metodologia do trabalho intelectual aplicado aos estudos literários (aquilo que, em inglês, é conhecido como *scholarship*), e ainda o exame dos problemas da produção e consumo da literatura;

d) Constitui a disciplina, além da teórica, uma parte prática. Esta compreenderá estudos de textos, com análise, explicação e interpretação; práticas de exposição oral, de redação

de ensaios críticos e resenhas; confecção de bibliografias; seminários sobre obras ou temas literários;

e) A disciplina ainda procurará desenvolver e estimular as vocações para as letras, sistematizando e disciplinando essas vocações, através dos laboratórios de criação literária dirigidos, tanto quanto possível, por escritores experimentados no ensino;

f) O caráter geral ou introdutório da disciplina coaduna-se perfeitamente com o fato de que as literaturas nacionais são estudadas em disciplinas especiais.

É desejável que o aluno, ao iniciar o estudo das literaturas nacionais, já esteja familiarizado com os problemas gerais de Teoria da Literatura, sua terminologia, seus conceitos básicos.

Posta a questão nesses termos genéricos resta-nos enumerar, classificados em grupos de unidades, os problemas básicos a serem estudados na disciplina de Teoria Literária.

Unidade I. Conceito de Literatura: os diversos conceitos clássico, psicológico, sociológico, estético. A Literatura como arte. Arte rítmica; arte da palavra. Problemas da mimese e da catarse. A literariedade. O fato literário: sua gênese, estruturação, expressão. Ficção e realidade. A obra literária: sua criação, estrutura e composição. A imaginação criadora na Literatura. Função da Literatura. Características gerais do criador literário: poeta, ficcionista, teatrólogo, ensaista.

Unidade II. Literatura de Imaginação. Os gêneros literários, conceito, classificação. Gêneros de imaginação: lírico, narrativo, dramático, ensaístico. Estilo. Espaço e tempo.

Unidade III. A crítica literária. Teoria, história e evolução da crítica. Formas da crítica. O problema do método crítico. Análise extrínseca e intrínseca. A história literária: problemas e métodos. Periodização, estilos de época. Comparativismo. Metodolgia do trabalho literário em crítica e história literárias. Crítica de textos.

Unidade IV. Significação e direção ideológicas do fenômeno literário: idelismo, realismo. Os espíritos clássico, romântico e moderno: suas variações no tempo e no espaço.

Unidade V. A obra e o público. A produção literária e a reação dos leitores. A edição. Literatura e meios de comunicação de massas.

---

5. Essa distribuição da matéria mostra a sua complexidade. Mas ela pode ser tratada de uma perspectiva elementar e introdutória ou de um ponto de vista filosófico e terminal. Depende da fixação prévia do conceito da abordagem da matéria.

E é, precisamente, esse, o problema que me parece estar a desafiar os responsáveis pelo ensino superior de Letras, e, em especial, pelos professores de Teoria Literária.

É muito natural que exista o problema. A disciplina é nova no Brasil. Por isso mesmo, não havendo tradição de seu ensino, são escassos ainda agora os professores que a ela se vêm dedicando. E estes se mostram mais ou menos desarvorados quanto ao melhor método de ensiná-la, e até quanto ao próprio conceito da disciplina.

Aquela minha proposta, colocada em prática, a partir de 1952, pela primeira vez no Brasil, na Faculdade de Filosofia do Instituto La Fayette, teve o seu autor como o encarregado do curso.

E, ao ministrá-lo, enquanto pertenci aos quadros docentes da Faculdade, sempre o fiz imprimindo à disciplina o caráter de introdução, não só porque assim julgo dever ser para sua maior eficiência no contexto dos cursos de Letras, senão também porque essa foi a resolução da Congregação da Faculdade. Esse critério foi continuado por quem me substituiu, o ilustre Professor Orlando Pires.

Sempre julguei adequado aos alunos de Letras que, antes de tomarem conhecimento com a problemática literária das literaturas nacionais, pudessem dominar as questões gerais. Assim, antes de estudarem a tragédia francesa ou shakespeariana, conhecessem a tragédia em geral, como gênero, nos seus vários aspectos e problemas, de modo a se familiarizarem com os termos e conceitos, com a sua estrutura básica, com a sua evolução como gênero. E o mesmo, com os demais gêneros.

6. Mas, como ocorre comumente entre nós, estamos presenciando uma distorção do espírito dessa disciplina.

Em obediência à decisão do Conselho Federal de Educação, foi ela incluída como obrigatória no nível básico, o que implica a concepção de que deve ser introdutória e genérica.

É muito difícil, no Brasil, as pessoas demonstrarem uma dose mínima de humildade de espírito no trato dos problemas. Dificilmente se resiste ao exibicionismo, tão bem caracterizado na anedota referente a Paula Ney.

Que resulta quanto ao problema que aqui nos interessa?

Em vez de se procurar ensinar o que são gêneros literários, como se caracterizam e compõem, e como se estruturam na obra literária; que é um romance e porque; que são rima e métrica; que é personagem e ponto de vista ou foco narrativo e quais os seus diversos tipos; que é epopéia e o que a caracteriza, etc., etc., etc., a maioria de nossos professores de Teoria Literatária aproveita o ensejo para demonstrações profundas de conhecimento dos últimos livros que as editoras de Paris exportam para as nossas plagas, especialmente os da editora Du Sevil, onde estão os bastiões do estruturalismo, da semiótica, e de outras manifestações em que se compraz certa vanguarda cansativa, porque superficial e mutável ao menor navio que aporta de França. Parecia que o subdesenvolvimento cultural havia melhorado, mas ainda continuamos os homens do último livro e das breves análises.

Só queria que me dissessem a vantagem de se tentar meter na cabeça de um aluno da primeira série de Letras, cujo curso secundário não ensina a ler nem a escrever a língua pátria com um mínimo de eficácia, uma página de Heidegger ou da Julia Kristeva? Eles ignoram as mínimas noções de teoria literária, a ser aprendidas no curso médio, são obrigados a pasmar diante de textos muita vez impenetráveis aos próprios iniciados, em que se especializam os teóricos da lingüística, da semiologia, da teoria da comunicação, ou da teoria existencial da Literatura.

Ao fazer tais afirmativas, sei que me arrisco a ser considerado superado, inatual, ignorante das últimas novidades. Gostosamente enfrento esse risco.

A questão não é de maior ou menor informação. É antes de bom senso, coisa aliás que se sabe não ser muito difundida.

Tenho testemunhado a perplexidade com que muitos alunos de Letras se defrontam com aqueles textos. Não conseguem nem ao menos penetrar-lhes o sentido. Até a leitura lhes é difícil. Pois, em maioria, nem mesmo *ler* um romance ou um poema, eles sabem. E é isso, primordialmnte, o que se deve fazer, e não exibir páginas de autores cuja inteligibilidade exige preparação especial e longa.

Nem todo o novo é obrigatoriamente bom, nem tudo o que é velho deve ser abandonado. Antes de pintar, há que aprender a desenhar. O que assistimos com a teoria literária entre nós é uma espécie de hipertrofia filosofante, sobretudo entre professores moços. Falar termos difíceis, usar conceitos pomposos, utilizar uma linguagem impenetrável, deve parecer-lhes filosofar, atividade que atrai muito as inteligências jovens, e que há algum tempo se dedicavam especialmente aos estudos sociais e políticos, quando não aos de natureza propriamente filosófica. Basta lembrarmo-nos dos adeptos da chamada Escola do Recife, no final do século XIX, ou aos Teóricos do marxismo na década de 1930. Hoje, quem não papaguear a linguagem de Greimas, Derrida, Lacan, Heidegger e outros mestres ilustres,

cai na desgraça intelectual. Temos que fazer como o nosso Paula Ney.

A Teoria Literária é o instrumento de que dispomos, no momento, para a maior embromação intelectual.

E como a Universidade não é local adequado para a embromação intelectual — é precisamente o contrário, porque é onde se aprende a disciplinar e regulamentar a inteligência — desejo deixar aqui o meu grito de alerta contra mais essa oportunidade de degradação e aviltamento de um grande instrumento de trabalho, qual seja o ensino de Teoria Literária em nível superior de Letras.

Glória a Miguel Torga!

JOEL PONTES

"Desejar aplausos em arte é mais uma necessidade do que uma vaidade. É sentir que se é necessário, que nos querem. Não há nada mais esterilizante do que estar o dia inteiro no consultório à espera de doentes que nos passam à porta e vão à consulta do vizinho. Escrever para a posteridade não consola nem estimula ninguém. A legítima oração de todo o artista, quer queiram, quer não, tem de ser esta: Dai-nos, Senhor, um pouco de glória em vida".

(M. TORGA, *Diário*, IV, p. 73)

Quem escreve tais coisas chama-se, na vida civil, Adolfo Correia da Rocha, é médico, estabelecido em Coimbra, e caçador nas horas vagas, quando se dirige a seu lugar de nascimento, São Martinho de Anta, nos Trás-os-Montes. Como contista, memorialista, dramaturgo, tomou o pseudônimo de Miguel Torga, poeta desde o berço, conforme confessa. Esta multiplicidade começa a nos indicar o *ser feito* e o *ser fazendo-se*, sob uma decorrência temporal. O nome de Adolfo, São Martinho e talvez a carreira médica lhe foram dados. Torga, a literatura e sua reflexão sobre o homem e o mundo são conquistas próprias que perduram, sempre em movimento. Lemos os dez volumes do *Diário* e os derradeiros dez livros de poemas (porque os quatro primeiros estão fora de circulação e Torga os considera sem concerto"' — *Diário*, VI, pág. 64) como um conjunto fortemente ligado que bem podia ter o título geral, pirandelliano, de *O Autor em Busca do Autor*, porque é disto que se trata, em variados sentidos. Se o primeiro autor sempre é Torga, o segundo pode ser Adolfo, Deus, o Homem e o próprio Torga, Deus de si mesmo, seu criador e seu algoz. O antropocentrismo assume tal importância que a crítica rigorosamente literária pouco tem a descobrir. O poeta, ele mesmo, sempre está se descobrindo, em perpétua auto-análise que desdobra dos

limites da criação atingindo a confissão catártica. "A verdade inteira é o homem e o que ele faz". (*Diário*, V. pág. 153).

Colocado na natureza, e em situação, bifrontiza-se. Temos como que descanso e destino. A natureza é bela, se bem que alheia aos humanos. Dela, o poeta recolhe as sensações espirituais de um neo-paganismo algo requintado, que lhe dá forças para regressar ao drama de conviver na humanidade. Cada manhã, cada nascimento ou semeadura é para ele um recomeço. A beleza apreendida pelos sentidos dá-lhe energias de Anteu, mas é preciso que, na apreensão, se desenvolva a mesma entrega que tanto caracteriza as atitudes do poeta. Não se trata de entrega primitiva, ditada mais pelo instinto do que pela inteligência. A recíproca é que é verdadeira. Torga trata a natureza literariamente, o que levou João Gaspar Simões, em *Literatura, Literatura, Literatura*..., a escrever que se requinta e complica, a ponto de comprometer a espontaneidade. Melhor diria: o que a ele, João Gaspar, parece espontaneidade, porque, desde que se entenda uma posição culta diante da natureza, cria-se uma espontaneidade diferente daquela meramente instintiva. Afinal, a inteligência também é natural no homem. Torga tem motivos para se dizer telúrico, embora não sejam os mesmos de qualquer camponês. É bêbado da beleza do campo que chega a esquecer a aspereza da vida. Não foge, pois, de cantar o que de mais cantado exista no bucolismo de todos os tempos: o luar, a primavera, o amanhecer. Sendo normalmente seco e contido, quando se empolga alcança achados inesperados como

> Deixo pastar os olhos na paisagem
> Enquanto a flauta exalta o bucolismo.
>
> (*Diário*, IX, pág. 192).

Esses olhos-alimárias podem ver a escultura surrealista destes outros versos:

> A luz da tarde acaricia os frutos
> Que o vento da manhã esculpiu nos sumos.
>
> (*Penas do Purgatório*, 46).

E como o poeta, em certa fase, sentia o fascínio da heresia atirada à face de Deus, como cutiladas contra moinhos, pode conclamar em prece

> Louvemos
> Exaltemos
> Glorifiquemos Pã, deus dos rebanhos
>
> (*Diário*, IX, pág. 28).

e integrar-se nas doçuras mitológicas:

> Voltei, ninfas amigas!
> Quem pode resistir a um fresco aceno
> De donzelas despidas?
> Fiel devoto da nudez da vida,
> Tinha sede de ver-vos distraídas
> A correr pela terra ressequida.
>
> (*Diário*, IV, pág. 117).

Ao contrário, porém, de, com o amadurecimento, procurar cada vez mais refúgios, ainda que se afastasse do sensualismo, Torga foi essencializando suas preocupações na luta do homem pela liberdade: "Só quando insubmissos, e por isso dignos do seu nome, os poetas são capazes de cumprir a sua missão divinatória por conta de todo o sofrimento humano". (*Diário*, VI, pág. 18). Dentro de uma criada atmosfera de neo-renascimento, abandona aos poucos — nunca em definitivo — essas ilhas risonhas de prazer, convicto de que a poesia deve salvar o Homem para a terra, "à clara e alegre luz da beleza", assim como as religiões querem salvá-lo para o céu. "Porque só a beleza nos arranca à solidão e nos une na mesma comunhão fraternal". Os refúgios de poesia pela poesia sempre existirão em sua obra, intercalados na luta pela liberdade, ou como um aspecto especial dessa luta: o poeta como ser livre, resolve o que fazer.

Seu instrumento de transmissão é a palavra, para ele material nem sempre suficiente. Avesso, porém, a experiências, é

com palavras que trabalha para dar seu recado de insubmissão. Cria sua ordem, tão lógica quanto a poesia o pode permitir, sob a ressalva de que o objeto e o veículo confundem-se com o sentimento poético, nem sempre traduzido. Assim, o poema duma macieira (*Diário*, I, pág. 23) pode ser a própria macieira. O objeto, como poema vivo, pode ser lido/visto, ou seja, contemplado em sua forma ou traduzido. É claro que não lhe escapa o mero valor subjetivo da vista do objeto. O poeta parte, então, para a transfiguração, como primeira etapa, ao falar de um sol de noivado que desfaz a virgindade e de dois braços abertos de brancura, naturalmente os galhos floridos. A segunda etapa, quando diz que a macieira é um lirismo fecundo, termina com o fecho do poema sob forma de definição:

> Não há coisa mais pura
> Nem promessa maior.

Seria amesquinhar a noção de símbolo, implicá-la aqui. Esse poema da macieira é dos mais antigos, entre os atualmente em circulação, e por isso deve servir-nos só pelo assinalamento dessa pureza e dessa promessa, que constituem juízo do homem, a nos revelar que o objeto do poema, afinal de contas, retorna a sua condição de coisa — árvore florida — e desperta o poeta para considerações outras que, com o tempo, fixam sua posição entre os homens.

O poeta entende a vida como trato de humanos e é nisto que vai situar-se. Entre a natureza que vê e descreve, e o ser humano que é. E busca sintonia junto aos demais, levanta a solidariedade como traço de união.

> Mas o homem é o centro do infinito
> Que procura...
>
> (*Câmara Ardente*, pág. 9).

Firmado nessa certeza, que não lhe deve ter custado pouco, parece precisar varrer do espírito os restos da educação religiosa que recebeu no Seminário de Lamego e sobretudo, a ferrenha sombra de Deus que nunca o abandona, por mais que ele

a enxote de si. Um dos dimensionamentos da grandeza do homem será para Torga, em certa fase, sua luta contra Deus.

> Longe do céu, longe da terra, aqui,
> Neste areal do Sonho onde cheguei,
> Venho entregar-me a ti,
> A cuspir-te na cara a tua lei!
>
> (*Lamentação*, pág. 8).

A heresia tenta-o por uns tempos de engano. "Seus primeiros versos são muito mais gritados que articulados", observa João Gaspar Simões na *História da Poesia Portuguesa do Século XX*. Não é ainda nesses desesperos inócuos que vai criar sua melhor poesia porque só existe aí um elemento de revolta, que é o desafio. Falta a esperança, conseguida, perdida e reconquistada dezenas de vezes num fluxo dramático e existencial. Na heresia pela heresia, apenas prolonga, e já com tinturas de artificialismo, um materialista espetaculoso de outros tempos, que tivera em Guerra Junqueiro sua última e ressoante voz. Mais perto de si mesmo logo estará, quando se recusa a pedir perdão. (*O Outro livro de Job*, pág. 37) embora ainda cheio de anáforas e exclamações:

> Não tenho culpa de a Obra
> cair, por causa da Cobra,
> das tuas mãos sem firmeza.

Aqui, Job e Miguel Job Torga, personagem e autor personageado, reconhecem que cantam a nota discordante na sinfonia geral e são, por isso, incômodos. O poeta quer ser deixado de lado e respeitado "como se faz às pedras das montanhas". Quer ficar de rosto inteiro, na esperança de que se lhe aproxime uma Verônica.

São duas posições a serem observadas: a do estóico e a do esperançoso, um a precisar que o esqueçam, o outro necessariamente a se fazer lembrado. Interpenetram-se, como se notará, até quando apta por uma das posições. E a posição que vai definir-lhe a poesia é a do participante sem temor, a passar

momentos de temores e a deles retornar, mais uma vez, e sempre, à luta.

Fala em uma serena consciência cultural, como o verdadeiro civismo, que para ele, em Portugal é substituída pela paixão telúrica. Parece esquecido de que participa de ambos e que nisto se assemelha ao mesmo Eça de Queiroz citado no *Diário*, VI, pág. 159: "E quando um Eça, porque realmente civilizado e consciente das nossas limitações, criva de setas o corpo da realidade nacional, podemos ter a certeza de o ver daí a nada, pressuroso, carregado de unguentos, a tentar sarar as feridas que corajosamente pusera a sangrar. É que não é possível um filho só regenerar um lar".

Por alguns momentos chega a parecer que o próprio Miguel Torga tentará ser esse filho. Também ele fustiga e nele encontramos, igualmente, o que chamou de unguentos. No mesmo *Diário*, VI, pág. 95, escreve: "Foi Deus quem nos quis assim. Sem escultores, sem pintores, sem nada. Tomou Portugal de ponta, e condenou-nos aos santeiros, aos trolhas e aos mestres de lenda". Isto chega a lembrar o personagem Cruges, em certa parte de *Os Maias*, quando explica a João da Ega porque não compõe uma sinfonia. Se a fizesse não haveria em Portugal músicos para tocá-la e, se os conseguisse, não teria quem a escutasse. A esse desânimo, corresponde a resposta que é o próprio romance. Houve quem o escrevesse, quem o lesse e aplaudisse.

Não muito diverso é o que se passa com Torga. Como não deixa muito a dizer sobre seu sentimento de pátria, toma um ponto de partida — noção da cultura como bem universal — para chegar ao exagero de afirmar que a contribuição portuguesa não ultrapassa as fronteiras:

> "Na ânsia de nos valorizarmos, cegamo-nos. É uma filosofia portuguesa que surge milagrosamente do nada, uma arquitetura própria que ninguém vê, uma pintura que abarrota os museus e os não enche. Ora, se é compreensível que eu tenha um apego sentimental à capelinha da aldeia onde nasci, objetivamente não posso deixar de verificar que se trata duma construção ingênua e simples, rudimentar, com a arte a ressoar ainda na espessura da pedra".
>
> (*Diário*, VI, pág. 14).

A consciência desta hierarquia de valores é manifestação de cultura, não importando até que ponto o poeta é justo ou injusto. E ele mesmo, tão português nas censuras, não o é menos pelo que chamou de "paixão telúrica". A Pátria, ele mesmo nos diz, é

> Qualquer coisa profunda e dolorida,
> Traída,
> Feita de terra
> E alma.
>
> (*Diário*, II, pág. 57).

E não é só uma. Tem a cívica, Portugal, e a telúrica, Ibéria. Caberia notar que esse não pequeno universalismo — desde que nos *Poemas Ibéricos* liga a América à Península e dedica todo o livro *Traço de União* às relações luso-brasileiras — bastaria para negar a transposição da fronteira, em relação a sua própria obra, como bastariam as traduções de seus poemas para várias línguas, os estudos estrangeiros de sua obra e o apoio de tantos escritores, sem lembrar portugueses ou brasileiros, quando seu nome foi proposto à consideração da Academia Sueca em face do Prêmio Nobel — da Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Itália e Inglaterra — apoio cujas expressões foram, em parte, transcritas por José de Melo em seu livro *Miguel Torga.*

Colocado frente à pátria, nos *Poemas Ibéricos* que equivalem a *Mensagem* de Pessoa e são tão entre-parênteses como este, não desdenha de exaltar grandes figuras do passado. O livro é todo um desfilar de perfis e o elogio de sonhos e rebeldias. São afirmações da vontade do homem. No retrospecto dos desafios, Viriato namora o chão em vez de o céu; Inês de Castro é o tri-

unfo do amor; Nun'Álvares, a liberdade que não discute os meios de se manter; Goya é

> Homem oposto aos homens
> Que o não souberam ser;

e mais vêm Camões, Sta. Teresa, São João da Cruz, Unamuno, Picasso, Fernando Pessoa, Lorca e tantos outros, alguns ausentes da simpatia do poeta mas reconhecidos como marcantes da presença dos ibéricos no mundo: D. João II, Felipe II, Santo Inácio de Loiola.

Ao reconhecer, de Portugal, "os maiores", Torga não os prefere. Sua matéria volta a ser "este santo povo português" (*Diário*, IX, pág. 153) o "matagal humilde", como o chamou em *Traço de União*:

> "Diz-se Espanha, e ninguém pensa em Cortez ou Pizarro. Nomeia-se a Inglaterra, e a máscara de Cromwell não nos agride. São as características do geral que se nos impõem, e não há rugas do particular. Por que razão há-de ser Portugal condenado a carregar essa cruz do individual excessivo, do grande ocasional? Por muito altas e frondosas que sejam certas árvores da floresta, é o matagal arbustivo, espesso, humilde, que nos molha os pés, que nos pica as pernas, que nos condiciona os passos e cria no nosso espírito a realidade da floresta".
>
> . . . . . .
>
> "É esse Portugal rude e cabeçudo, sempre igual a si mesmo e sem qualquer ambiguidade nos sentimentos — que a nobreza de outrora nunca conseguiu arrastar nas horas de compromisso, e a burguesia de agora nos vícios em que se degrada —, que eu gostava que fosse conhecido. Uma terra singular, discreta, silenciosa, recolhida no seu pudor e na sua pequenez, sem estafados heróis oficiais, mas de onde saíram, incógnitos, esses heróis, sem ocas ou indigestas páginas de vernáculo, mas onde o vernáculo vive na boca de todos, redondo como as pedras roladas. Um Portugal analfabeto, mas cheio de uma sabedoria humana que a mais leve oportunidade põe à mostra, obstinado contra as leis açambarcadoras da geografia política, que quis à viva força ter uma personalidade específica, e há oitocentos anos se mantém assim, num equilíbrio voluntário de nação independente, que é um milagre de afirmação social. Um Portugal que não é uma grandeza em decadência, mas uma força sempre obstinada e triunfante no seu caminho. Que realiza hoje as façanhas que realizou outrora, na modalidade que o tempo agora condiciona e permite. Que vai às mesmas Áfricas, às mesmas Índias e ao mesmo Novo Mundo, desamparado como em Quinhentos, e com o mesmo espírito deslumbrado e conciliante. Que embarca nos porões da emigração como embarcava nas naus, e que enfrenta o Tenebroso com a bússola do instinto e da necessidade. Que espalha ainda, como outrora, a sua língua, a sua fé, os seus costumes e sua humanidade numa dádiva fraterna de pacífico convívio".

Sendo o seu povo feito dessa mistura, a solidariedade do poeta está com a parte obscura e sofredora, e neste ponto vão se alternar o estóico e o rebelde que nele convivem. Sua matéria agora é bem diferente daquela tão harmoniosa das ninfas despidas. O poeta começa a depurar-se dos enganos criados, vendo-os como algo platônico:

> A vida é um medo que não sei vencer.
> Vivo nela uma espécie de saudade
> De viver...
>
> (*Penas do Purgatório*, pág. 47).

Começamos a encontrar o que ele chamará depois os *negativos*, ora impossibilidades do poeta, ora o Outro no Eu, ora os contrários de determinada situação, como aqui parece, assim colocada a vida que faz medo, e a desejada. Em *Penas do Purga-*

tório e *Orfeu Rebelde* o estóico e o esperançoso que nele coexistem alternam-se e daí por diante sempre será assim. O programa, que parece descoberto nas *Penas,* diz:

Matei a lua e o luar difuso.
Quero os versos de ferro e de cimento.
E em vez de rimas uso
As consonâncias que há no sofrimento.

(*Penas do Purgatório*, pág. 52).

Sofrer, porém, é quase sempre a metade de uma reação. O resto, no *Orfeu,* no *Cântico do Homem* e por aí além, pode ser sintetizado nestes versos:

O destino destina,
Mas o resto é comigo.

(*Orfeu Rebelde,* pág. 9).

Surge a esperança de uma Idade de Ouro por vir, mediante conquista do Homem. O poeta cada vez mais define o caráter político de sua obra, não naquilo que se restringe à contestação a um regime e a um chefe. Isto é parte mínima de uma atitude bem mais radical. A imagem dos versos de ferro volta nas *Odes* (pág. 7) —

Versos de ferro onde me rasgo inteiro —

e agora nem ele mesmo, nem Satanás conseguem mudá-lo:

E sou tudo,
Menos traidor à minha condição.

Não está sendo aqui seguida a ordem cronológica de uma sucessão de atitudes espirituais. Torga é, na verdade, inteiriço, capaz de voltar ao simples gozo da paisagem entre dois poemas de fogo. De tentar, até, a canção da ausência de assunto, o puro flutuar da alma inebriada de um prazer indefinido. Ao colocarmos sua posição política antes do estudo mais detalhado da poesia, queremos insinuar que este é um dos caminhos para entendê-lo. Partimos do seu relacionamento com o mundo inanimado, Deus e os homens — entrando aqui a posição política — para em seguida procurarmos o sentido da auto-explicação e da poesia.

Não é sectária essa posição política. Talvez nem chegue a ser de fidelidade partidária, se atentarmos para o quadro estreito com que os políticos emolduram a expressão. Ao escrever: "tanto monta ser aqui como no Terreiro do Paço. Ouvir um político é ouvir um papagaio insincero"; *(Diário,* IX, pág. 40) Torga, capaz de irritar os representantes da cultura portuguesa, como foi visto, demonstra maior desprezo ainda em relação aos da política, sem se preocupar, sequer, em distinguir o lado em que tem alguma participação — o oposicionista. Não espera que ninguém descubra:

É contra mim que luto,

diz, a certa altura de *Orfeu Rebelde* (pág. 58) e ainda acrescenta:

O que sou é um insulto
Ao que não sou.

Novamente estamos no encontro do *negativo*: Torga contra outro Torga, um impossibilitado — imagina-se por quantos motivos — de atender às exigências mais vitais do outro. O imperfeito e o perfeito. O negativo e o positivo da mesma fotografia. Sua poesia é uma prisioneira

Que, vendo a porta da prisão aberta,
Como chispa que salta da fogueira,
Numa agressiva fúria se liberta.

(*Orfeu Rebelde,* pág. 55).

Purificada pelo fogo, identifica-se como claridade a dissipar a escuridão. Os inimigos são "lobos da liberdade alheia" (pág. 51)

Vejo o sol, mostro o sol a quem é cego,
E nego
Que o tenebroso seja claridade.

(pág. 48).

O mesmo poeta que confessa o medo, é capaz de um brado que noutra cepa de gente bem podia ser demagogia lírica: "Alto! ladrões do sol da primavera!" (*Cântico do Homem*, pág. 76). Mas tudo isso, que pela qualidade da poesia de Torga só aparece em termos de símbolos, comparações e outros recursos próprios ao canto, podia, se o poeta o quisesse, figurar na prosa, em tom rasteiro. Nem aí. O compromisso político é de ordem individualista, vago, de determinação como se repetisse o papagaio político, embora o saibamos sincero: "Nasci povo, povo continuo, e povo quero morrer". (*Diário*, VIII, pág. 13). Isto escreveu em 1955, e mais: "é nele que acredito, é ele que me inspira e é por ele que luto". Em conclusão: por algo acima dos partidos políticos, convém repetir.

Mas o povo é muito concreto em suas necessidades e bem pouco habilitado a compreender as sutilezas de uma solidão participante como é a de Torga. A certo momento ele se encontra como Cortez, de barcos incendiados:

> "A minha situação humana lembra-me a dum sujeito que entrasse a nadar pelo mar dentro e se afastasse tanto da praia que não pudesse voltar. Uma posição sem retirada possível — retirada que, aliás, não desejo. Levei tudo ao extremo. Estiquei a corda de mais".
>
> (*Diário*, VII, pág. 62).

Assim sendo, vai provocar o encontro consigo mesmo no terreno da poesia. Tem aí seu consolo e explicação justamente porque, sendo poeta, pode ser tudo. Para melhor dizer, é um *oniente* pelo muito que consegue ser, conforme o momento do poema. Esta auto-multiplicação povoa seu universo interior. Tudo conflui.

"É por dentro que eu gosto que aconteça
A minha vida

(*Orfeu Rebelde*, pág. 54)

chega a dizer o lutador, como a justificar a multiplicidade dos aspectos com que se imagina, alguns contrários entre si. De diversos poemas, sem cuidado cronológico mais uma vez, temos que o poeta está se metaforizando na natureza: poeira, sol fecundo, folha de outono, ave da esperança, "toupeira cega, mas obstinada" (*Câmara Ardente*, pág. 23), "um sapo que passeia" (*Diário*, VI, pág. 203). "rês tresmalhada que não quer abrigo / No calor do redil de nenhumo domo", "cega-rega dorida ao sol do mundo" (*Diário*, VII, pág. 157), "fauno das fragas e dos horizontes", "mais um caule na floresta densa", etc. Em *Nihil Sibi* é uma fonte (9) um rei (10) e uma criança (21) quase a seguir. No *Canto do Homem* é um deus e também videira; em *Orfeu Rebelde*, já humano, é "outro Sansão / mas um Sansão contra si mesmo irado", Orfeu, "conjuntamente o Cristo e o Cirineu, noutros lugares Job, Lázaro e Adão. Essa instabilidade — própria do seu caráter como declarou em carta a Fernando Pessoa — esbarra quando chegamos à palavra liberdade.

Como não deixa o que explicar, no *Diário*, X, pág. 18 está a chave ou uma das chaves:

Eu sou a liberdade dum perfil
Desenhado no mar.

Eis aí: transforma-se o amador na coisa amada, como no soneto de Camões. É a própria liberdade, e é seu exercício, que está para ela como a virilidade para o homem. Em 1930, rompera com os companheiros da revista "Presença" em nome da liberdade em arte e do individualismo, quando os julgou comprometidos na rotina que estava se criando onde achava que não devia ter lugar. Preferiu sair à aventura, sem rei nem roque, e assim se fez poeta amadurecido, no culto daquilo que João

Gaspar Simões, no *Itinerário Histório da Poesia Portuguesa* chama de inspiração monolítica: seu poder de comunicação.

Para dominá-lo, empenhou-se no afã de conhecer-se e definir-se, em que a predicação direta indica achados momentâneos cuja densidade só no encadeamento dos poemas nos transmite o clima de procura. Em si mesmo, o predicativo tem a efemeridade marcada pela substituição. Ao ser isto e mais aquilo e logo outra coisa, o poeta demanda a leitura de vários poemas para nos comunicar as várias representações da coisa única. As rebeldias — de Orfeu, Job, do homem, etc. — ainda que conduzam o pensamento em direção a valores ligados à dignidade humana, ainda que sejam transparentes exaltações da liberdade, terminam por assumir o caráter de pregação moral, esvaziando-se, por vezes, da tortura prometeica, que engrandece a luta contra os supremos poderes.

Voltemos àquele momento, na obra de Torga, em que aparece o símbolo do negativo fotográfico. Não estranha que haja nisso a retomada de uma idéia de Fernando Pessoa, poeta que foi tido por *mestre* pela geração de "Presença", estudado e amado por essa geração quando ainda mal percebida sua importância. Essa idéia nos é referida por Jacinto do Prado Coelho: "Para Fernando Pessoa, recordar não é reviver, é apenas verificar com dor que fomos outra coisa cuja realidade essencial nos não é permitido recuperar. Vimos da sombra e vamos para a sombra. Só o presente é nosso, mas que é o presente senão a linha ideal que separa o passado do futuro? Assim toda a vida é fragmentária, a personalidade una é uma ilusão, não podemos aprender em nós uma constante que nos identifique. O sentimento heraclitiano da transitoriedade das coisas conduz à negação do *eu*".

Até aí se explica a negação dos *eus* entre si e consequente flutuação das predicações diretas. Sigamos adiante, porém, e confrontaremos alguns versos de Torga a outra observação de Jacinto do Prado Coelho. Os versos são estes:

É o meu avesso que me desafia

(*Orfeu Rebelde*, pág. 18).

E o que sou por detrás do que pareço!

(*Idem*, pág. 14).

O meu silêncio é sempre
O avesso dum verso

(*Diário*, VIII, pág. 88).

Sou eu, que disse adeus
e fiquei à minha espera!"

(*O Outro Livro de Job*, pág.).

As palavras de confronto dizem: "o poeta estranha-se a si próprio: "meu ser / Tornou-se-me estranho" (I, pág. 107). O pretenso eu afigura-se-lhe multíplice, fragmentário, infinidade de estados psíquicos, "simples coleção de momentos", na expressão de Proust. Daí a sensação, não de viver, mas de sofrer passivamente a vida, como

> Uma série de contas-entes ligadas por um fio-memória,
> Uma série de sonhos de mim de alguém de fora de mim.
>
> (*Campos*, pág. 249)".

A adaptação destas palavras só não chega a ser perfeita quando Torga sucumbe ao vezo da explicação, que sempre é inoportuno em poesia.

Ele deve ter razão — tem razão, acreditemos no que diz — quando afirma que não obedece a plano algum neste aspecto do ato criador. Ou o plano será uma segunda natureza, ditada pelo desejo de comunicar-se. O que nos diz a respeito está no *Diário*, V, pág. 45: "Vista de fora, apoiada em documentos que não têm nenhuma autenticidade profunda, uma obra completa é um

mundo construído, cujo plano parece evidente. Mas quem a faz é quem sabe que não obedeceu a plano nenhum, que foi o acaso que pura e simplesmente actuou". Não é característico do acaso repetir-se; de um processo, ainda que subconsciente, de convencimento, sim. O explicar e explicar-se leva-o a usar o símile do moinho que mói a vida (*Diário*, III; *Penas*, etc.) e a defender-se de explicações que venham de fora, como quando trata do poeta em geral e, portanto, de si mesmo também:

Cada leitor que vem, seu inimigo,
Quer deslindar consigo
O mistério sombrio
Da criação.

Este leitor não é o homem comum, com quem o poeta se afirma solidário, mas o crítico, a deitar-lhe "o golpe de uma nova indecisão". (*Nihil Sibi*, pág. 97). Esse "inimigo" deve ter surgido por via de algum acidente circunstancial. Poeta do circunstancial interior, Torga também é moinho — usemos sua mesma palavra — necessitado de matéria renovada. Os golpes foram sempre devolvidos por intermédio de poesia e ele poderia parodiar a si mesmo dizendo "a crítica critica, o resto é comigo", como diz do destino: que destina, etc. Sua defesa não é só esta. No *Diário*, IV, pág. 20 está: "ai do artista que não sabe esquecer cada dia o que escreveu no dia anterior".

Neste esquecer está entendido o recomeçar e o não ser possível recomeçar como se nada houvera antes. Idêntico processo poético, para não citar mais nada, acompanha-o dos primeiros aos últimos poemas, situado na tradição literária. A preferência pela redondilha popular e pelo decassílabo se mantém, ainda que todas as métricas ocorram, com versos curtos intercalados na sequência dos longos. Redondilha e decassílabo, porém, como tradições do povo e dos poetas cultos, respondem melhor à necessidade de adequação entre o dizer e o modo de dizer. No dizer, Torga não falta com poemas de Natal, ano após ano, numa fidelidade só comparável à com que saúda a primavera. Neste último caso, a variedade da paisagem e do estado de espírito, confere aos poemas traços singularizadores, o que não

se dá com a festa do nascimento de Jesus, porque é registrada como reflexão sobre o acontecimento, sem possibilitar a identificação completa entre o poeta e o sentimento íntimo do povo, num esforço contínuo e sempre despido de emoção. Compare-se a natalina de Torga aos poemas, também radicalizados na tradição, de homenagem à Mãe, e notar-se-á, pela superioridade destes, a coerência do poeta, que reconhece:

Sonhei deuses outrora,
Mas acordei.

(*Penas do Purgatório*, pág. 9).

O modo de dizer, realizado numa estrofação variável dentro da preferência apontada, recusa formas fixas, exceto o soneto, mas utiliza, de maneira intransigente, a rima. Cada verso, por sinal, tem a medida solicitada pela rima, sendo este o traço musical por excelência, a se considerar os compassos formados pelo andamento mais largo de uns e o corte rápido de outros.

Essa musicalidade associa-se a outra que podemos definir com um verso do próprio poeta:

Voar entre os azuis da inexpressão...

(*Diário*, VI, pág. 93).

É o Torga da canção de si mesma, que só aponta inquietação quando, insatisfeito mas não em luta, constata:

E sempre o mesmo trágico desejo
De dar outra expressão ao que foi dito!
(*Orfeu Rebelde*, pág. 30).

O caráter de poeta sendo-se, nutrido da circunstância interior, tinha que levá-lo, forçosamente, a poemas que intitula "Limbo", "Transe", "Repouso", "Destino", "Sesta", "Água". É o ser humano, a reivindicar o direito de não se transformar em máquina de compromisso. Mais um aspecto, portanto, da rebeldia de Orfeu.

BIBLIOGRAFIA

COELHO, Jacinto do Prado. *Diversidade e Unidade em Fernando Pessoa.* 2.ª ed. refund. e acresc. [Lisboa], Editorial Verbo [1963].

MELO, José de. *Miguel Torga.* Lisboa, Editora Arcádia |1960|.

SIMÕES, João Gaspar. *Literatura, Literatura, Literatura...* [Lisboa] Portugália Editora [1964].

—— *Itinerário Histórico da Poesia Portuguesa,* [Lisboa] Arcádia [1964].

—— *História da Literatura Portuguesa no Século Vinte* Empresa Nacional de Publicidade [1959].

TORGA, Miguel. *Câmara Ardente.* Coimbra, |Coimbra Ed.|, 1962.

—— *Cântico do Homem.* Coimbra, |Coimbra Ed.|, 1954.

—— *Diário,* I. 5a. ed. rev. Coimbra, 1967.

—— ——— II. 3a. ed. rev. Coimbra, 1960.

—— ——— III. 2a. ed. Coimbra, 1954.

—— ——— IV. 2a. ed. rev. Coimbra, 1953.

—— ——— V. ed. rev. Coimbra, 1955.

—— ——— VI. 2a. ed. rev. Coimbra, 1961.

—— ——— VII. 2a. ed. rev. Coimbra, 1961.

—— ——— VIII. 2a. ed. Coimbra, 1960.

—— ——— IX. Coimbra, 1964.

—— ——— X. Coimbra, 1968.

—— *Lamentação.* 3a. ed. Coimbra, |Coimbra Ed.|, 1960.

—— *Libertação.* 3a. ed. Coimbra, |Coimbra Ed.|, 1960.

—— *Nihil Sibi.* 2a. ed. Coimbra, |Coimbra Ed.|, 1956.

—— Odes. 3a. ed. Coimbra, |Coimbra Ed.|, 1956.

—— *Orfeu Rebelde.* 2a. ed. rev. Coimbra, |Coimbra, |Coimbra Ed.|, 1970.

—— *O Outro Livro de Job.* 4a. ed. Coimbra, |Coimbra Ed.|, 1958.

—— *Penas do Purgatório.* 2a. ed. aum. Coimbra, |Coimbra Ed.|, 1964.

—— *Poemas Ibéricos.* Coimbra, |Coimbra Ed.|, 1965.

Vida Universitária

ATIVIDADE EDITORIAL

SEMANA DE SÃO JOÃO DA CRUZ — Num fecundo ciclo de atividades culturais, o Instituto de Letras da Universidade Federal de Pernambuco promoveu, em setembro de 1973, por iniciativa e sob a coordenação do Prof. Pe. Romeu Peréa, uma Semana de Estudos dedicados a S. João da Cruz, poeta e místico espanhol do século XVI. O texto das lições então proferidas constitui a matéria de um livro lançado pela Editora Universitária.

Trata-se de cinco palestras: o Prof. José Lourenço de Lima situa S. João da Cruz em seu tempo; o Prof. Pe. Romeu Peréa expõe a sua formação humanística e o Mons. Severino Nogueira, o seu Magistério espiritual; depois, o Prof. César Leal e a Profª. Maria do Carmo Tavares de Miranda abordam, respectivamente, a poesia e a metafísica e a mística.

De certo modo, a Semana de S. João da Cruz dá seguimento aos estudos promovidos no ano anterior, pelo mesmo Instituto e sob a mesma coordenação, em torno de Sta. Tereza de Jesus, já divulagdos em volume também pela Editora Universitária.

ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS — A exemplo do que tem feito em anos anteriores, a Universidade Federal de Pernambuco, instaurando em um sistema novo, através da televisão e do rádio, o ensino da cadeira relativa a Problemas Brasileiros (Educação Moral e Cívica), publicou em livro as aulas pronunciadas no ano letivo de 1973. O volume de mais de quinhentas páginas e abrangendo sessenta e uma preleções, fez parte do primeiro lançamento de livros da Editora Universitária, em abril deste ano.

Aberto com uma aula do Magnífico Reitor Marcionilo de Barros Lins sobre a estrutura da Universidade, o tomo agora editado envolve grande variedade de assuntos — alguns deles tratados em quatro ou três palestras como Geopolítica e Geoeconomia do Brasil (Prof. Manoel Correia de O. Andrade), Instituições Políticas (Prof. Costa Porto). Situação Demográfica (Prof. Hélio Moura), Plantas Forrageiras e Pastagens do Nordeste (Prof. Joaquim Menezes de Gusmão), Planejamento Agrícola do Nordeste (Prof. Arlindo da Costa Lima), Irrigação (Prof. Adauto Aurélio de Oliveira), Tecnologia e Desenvolvimento Industrial (Prof. Romildo Siqueira), Respeito aos Pais e autoridades (Prof. Jamil Daher), etc. Sob vários aspectos, estudam-se também o sistema financeiro e o tributário nacionais e temas cívicos ou históricos.

A variedade e amplitude dos assuntos versados dão à publicação um interesse mais do que meramente curricular, devendo ser útil a um público bem mais vasto.

PRÓXIMAS EDIÇÕES

Estão em preparo para um próximo lançamento, talvez em agosto, os seguintes livros como edições próprias:

COLÓQUIO TEUTO BRASILEIRO e SEMINÁRIO DE TROPICOLOGIA (coordenação de Gilberto Freyre, sendo o último em dois volumes);

HISTÓRIA DA IMPRENSA — 7.º volume. — Luiz do Nascimento.

HISTÓRIA DO ENSINO MÉDICO EM PERNAMBUCO — Leduar de Assis Rocha.

A PROBLEMÁTICA AGROPECUÁRIA DE PERNAMBUCO — Manoel Correia de Andrade.

VELHA E NOVA CIÊNCIA DO DIREITO — Nelson Saldanha.
BRASIL/USA — (Tese) — George do Rego e

QUADROS HISTÓRICOS DO DIREITO BRASILEIRO — Luiz Delgado.

Circularão igualmente ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS, MEMÓRIAS DO INSTITUTO DE BIOCIÊNCIIAS e CATÁLOGO DA EDITORA UNIVERSITÁRIA.

O Rei Póstumo

PERSONAGENS

Arthur, Rei da Bretanha

Sir Lancelot do Lago

Guinevere, a Rainha

Merlin, mágico e Conselheiro

Príncipe Tássio, da Ilíria

Idrian de Hipnos, médico e mágico

Cedric, bobo da Corte

Oficiais e guardas do Palácio; a gente da Taberna

e dois coveiros

RESUMO DAS CENAS

Ato I

Cena única. O aposento real, *setor 1* (à direita); pelas referências do texto, é no meio da tarde.

Ato II

Cena 1. O salão do trono, *setor 2* (no centro do palco); quase no fim dessa tarde — com som e menção de chuva.

Cena 2. Uma taberna, *setor 3* (à extrema esquerda) na noite do dia seguinte.

. . . . . .

O aposento real, na mesma noite.

Estudos de cena e vestuário desenhados por ALBERTO CAVALCANTI

FRAGMENTO DE UMA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS REQUERIDA AO AUTOR

(...) Não escrevi "O Rei Póstumo" apenas porque acreditasse — como acredito — que o Teatro brasileiro necessite de mais caminhos, e, no entanto, se é necessário uma explicitação de motivos, seria essa minha melhor razão, referente a um texto que foge, creio, a noventa e nove por cento do que *é* aguardado e "aguardável" no âmbito de nosso Teatro e nossa *inspiração* — essa velha palavra.

Mas, note-se bem, não é uma forma de auto-elogio esse registro de uma diferença (tudo que ela é, realmente: diferença), no sentido de "anormalidade", de caminho que se torce 180 graus, mas nem por isso é o melhor, nem o pior. Não se sabe. Ou se sabe somente isso: não é o caminho de sempre.

Foi escrito. Mas não foi escrito *para*, *por* ou *pelo*. Ou *em*, ou *no*. Não houve policiamento, direção ou pudores de ser ou não ser brasileiro, como texto. Foi escrito, repito.

Trilhei, por meus pés, meu próprio descaminho. E a liberdade disso, como toda Liberdade, será sempre o prêmio verdadeiro — o primeiro — tão fácil, tão difícil, porque é dado, obscuramente, pelo *eu* a si mesmo.

E o resto, meus senhores, "é um segredo que não é para se contar..."

F. M.

Chamai, chamai o pintarroxo e a carriça
que, de hábito, planam sobre os ensombrados bosques
e com folhas e flores costumam velar
os corpos insepultos de homens sem amigos.
Tangei, tangei às tristes exéquias
a formiga, o rato do campo e a toupeira
a fim de que ao morto afoufem a terra,
conservando-o morno,
e nada sofra quando violarem as covas frescas;
mas, o lobo, mantende esse à distância
— é adversário dos homens
pois, com suas garras, os desencava de novo.

JOHN WEBSTER

ATO I

O aposento real, à direita (setor 1). É um terço do palco, ocupado pelo leito de colunas, alto e maciço, com um banco largo ao lado — e que, na obscuridade, não se vê. Uma única tocha arde, mas muito acima. Mal se distingue, desse modo, a forma de um corpo deitado, a cabeça funda entre os travesseiros — o Rei Arthur no leito. Mas essa obscuridade, como o silêncio e a chama imóvel da tocha (e mais a quase completa escuridão no centro e à extrema esquerda do palco aberto) têm um valor próprio, nesse primeiro momento, e devem impor seu domínio sombrio da cena, até um limite razoável de expectativa.

Um homem entra, então — vindo da extrema esquerda (no escuro), e avança com lentidão, pisando de leve (e pára, hesita, etc.), acrescentando ainda mais vago ao todo. E é nesse movimento às escuras — mas sempre perceptível — que deve se produzir algum ruído, de certa estridência (uma taça — em que ele tropece — rolando no chão, por exemplo), ao que se segue o som de uma voz, vinda do leito:

ARTHUR: Quem... está aí?

LANCELOT (que se acerca, mais decidido e mais visível; veste uma túnica de cavaleiro, é jovem, mas de fisionomia dura, que uma barba cerrada, muito rente ao longo do queixo acentua): Lancelot, meu Rei.

Ilumina-se o centro do palco: o trono, rústico e poderoso, de velha madeira guarnecida de ferros, sobre um *estrado* de pedra, em degraus. Ali, um outro Arthur, de pé, olha na direção de Lancelot. Nenhum traço de irreal, na apresentação desse personagem, deve antecipar que é a figura do monólogo interior, Arthur-consciência, cujo *tom* será dado, principalmente, pelo texto, a partir da entonação remota, contrapontada por se dirigir, às vezes, a um Lancelot que nada percebe. Na roupa (o longo e áspero *camisão* do século XII — sob um manto adornado nas barras, com pelo ou bordado, mas sendo, esse, o único si-

nal da realeza, além da coroa que cinge discretamente a cabeça), na mobilidade, no comportamento total, é um Arthur *verdadeiro*, que os demais nunca verão, sem que isso signifique movimentar-se como um fantasma. Tem uma barba grisalha, quadrada, e deve ser indefinível entre velho e moço, no entanto. Não é uma figura severa, mas longínqua, e vem como de um infinito cansaço aquilo que diz, sentando-se no tronco, ainda fixo em Lancelot, mas se dirigindo a ninguém precisamente:

ARTHUR: Lancelot.

Quanto de minha vida — anos, dias... (não é hora do convencional medir) — apenas quanto, quanto!, voltando, porque um nome vai e chama mais que a sua parte...
Veio a isso Lancelot?

Para fazer-se ouvir muito longe, onde a memória se apaga desses sons que lançamos à pedra das paredes, ou ao vento, inutilmente? Lancelot!

— com o exclamativo ódio, com amor, mortal música... Como queres ouvir, quando já não quero dizer? Quando já não é hora, também, do banal sentimento... De subir, ainda, seus degraus gastos, e contemplar a paisagem que criamos apressadamente, descer e dormir.
Ao menos agora, quero não ouvir tanto alarido porque estamos vivos, para provar que estamos vivos, e assim continuar, nessa dádiva duvidosa.

À bem-vinda imobilidade do corpo — velha forma cansativa, estreita e úmida como a masmorra — quero juntar a do mundo à minha volta, respeitando o silêncio que se deve fazer em torno de um moribundo, porque esse homem já é um pouco mais do que sua febre e seus excrementos, recolhidos no vaso.
E sua vida irremediável, numa estranha aura de glória e fracasso, atrai uma medrosa curio-

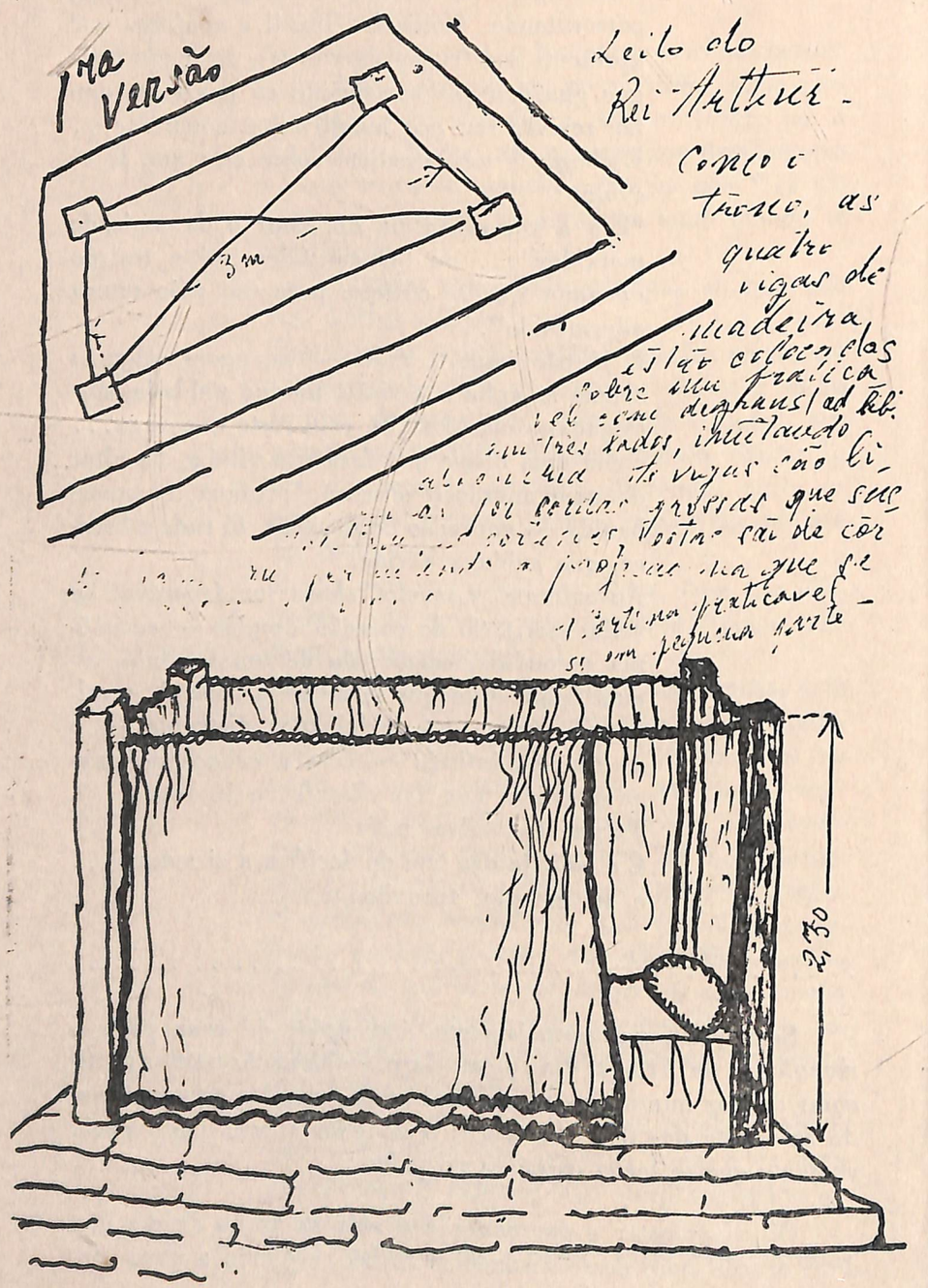
sidade, fascina e susta o passo a um metro do leito de morte.
Por isso, Lancelot, o teu nome vem me perturbar. Ainda me alcança no caminho, meio percorrido, e me devolve a Arthur (Oh!, eu o queria... E que até os espelhos devolvessem o meu rosto — aquele primeiro que lhes entreguei) — e eu te agradeço tanto quanto te amaldiçôo:
— a Arthur me devolveste, mas ao que não era Arthur também...
Esse que se acerca contigo; que fez parte, vorazmente, da vida — sempre com um gesto brusco, de interdição, para com o outro, seu gêmeo melancólico, a quem queria deixar livre, ao menos, o território de minha morte — esse caminho único para a região de que ele foi desterrado.
E são dois por onde ir, agora, com tua chegada e, de novo, a encruzilhada (como são duas faces, sempre)...
Nesse momento, mesmo, sob a luz incerta, vejo tua fronte alta, generosamente atormentada, mas que sei das covas dos olhos, mundos escuros — e desconfio de um levíssimo sorriso que acompanhou o som de tua voz, como uma presença anterior, muda na tua aproximação, de passos aéreos, até que perguntei e te anunciaste, modulando tuas três sílabas, sabendo o efeito preciso, que não falhou nunca.
E que eu queria te ter, Lancelot, assim como Guinevere, o tempo todo ao meu lado — todas as vezes que conseguisse refrear o exigente desejo de expulsá-los.
Um sorriso não visto... Sua sombra talvez, que ainda ficou, um instante, como a de uma rápida nuvem sobre o lago sempre límpido ao primeiro olhar...
Pode, a memória, a partir disso, voltar a seus

restos ainda mais diluídos, forçar-se a ouvir, perscrutando, (feiticeira inábil e confusa, que apresenta seu truque de vidros), ir aonde acha que guardou voz semelhante ou parecida, tentar reviver seu eco inaudível, e comparar...
E chegar a um veredicto sobre essa que já se evolou:
"Era a voz cristalina do amor e da amizade mantidos"... ou "Quem falou foi a traição do amor que se oblíqua para um ódio nunca adormecido"...
E já não importa mais — se, agora, alguma chama se agita e a visão, mesmo nublada, distingue, no claro-escuro, esse rosto que vaga... como uma efígie que fará sua vítima, no altar de uma adoração obscura, profana e nunca banida — adoração de imagens, fé rude e brusca, que subjuga a vida.
Aproxima-te, Lancelot, dessa luz favorável ao velho sacrifício do coração simples — cerimônia escondida, celebração de um fascínio, algum frágil mito que ia de mim para ti, e voltava... como tua semelhança distraída — e de consolo infindo — com a cabeça do anjo adormecido, que faz dormir no jardim.
Talvez isso, talvez mais.
É a solidão que tem de decifrar a si mesma... e, no entanto, aproxima-te.

. . . . . .

Sem que haja, propriamente, indicações de cena para o *monologar* de Arthur, deve ficar claro — além do acento particular da voz interior — o essencial nessa, que é o recurso levado ao limite dos dois "Arthur": o do leito e esse, consciência voejante que se torna corpórea no palco.

Objetivamente: o encenador e o ator no trono devem meditar a ação livre desse verdadeiro Arthur, segundo a pura sen-



sibilidade ao que seja demasiado — por se escapar... ou por concretizar-se além da medida. Um gesto a mais... ou a omissão daquele (ir do trono ao leito, que se mantém visível, sob uma luz azulada; chegar, mesmo, muito perto de Lancelot... etc.), aproveitando a presença física do ator para significar além dela. Enfim, nada pode ser deixado ao acaso nesse jogo de luz subjetiva que ultrapassa o efeito banal do "monólogo em off". *Este* ator, de carne e osso, fala — e não *ouve*, somente, sua remota consciência (em off...), nem há imobilidade, rigidez e velha severidade de um espectro no palco, mas pelo contrário, a desenvoltura própria do pensamento que se examina.

É um equilíbrio apenas — mas difícil e, sem dúvida, fundamental à cena.

Penso em *Movimento Imóvel* (não fosse um paradoxo) como a pista e, talvez, a exata simplificação do que ela sugere finalmente.

. . . . . .

Apaga-se a luz sobre Arthur, que deve estar sentado no trono. A cena volta, primeiro, à iluminação das tochas em torno do leito, à direita, enquanto Lancelot se movimenta como que continuando sua ação por um lapso parada no tempo e, logo a seguir, vai se iluminando esse setor do palco, que constitui "o aposento real", até um tom de claridade prosaica, que nada obscureça. À volta do leito deve desaparecer o claro-escuro, a fronteira entre luz e sombra — e seu mistério, quase como se fosse evaporado pelo Lancelot claro e direto que, agora, preside a cena:

> *LANCELOT (depois de curvar-se um pouco, tocando na face do Rei, com um dedo que volta pegajoso)*: — Arthur, vejo que já te maquilaram, realmente... Disseram-me, eu não acreditei. Compor um homem ainda vivo, que idéia! — por mais certa que seja a morte próxima... como a tua, que deve ocorrer dentro em pouco, é verdade; mas, daí a... "antecipar" essa máscara... se até falaste, quan-

do entrei, ainda há pouco. Enfim, estás vivo. *(tem um leve sorriso, indefinível)*

Que pressa! — e que sem-cerimônia...

(volta-se para um largo banco, ou banqueta, próxima, onde estão alguns vidros e canecas — duas ou três garrafas, estranhas, tanto podem ser de remédio como de bebida — e cheira para averiguar, primeiro uma, depois outra, e a terceira lhe parece bebida)

Não é bem "sem-cerimônia"... É mais. *(olha diretamente para Arthur no leito, enquanto ainda cheira o conteúdo do vidro)*

Tu saberias achar a palavra — achava-as todas, e mais os belos pensamentos... sem a minha dificuldade nisso tudo.

(agora, decidido, pega numa das canecas e enche do líquido, para beber)

O que eu nunca perdi foram lebres, raposas, a potência, e uma mulher que fosse! *(bebe, depois de cheirar mais uma vez, e lhe parece bem)*

Sim!, a palavra é "mórbido". É mórbido o que te fizeram. Mórbido. *(coloca mais da bebida)* "Mórbido", hei de me lembrar, agora. *(bebe com gosto, desta vez)*

Mas já estás, de qualquer modo, composto para a morte, Arthur. E se os homenzinhos, cedo ou tarde, tinham que fazer o serviço... Não queriam se ocupar na hora da ceia, talvez — que é a hora em que, todos calculam, entregarás a alma ao criador... E, o mais, aos homens comuns, como eu.

Vês? Concordo um pouco com os homens desse creme. *(senta-se num canto vago do banco, afastando uma caneca, e bebe da sua de novo)*

Sou também como um franco, comum e prático. E como devia ser? Chega de trocas. Estava eu mais à medida da Rainha e da Bretanha... E eras tu o homem que tinha ambas. Azar. *(bebe, com uma careta de desinteresse)*

Mas nem por isso achei o mundo em desordem. Um fica à margem — e poderia, também, fazer gemer a Rainha do mesmo modo, como usar a coroa (mandar apertá-la ou

alargá-la talvez...), mas aprender a olhar como um Rei... *(fixa Arthur)*

E seria o Rei, com efeito. *(levanta-se, faz um largo gesto)* Todos homens comuns, na verdade — e até tu, Arthur. Mas... se metem na cabeça, um dia — ou é algum mal do fígado, quem sabe — essas dúvidas sem forma, que fazem o gozo dos sábios, porque têm tal ocupação apenas!, mas são mais homens comuns, esses, que escolheram ser sábios, e disso comem!, mas não aproveitam muito... *(e entusiasmando-se com o fio de seus próprios pensamentos, pousando a caneca no banco, dá uma meia-volta em direção a ninguém; voz baixa, mas veemente — inclusive com as mãos, livres)*

Oh, quanta complicação!, somente porque é uma vida vasta... e porque tem que ser uma coisa depois da outra: primeiro gozar, depois dormir... (ou há quem troque!); primeiro vestir, depois calçar (aí não há dúvida); primeiro comer e, depois, começar a ver em volta, como estão as caras de hoje...

(agora olha diretamente para Arthur) E é seguir nisso... Mas, qual!, essa conversa toda teria te espantado... Homem estranho.

(sempre fixo no leito, dá um passo em direção do banco, onde de novo despeja, no caneco, mais bebida, e bebe — um gole rápido)

Melhor seria que os Reis do futuro não fossem como tu, cheio de visagens... — ou o que seja, mas, com certeza, nada desse mundo, ou aqui inadequado. E a matéria que sempre tivestes para tão... altas esperanças... nunca foi nem um pouquinho melhor do que Lancelot.

Pobre Arthur! *(bebe, quase num brinde)*

(Soa, nesse momento, uma voz de mulher, vinda de detrás do leito:)

GUINEVERE: É de chorar!...

(Aparece a Rainha, meio escondida por uma das grossas colunas da cama, ao fundo)

LANCELOT: Guinevere!... Que fazias aí?!

GUINEVERE: Tentava ouvir. *(ela se aproxima)*

LANCELOT: A mim?

GUINEVERE: Não. Mas valeu, também, te escutar. *(Olham ambos para Arthur a seguir, ao mesmo tempo)*

LANCELOT: E essa máscara?... Quem...

GUINEVERE: *(muito tranquila)*. Eu mandei.

LANCELOT: (com surpresa, é evidente) Tu mandaste?! Como se...

(Ela põe um dedo sobre sua boca)

GUINEVERE: Hoje, no começo da manhã, ele tornou à consciência, por um momento, e chegou a se lembrar da tal mistura

LANCELOT: Mistura?!

GUINEVERE: A que estaria a caminho *(quase impaciente)*... uma receita de sábios...

LANCELOT: (lembrando-se) Ah, uma fórmula, enviada da Ilíria...

GUINEVERE: Dizem. E pelo Rei, ele próprio, que sempre quis tanto a Arthur...

LANCELOT: (impaciente ele, agora) Mas então, lembrou-se...

GUINEVERE: E até perguntou pela fama desse remédio. *(afasta-se dele um pouco)*

Que era "muito poderoso"... eu respondi. E que, talvez, chegasse ainda hoje ou amanhã...

(enrijece o corpo um pouco) Mandei, depois, que entrassem os homens, com seus cremes, para apagar-lhe uma ilusão que fosse.

(ele começa a rodeá-la)

LANCELOT: Mórbido!

(estando quase por trás dela, abraça-a, de repente, beija-lhe a nuca levemente e suas mãos sobem para lhe cingir os seios)

LANCELOT: Sabes ir tão longe...

(ela se entrega um tanto à carícia e, nesse momento, ouve-se passos e vozes, que vêm dos corredores. Algo aconteceu.)

Entra Merlin, mágico e conselheiro da corte, acompanhado de dois pequenos corcundas, que lembram os pequenos monstros que teriam sido criados, por artifício de magia, na Idade Média, para o serviço dos mágicos que os "criavam". Enquanto se desenvolve a cena, ficarão dando voltas e, em pequenos passos miúdos, às vezes se aproximando de Lancelot ou Guinevere, de pescoço torcido, olhando para cima. E às vezes ficam fixos, em nada precisamente.

MERLIN (olhando em volta, primeiro, e depois dirigindo-se à Rainha): Chegou o Príncipe da Ilíria, senhora.
GUINEVERE: (depois da natural surpresa)... O jovem Tássio?
MERLIN (assentindo): Ele é um homem que eu conheço, há muito, de ouvir falar. Chamam-no Idrian de Hipnos.
GUINEVERE: E o que mais?... O que trazem...
MERLIN: Não se pode saber, já. E... com Idrian, senhora, o que for, acredito que... surtisse efeito.
LANCELOT: Oh, que pena!... *(e olhando de Merlin para Guinevere:)* É o que devem saber, sem demora: que vieram muito tarde!

Merlin que, às palavras de Lancelot, deu um passo rápido para ver melhor no leito, se Arthur teria morrido, olha em direção de Lancelot, com certa censura, e depois para Guinevere:

MERLIN: Senhora, vão esperá-la no salão do trono. Mas quererão vê-lo *(faz sinal, com a cabeça, para o leito)*, depois. E não se pode dizer que "é tarde", apesar dessa... máscara.
LANCELOT: Por que não?
MERLIN: Por que respira, que é quanto basta! — e não seria vós a dizer onde pára o poder de um mágico.
(E dirigindo-se à Rainha)
MERLIN: Mas algo, ao menos para o momento, deveis decidir, senhora. *(volta-se em direção da porta, fazendo menção de se retirar)*
GUINEVERE (dá um passo à frente): É um Príncipe da Ilíria... não se deve esquecer. E que veio, ele mesmo, por vontade de seu pai, o Rei, trazendo a ciência desse homem...
(Merlin só espera ouví-la e já vai transpondo a "porta" — qualquer lugar ao meio do palco, em obscuridade — quando Guinevere percebe e o chama:)
GUINEVERE: Espera, Merlin! O que dizes?...
MERLIN: (de onde está) É como colocásteis — há a prudente cortesia...
(volta-se e desaparece, seguido de seus monstrinhos)

Guinevere esteve um tanto *suspensa* o tempo todo, desde a sua chegada com a notícia e se volta, completamente, já tarde para detê-lo:

GUINEVERE: Merlin!...

Lancelot aproxima-se dela.

LANCELOT: Guinevere... Na verdade, se... até mesmo durante isso de recebê-los, deixas passar um momento, será quase noite então... E, tudo, não se terá resolvido... ao que se prevê?...

Ela põe as mãos sobre a boca, entre divertida e espantada.

GUINEVERE: Oh, Lancelot! É difícil ser tão simples... e, no entanto, não é a solução?...
(acerca-se dele e coloca as duas mãos em torno de seu rosto; beija-o e, tocando-lhe no ombro, empurra-o, um pouco, para longe de si, no mesmo gesto)
Vai. Vai ter com Merlin, para depois descermos.
(Acompanha-o com os olhos e sorri, mal a porta se "fecha")
GUINEVERE: (para si mesma) É no que me encantas: pensar sem sombra. Pensar... sem pensar, quase. *(olha em torno, e depois fixa o leito, um pouco rígida, com as mãos cruzando-se abaixo da cintura)*
Quanto a ti, que céu foi mais sombrio do que essa fronte, cingida de pensar, pensar e pensar — como de uma coroa da noite?...

(faz uma pausa e, depois, como quem retoma interesse no que ia dizer, continua, para Arthur no leito)

Oh, essa odiosa vida lunar que levou teus olhos adentro, e deixou branco onde uma mulher deve se ver, ou outra encontrar... — mas *alguém!*, e algo, e não a sombra de nada... Como no céu, a luz de nada, o engano de estrelas...

Mas o céu e um tal olhar são como o mesmo líquido, dentro de um vidro.

Algum veneno, que eu odeio, está no fundo... Algum sonho escuro, que atrai um homem ao seu inverno, de longa pergunta, para a solidão responder.

(faz a mesma pausa)

E sempre ias ouvir.

Depois, já amavas ir, a essa Palavra oculta; viajar a tua estação fria, ao pleno sol do mundo.

E isso me incluía. Mas não era o pior — ou não era mais do que ter menos que um fantasma, como rival... que nem chegava a ser.

Mas, a carne *(toca em si mesma)*, sob a lã, com sua memória própria, sabe de seu círculo somente, e não sabe esquecer... nem pode compreender distância e calor disso: — estar e não estar aqui, ausência bem ao seu lado.

(respira fundamente, e, de novo, entrelaça os dedos com força, com os braços rígidos até abaixo da cintura)

Plantaste, tu, é o que eu te digo, essa minha abafada floração — de mato selvagem e o adocicado perfume...

Agora, colhe a flor noturna — na haste dura, há muito tempo ressecada.

Uma janela bate, com um vento de chuva.

CORTINA.

ATO II

Cena 1

O salão do trono (centro do palco; trono e estrado de degraus).

Vindos da direita, um servo com um candelabro (ou tocha) e dois homens encharcados de chuva fazem entrada em cena, na obscuridade iluminada pela chama — e, eventualmente, por iluminação de efeito (sombra do trono, etc.), para se dar visibilidade mínima à ação. Um dos homens é jovem e seu traje de nobre tem um toque exótico, um tanto à Bizancio, e ele mantém uma espécie de gorro-tiara na cabeça (e não se descobrirá, o tempo todo — dessa e da cena 2), enquanto o outro, um velho de aparência austera, veste uma capa longa, "de médico", que o envolve como um manto, tendo largas mangas. Traz um chapéu, de duas pontas, também característico, mas que retira, logo ao entrar.

Vê-se uma mesa rústica, sólida e longa, "ao comprido", no lado esquerdo, enquanto, no centro; na semi-obscuridade já sugerida, podem ser vistos o estrado em degraus e o contorno do trono (o leito, à direita, está apagado e invisível naturalmente). Um pequeno banco (de sentar) já deve estar ao lado do trono, não interessando que seja visível.

O servo conduz os dois homens — dizendo alguma fala acidental (sobre a violência da chuva talvez) — e, em todo caso, ouve-se seu cair, grosso e contínuo, nesse início da cena, até que se sentam à mesa, onde o servo deixa o candelabro, afastando-se.

Do canto esquerdo (e um pouco do fundo), agora, surgem dois oficiais do palácio, encaminhando-se para o mais jovem dos homens:

OFICIAL: *(fazendo alguma mesura)* Alteza, com alegria a Rainha recebeu a grande nova de vossa chegada e virá vos saudar — e ao reino da Ilíria, aliado muito querido de sua Majestade, o Rei Arthur.

IDRIAN DE HIPNOS (levantando um rosto cansado, que havia apoiado no braço): E como está ele?... Qualquer demora... (*e dirigindo-se ao príncipe Tássio, ao seu lado*)... Que o protocolo ficasse para depois, Alteza — já que chegamos em tempo... ao que parece.
OFICIAL (sem dar tempo a que o príncipe intervenha): Deveis esperar aqui. A Rainha não dispensaria saudar-vos, Alteza. Com vossa permissão... *(faz a mesura)*

Os dois oficiais se retiram (pela esquerda, porque deve ser evitado movimento que alcance o setor, msmo apagado, do leito — "um andar acima", ao que subentende)

TÁSSIO (depois de olhar, em torno, o salão do trono): Precisas ir te acostumando, velho Idrian... Essa terra não convida a pisar no chão, mas a subir com o nevoeiro... Aqui, apenas vagam — roupas e hábitos estranhos. Acostuma-te logo, se tivermos que nos demorar. Mas, talvez, tenha vindo alguma melhora para o Rei Arthur.
IDRIAN (descrente): Não, se o mal é aquele cuja descrição fizeram, ainda na Ilíria... Um que não se dobraria à bebida de ervas e invocações de espíritos...
TÁSSIO (divertido): Mas, Idrian... o célebre Merlin deve saber e poder mais do que isso! Ou... fala pela tua boca, o ressentimento de homem do mesmo ofício?...
IDRIAN ("aborrecido", só para corresponder ao jogo): Merlin!... Vossa Alteza finge que o respeita para atingir uma vaidade que já não tenho. Mas *eu* posso dizer sobre o alcance do poder e da influência desse mágico — um *mágico* apenas... — porque já fui um jovem Merlin, no passado.
TÁSSIO (sorrindo): E és um Merlin muito velho agora...

IDRIAN (sorri também, mas logo fica sério, para encaminhar seu assunto): Alteza... A Bretanha é como disseste: cheia de sombras e dessa gente que vaga, como numa névoa. Mas pode haver mais: — de homens apenas. *(faz uma pausa, para dar mais gravidade)*
Permite que vos lembre dos cuidados que vosso pai, o Rei, aliado e amigo de Arthur, aconselhou ter.

TÁSSIO: Sim, e eu gostaria de entender... Ele disse que o Rei Arthur era... *(procura as palavras)* como um desterrado, para quem soubesse ver, sob a marca da vida comum, o homem raro, pairando muito acima...
E apontava aquele friso de um palácio antigo, que serve como pedra, agora, sob a água, na fonte do jardim. "Eis Arthur" — apontava: "...jaz imerso na vida, o que tinha um alto destino..."

(sorri, muito de leve) Foi algo assim que ele disse, meu velho pai... E, em seguida, que esse homem, no entanto, nunca tinha sido amado à altura, pela gente que ele fizera habitar no seio, mesmo, de sua esperança. *(diz, é claro, como se fosse um pouco enigmático, para ele)*
E enfim, que fôssemos nós próprios a dar, ao doente, das dosagens que tu pessoalmente prepares, com o sangue da criaturinha... *(e leva uma mão ao chapéu)*

IDRIAN (fazendo sinal de calar): Não!, enquanto não for a hora. *(e olha em volta)*

TÁSSIO (olha também): Mas me explica, ao menos, isso de um Rei, no alto — e, ainda assim, sob essa espécie de ameaça que meu pai sugeriu...

IDRIAN (sempre olhando em torno, antes de falar): Vosso pai não vê o Rei Arthur desde vosso nascimento, quase. E na Ilíria, então, já se sabia da altitude desse homem, mas, igualmente, que por se alhear, tanto, da humanidade comum a sua volta, ou crer nela como em algo mais alto, Arthur colocava-se sob essa ameaça de alimentar, na própria mão, a pequenez de cortejadores que iam se tornando uma verdadeira corte enfeitada, mas muito próxima, e, um dia, perigosa.

TÁSSIO (ansioso): E assim aconteceu?

IDRIAN (sorrindo, indulgente): Tássio... Estamos falando da vida, lenta e real — e não dos dramas de palco que tens na cabeça: morais ou trágicos, mas sempre rápidos na ação que interessa...
A vida é menos brilhante e mais amarga, e não avisa que já estamos na cena seguinte. *(olha em volta)* Não aconteceu nada — enquanto aconteceu tudo.
Volta o olhar, um dia, e poderás entendê-lo, Tássio.
(nota que não usou da forma protocolar e foi muito "preceptor"...): Oh, desculpai-me, Alteza...

TÁSSIO (sorri): Por que? Porque ainda preciso de tomar lições?... Que não seja sentado sobre teus joelhos, como era, e terás teu aluno de volta, com a condição... *(Tássio não vê que chegam, às suas costas, Lancelot, a Rainha e o mágico Merlin. Idrian faz um sinal com a cabeça)*

Tássio e Idrian se erguem, enquanto a Rainha se adianta para o príncipe.

GUINEVERE: Tássio!... (e mirando-o) Um homem feito é o que eu já esperava — mas... há sempre surpresa. *Ver-te* é outra coisa...
(volta-se para Idrian)
E este é o famoso mágico que trazes...

TÁSSIO: Idrian de Hipnos, Majestade, é o sábio famoso em toda península, pelo poder de sua ciência, pela extensão de seu conhecimento e pela posse de dons extraordinários ainda, que no entanto ele raramente utiliza. Mas, assim como eu, meu pai o coloca inteiramente ao serviço da cura de Sua Majestade, o Rei Arthur, a quem ama como um irmão. *(é dito, de certa maneira, de forma protocolar e quase ensaiada)*

Merlin (que está atrás de Guinevere) dá um passo à frente, dirigindo-se a Tássio:

MERLIN: Meu jovem Príncipe... Perdoai, mas... Sua Majestade, o Rei da Ilíria, não se teria privado de um sábio tão célebre... por julgar que não se pratica sua ci-

ência, com dons igualmente extraordinários, na nossa Bretanha, que foi onde, não por acaso, apareceram os sábios da nova magia, aptos a curar todos os males?...
Se assim foi, este homem não fará falta, na Ilíria — enquanto aqui... não seria demais, nunca..., e, no entanto... *(deixa suspenso, para ser melhor entendido)*
Oh!, eu sou Merlin... esqueci-me de me apresentar a Vossa Alteza.
IDRIAN (meio alto, meio baixo): Nem precisavas dizê-lo...
GUINEVERE (tentando "aliviar"): E este é Lancelot *(que está quase recuado, ao pé do trono)*, cavaleiro e braço-direito de Arthur...

Lancelot faz seu cumprimento, um pouco displicente.

TÁSSIO: Já ouvi falar de Sir Lancelot — e de todos os demais da Ordem da Távola... do Rei Arthur. *(parece ter acrescentado somente para encaminhar a pergunta)* E sobre ele, Majestade... houve a melhora, tão ansiada?...
IDRIAN: E poderemos vê-lo, agora, se assim for possível?...

TÁSSIO: Sim!, Majestade, queríamos vê-lo tão logo... Guinevere sorri e põe as mãos sobre os ombros de Tássio.

GUINEVERE: Tássio, meu querido... Precisamos, todos, conversar muito... *(olha para Idrian e depois volta ao seu tom maternal, para Tássio):*
Saber, por exemplo, a que vieram precisamente... a mais, é evidente, de nos dar tanto prazer, e a honra de poder hospedá-los.
Mas não será que prefeririam o descanso, antes de tudo, depois de uma tão longa viagem?
(sorri) Eu, então, adiaria para amanhã as perguntas sobre teus pais queridos — e sobre a Ilíria — que anseio por te fazer.
TÁSSIO (que olha, por uma fração de segundo, para Idrian): Majestade ... Sobre meu pai eu posso dizer, já

de agora, que o deixei mergulhado na mais viva preocupação pela saúde do Rei Arthur... embora, o tempo todo, eu mal pudesse fixar seu semblante, porque ele próprio se atarefava entre os servos que, em menos de um quarto de hora, aprontaram todo o necessário à viagem. E mal o beijei, porque ele já espantava os cavalos, um instante após nosso abraço... Tal era seu empenho em que não perdêssemos nenhum tempo, principalmente na viagem, que foi feita sob o acicate de suas ordens de pressa, e pausa apenas para um curto sono, se não pudéssemos dormir sobre a sela, na marcha.
Por isso, Majestade, o descanso muito adiado, com que vos preocupai, agora pode esperar.
Até porque ainda vigora a pressa em que nos conduza ao verdadeiro fim da viagem, diante do leito do doente — para o qual trouxemos talvez a cura, nas mãos desse grande sábio, que é o da Ilíria.

A Rainha senta-se no banco, ao lado do estrado do trono.

GUINEVERE (com cautela): Tássio... É evidente que já sabíamos de vossa vinda e até, um pouco, de seu generoso motivo. Na verdade, foi por saber desse pouco, que não te introduzimos, sem demora, aos aposentos do Rei, como seria natural e imediato, no caso de que viesses cumprir uma visita, muito honrosa..., mas apenas uma visita.
Mas... *(com certo embaraço)* — e é tão difícil dizer!... — o que te traz (e oh!, nós nunca poderemos esquecer esses cuidados do Rei, teu pai, mandando a ti próprio, e ao grande sábio de sua corte, numa tão cansativa viagem...), o que te traz, ainda aflito, em nome da Ilíria, é o generoso intento, o esforço do desvelo fraterno...
(Idrian senta-se, ironicamente preparando-se para um longo discurso)
... nessa tentativa de experimentar alguns de teus remédios — mágicos remédios — a fim de que viesse alguma cura...
(Idrian levanta-se, atento)
IDRIAN: Majestade... perdoai... mas não é uma tenta-

tiva assim ao acaso, escolhendo entre fórmulas e drogas que, de resto, aqui também pudessem ter.
O mal do Rei Arthur — segundo nos foi descrito — é um mal conhecido, mas raro, e de que, afortunadamente, sabemos a cura, contida num velho livro celta, único; e por mim já aplicada, com sucesso, há muitos anos...

Guinevere ajustou uma verdadeira máscara de paciência para ouví-lo e, agora, para responder-lhe.

GUINEVERE: Idrian... (é esse teu nome?) — não me deixaste concluir. Embora, o que tenhas dito traga ainda mais alento à esperança de curar Arthur... Mas, ainda assim... vindo, como vêm, atacar um mal precisamente — e admitindo que seja, o de Arthur, de fato este de que tens experiência — ainda assim, com tua fórmula de cura decifrada num livro antigo, não seria tão simples como chegares, diante do leito de enfermo de um Rei — e do Rei da Bretanha — e aplicares, tu ou qualquer outro, uma droga, um remédio... Não porque temêssemos algo de mal — ou por desconfiança da sabedoria, tua ou de qualquer outro igualmente célebre, e ainda recomendado, como tu, por um Rei nosso aliado... Não. O que há, o que se impõe *(volta-se para o Príncipe)* — e me compreende bem, Tássio — o que se preserva, como cuidado necessário, como uma cautela, nesses casos...
MERLIN: Majestade... Sou eu a interrompê-la agora. Perdoai, mas talvez tenha melhor condição de explicá-lo, sem outros rodeios, como sábio e médico desta corte, que sou: *(e passando a um tom mais baixo e contemporizador)* Merlin, um nome não tão obscuro, embora sem sequer a pretensão de ser tão célebre... quanto o de... (faz como quem tenta lembrar) Idrian de Hipnos. (e para o Príncipe) Pois, podeis crê-lo, e anunciar na Ilíria, que, ao serviço da corte do Rei Arthur, também há um humilde homem de ciências, antigas e novas, *(agora envereda por decidida ironia)* que não possui, é verdade, um tão único livro celta como o teu, Idrian, apesar de poder consultar, na sua torre, a qualquer momento, manuscritos que foram salvos do grande incêndio de Alexandria... e do próprio

cataclisma de Mur, o antigo continente que guardava o segredo da sabedoria...
Oh!, lixo sem importância, eu o sei..., mas foi consultando-o que o humilde Merlin também encontrou os sinais do mal de Arthur, e invocações, segredos de líquidos, poções raras que — também — levam à cura. *(Agora tenta causar impressão)*. Mas foram necessárias longas noites de decifração, sob conveniências astrais, muitas vezes, a cada passo das misturas... E na última noite de céu negro, sem lua, pôde ser dada a fervura final, no fogo frio... E levado ao leito do doente, onde a droga ainda combate o mal, fortalecida pela invocação de nove sílabas, pelo Nome chamado sete vezes e pelas três feridas do Rito...

Idrian ri, irreprimivelmente.

MERLIN (voltando-se, surpreso, e pouco a pouco furioso): Além do que ousaste vir com as tuas curas duvidosas, defrontar o seguro efeito das minhas — ousas rir de quê, magra sabedoria?...

Idrian se aproxima até ficar exatamente diante de Merlin, que está ao lado da Rainha.

IDRIAN: Como sempre, mentes, Merlin.

Merlin levanta os braços bem alto, abertos, enquanto os olhos se estreitam, sombrios, num conjunto que tenta ser terrível, à medida que Idrian acrescenta, para a Rainha:

IDRIAN: Se o Rei Arthur depende, nesse momento, unicamente da ação dessa oca bruxaria, achada na imaginação de Merlin, e não no livro verdadeiro, ele já aperta, na sua mão, a mão da morte — e cada vez mais, enquanto falamos.

Merlin volta-se para a Rainha, vê que ela não reage à altura e baixa os braços imediatamente, num efeito cômico:

MERLIN: Majestade!... Essa infinita ousadia!..., que ofende à Bretanha, a vós, ao Rei Arthur e à corte, na ofensa ao vosso sábio...

GUINEVERE: Acalma-te, Merlin. E mede tuas palavras, Idrian.

Tássio dá um passo à frente.

TÁSSIO: Senhora... Deveremos compreender que é deste... "remédio"... que se espera a cura do Rei Arthur? — e de mais nenhuma verdadeira fórmula...

LANCELOT (de seu canto, sem se mover): Que é a vossa, da Ilíria...

TÁSSIO (voltando-se para Lancelot, surpreso): Mas não se trata de que seja ou não seja da Ilíria!, e não o é. Vem dos celtas, que a recolheram, talvez, de ainda mais longe. Mas não importa de que país viesse. É real... e é tudo que precisa ser. *Algo*, que já curou de fato, e não... *(olha para Merlin, que levanta os braços imediatamente, no gesto já desmoralizado)* ..."céu negro, sem lua" e "fogo frio""...

GUINEVERE: Ainda que fossem de desdenhar, Tássio, as misturas mais estranhas... e todas as invocações de Merlin — e eu não diria que fossem — ainda assim... Arthur não poderia ingerir novas drogas que se acrescentassem às que toma agora. Não é verdade, Merlin *(com certa ênfase, ao voltar-se para o mágico)*, que mais uma fórmula nova... poderia matá-lo até?

MERLIN (ainda furioso): Se não fosse por ser venenosa... *(à palavra "venenosa". Tássio leva a mão à cintura, onde está um punhal, mas Idrian detém seu gesto, enquanto celot também se pôs de guarda, maquinalmente)*... seria por interferir no curso de minha mistura, senhora — e também por serem duas, num corpo já fraco. E a que cura é a de Merlin!... ....

IDRIAN (em tom baixo, para Tássio): Alteza... Não vim aqui para um torneio de mágicas, num "sabbath" de feiticeiros.

Tássio considera por um instante, e dá um passo à frente, para a Rainha, com decisão.

TÁSSIO: Majestade... Se considerais o oferecimento do Rei da Ilíria, que eu vos trouxe na pessoa deste sábio de nossa corte, mandado a empenhar-se na cura do Rei Arthur *(diz de um só fôlego)*, se vós o aceitais, proponho que aquele homem *(aponta Merlin)* diga um prazo para a ação de suas misturas e mais o que for, o qual esperaremos para, na falta de... resultados, começarmos, nós, a aplicação de nossa fórmula, em cumprimento daquilo a que nos mandou meu pai, o Rei.

Lancelot, no instante *suspenso* que se segue, adianta-se para Tássio e Idrian, depois de olhar a janela (em qualquer direção):

LANCELOT: Já é a hora indecisa entre a noite e o dia... e aquilo a que vieram, tão generosamente, ainda necessita de que antes confirmes, sábio, com teus próprios olhos, aquilo que julgaste, de longe, sobre o verdadeiro mal de Arthur.

Guinevere e Merlin se entreolham. Lancelot nota que foi muito imprevista sua intervenção, mas segue adiante, e até mais à vontade — e deve parecer muito hábil e cheio de intenção quando, aparentemente, divaga:

Sou um homem rude, de poucas impressões sem dúvida, porque o mundo já me ensinou, sobre a surpresa: é uma emoção inútil e perigosa, e se alimenta da falta de imaginação.
Espero tudo e nada, e nunca julgo. Na última hora, com a espada, tenho sido mais rápido, sempre, do que o meu próprio espanto.

Faz uma pausa, apreciando o efeito e, agora, é como se se explicasse:

Portanto, que vejamos Arthur, primeiramente. Não porque desconfie de vossa certeza, sábio; ou de vossas mágicas, Merlin — nem porque ache que o mal de Arthur é incu-

rável e que ele vá morrer, ou que esteja morrendo agora...
(e nesse momento troca um rápido olhar com Guinevere)
Sou rude, mas não a tal ponto — e, ao menos para meu Rei, hei de acolher a última esperança...
Merlin, Idrian — se são rivais, que rivalizem, não importa, enquanto tudo tentarem para afastar a grande morte desta casa.
(realmente, está sendo melodramático — e sabe disso)
LANCELOT (para a Rainha): Perdoai que eu tenha falado, talvez demais, Majestade... Mas o tempo passava.
GUINEVERE (olha a janela): E o dia expirou... Lancelot? Não se pode ver, na verdade. Mas é a hora, de qualquer modo, de estar junto a Arthur. *(levanta-se)* Tássio e Idrian — e Merlin — se o quiserem, podem acompanhar-me.

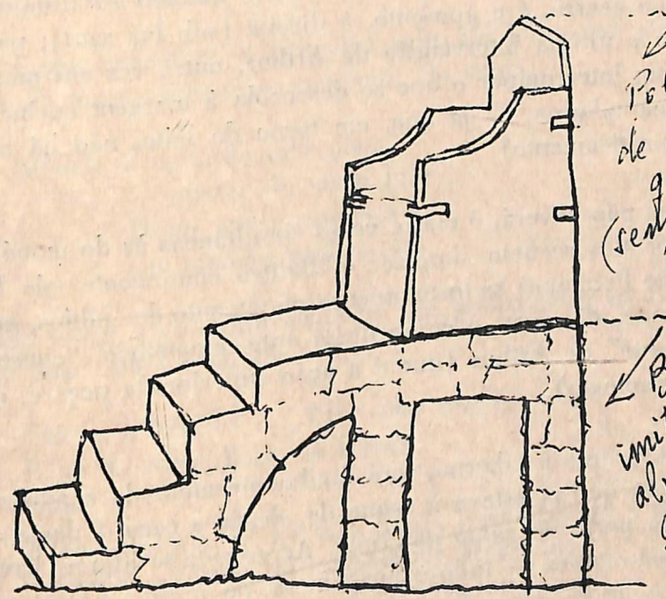
Saem os quatro, pela direita, e fica Lancelot, que sobe alguns degraus perto do trono, pensativo. Termina por se sentar no próprio trono, como alguém que nunca o tivesse feito, mas agora o experimentasse, com prazer. Enquanto isso, dois homens, trajando pobremente, se acercam da mesa (no canto esquerdo), com tijelas na mão. Vêem Lancelot, sorriem e comentam algo entre si, sentando-se para comer. Despertam a atenção de Lancelot, que os olha por um momento, apreensivo, e bate na perna, como num estalar de dedos de quem se lembra de algo — de um erro, de um descuido:

LANCELOT (sorrindo, no último instante): Que Merlin explique como parte de sua mágica, o vosso fúnebre trabalho.

Os homens (são os que maquilaram Arthur) olham-no ainda, sem terem comido.

LANCELOT (mais alto): Bom apetite!
E deixa o trono, também desaparecendo pela direita.

Trono para o rei Artur
(inspirado no de Carlos Magno)



N.B. – A poltrona póde ser usada sem a base

ATO II

Cena 2

Uma taberna medieval constitui, na cena 2, do segundo ato, o terceiro setor ou prolongamento, de certo modo, do cenário tríplice, agora *formado* de fato — porque o *trono* e o *aposento real*, não removidos e permanecendo às escuras, esperam, somente, pela ação se desdobrar em três, ainda nessa cena, inicialmente na taberna, mas logo depois prosseguindo, com ação paralela, no setor 2 (trono) e no setor 1 (aposento). Ou seja, Lancelot e Tássio, como será visto, continuarão em cena na taberna, à esquerda (sob luz vermelha), quando se iluminar o trono, no centro, e o aposento, à direita (sob luz azul), para a segunda e última intervenção de Arthur, outra vez em monólogo, e sem interromper o que se desenrola à margem (principalmente na taberna — já que, em torno do leito, não há movimento praticamente).

Mas não haverá, é claro, vozes simultâneas às do monólogo — e por um recurso simples: o diálogo contingente (de Lancelot e do Príncipe) se torna apenas movimento dos lábios, quando irrompe, de novo, o curso desse auto-comentário, "consciência-voejante" de Arthur (que é a ação superior da peça e, quase, seu pretexto).

Mas quanto à taberna, será facilmente montada a partir da longa mesa que já estava à esquerda, desde a cena 1 desse ato, compondo parte do *salão do trono*. Acrescenta-se alguns bancos e um balcão talvez — tudo como a mesa, de simples e rude marcenaria — assim como alguma iluminação de tochas ou de uma primitiva lâmpada a óleo pendente "do teto", e nada mais, além de um telão recuado, que deve dar a perspectiva, evidentemente representando a parede rústica e o madeirame da construção. E pode haver alguma "decoração" da época, talvez um troféu de caça.

Em torno da mesa e do balcão, fregueses — não muitos, mas o suficiente para encher esse lado do palco, no primeiro plano e ao fundo (telão) — e uma mulher que os serve, com certa brusquidão, ou enfadada de algum galanteador maltrapilho. Enfim, a vida rotineira da taberna, de todos os dias. Um tocador de alaúde — que não toque, mas dedilhe somente algumas notas soltas — é visto entre as sombras do fundo, junto ao telão; e esse som indeciso é tudo que tempera o fixar de todo o quadro até, um pouco, os limites da monotonia.

Então, da extrema esquerda, surge uma repentina luz, acompanhada do som de uma pesada porta que se abre, e ato-contínuo entra uma estranhíssima figura (o bobo da corte), quase com um salto. Atrás, um guarda do palácio, que segura uma tocha, olha um instante em volta (veio para deixar o bobo) e desaparece (som da porta fechando).

Simultaneamente, o primeiro salto do bobo vai sendo seguido de outras cabriolas, enquanto ele canta:

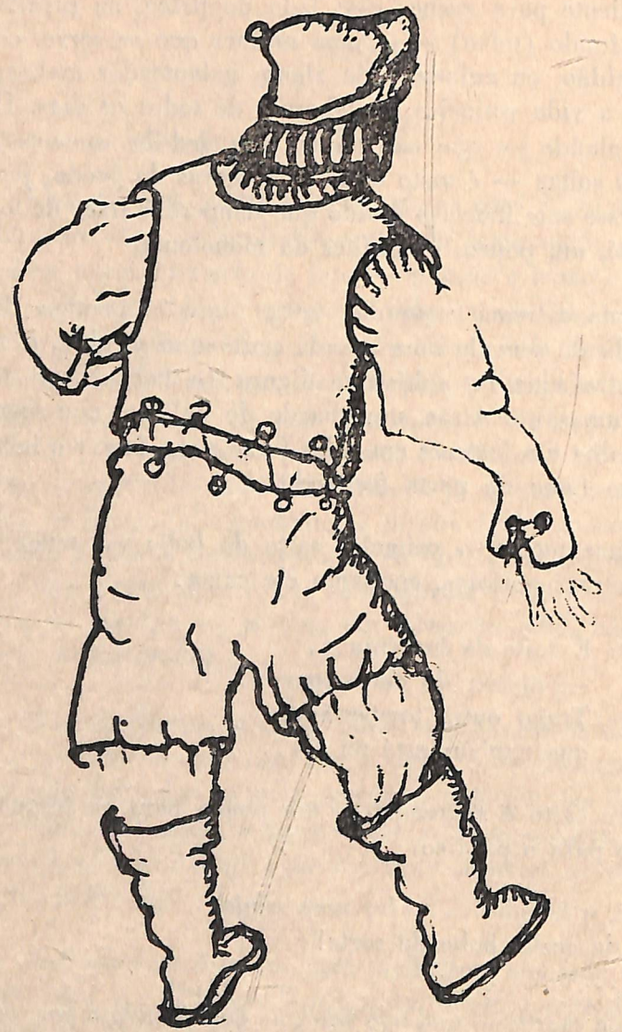
BOBO: É noite de invernia...
— apesar do claro luar...
Trago outra tempestade,
que também está no ar...

Dá um outro salto e apresenta-se, um pouco para os fregueses e um pouco para o público:

Cedric, o bôoobo!... *(faz uma vênia)*
Bobo da corte, bobo de sorte!
Hoje...

Bobo da morte — que não veio... *(abaixando a voz, perscrutando o fundo, adivinhando o alaúdeiro)*
Tocador de alaúde que se esconde!,
— vence a timidez...

Acompanha a língua solta, essa noite
e essa vez!...
(E sempre cabriolando):
Espetáculo raro, taberneiro!...



Casaco, chapeu,
calção e botas de
couro cru.

Camisa e cuecas
de linho cru,

Mas é preciso mais veneno,
para tanta ousadia;
não canto no teu chiqueiro,
somente por alegria...
(o taberneiro já vem com bebida e ele vai ao seu encontro, tomando a caneca)
E nem pelo mijo da taberneira,
que misturas à cortesia!
(cheira e, em volta, os homens riem)
Quero coisa verdadeira,
para uma breve euforia.
(fica sério, enquanto faz uma pausa para levantar o brinde):
Ao Rei que não morreu — (como se queria...)
Deixei-o há pouco e, graças aos Céus, ainda vivia!
(bebe, e alguns acompanham o brinde)
UM HOMEM: E na corte... Foi só tua essa alegria, bobo?
BOBO: (que mede o homem e a pergunta, mais sério do que nunca) Houve espanto, homem.
Muito espanto. E palavras. E outra forma de palavras.
Mas eu sou o bobo; a mim compete coisas simples, não o raciocínio. E simples é a alegria.
TABERNEIRO: (que está perto e oferece mais bebida)
Mas o Rei viverá?... Dizem que veio um Príncipe, com um sábio ainda maior que Merlin...
BOBO: (olha, fixo, também o taberneiro)
O que já tem a máscara da morte,
afivelada pela vida,
terá perto o remédio, mas a cura
longe mantida...
UM HOMEM: Queres dizer que o Rei tem, já, a palidez da morte?
(o bobo mede, como é seu hábito, ri e dá um passo em direção do homem)
BOBO: A palidez da morte, a palidez do espanto, a palidez dos vivos...
Todos estão pálidos, homem. Até Merlin, que agora tem um prazo para inventar o que não tinha inventado — preço do engodo, ainda muito baixo.

Mas, como num céu pesado, alguma coisa se arma. O quê,
não se sabe — pelo menos no palácio. Na rua talvez...
ou entre as pernas de uma mulher!, e ali me recusam...
(porque sou feio, as feias dizem!)
(ouve-se risos)
Mas aqui posso entrar, bem recebido;
e, antes do fim da noite, terei tudo;
o bêbado que me conta...
E a bêbada que não se importa!...
(bebe)
UM HOMEM: Está mesmo alegre, o bobo! *(em voz alta)*
OUTRO HOMEM: E esperançoso! Mas a bêbada ... era preciso ser louca!...
BOBO: (enxuga os lábios no braço e assume um ar astuto)
Serei, sim, um alegre bobo triste, por hoje;
mas, amanhã, o triste bobo alegre de sempre...
E deverei procurar outro trabalho.
Bobo só fui uma vez — e desse Rei, que eu nunca fiz rir.
(e dando um salto, ágil)
Mas, os outros, riem todos! — isso consigo, hein?...
(e, perto de um dos homens, faz uma vênia)
Ao teu serviço, bom homem comum, na taberna ou na corte — e que se caguem de riso e atolem esse reino num alegre monte de estrume!
Desejo e prometo, mas que me ajude,
esse daí — do alaúde!

Os homens chamam pela alaúdeiro e, nesse momento, entra Lancelot; está acompanhado do Príncipe. O bobo volta à sua música:

É noite de invernia...
— apesar do claro luar...
(notando as pessoas que se voltam, vê Lancelot, que se encaminha para ele)
... Lancelot é a tempestade, que aqui vem se armar!...

Lancelot se adianta, pega-o com certa brutalidade por um braço, imobilizando-o em "chave" e com a outra mão levanta sua cabeça, pelo queixo.

LANCELOT (ao Príncipe): É Cedric, o bobo. Ainda vivo e ainda o bobo..., para provar a paciência de Arthur — demasiada, com esse velho anão amargo.
(e aperta-o mais na "chave")
Sarcástico, mas não engraçado: e que adora intrigar na corte, não é verdade, diabo?

Solta-o com safanão e o bobo se projeta para o chão.

BOBO (recompondo-se): Mas eu ao menos sei, Sir Lancelot, quem foi minha mãe...

Lancelot, que já ia em direção à mesa, volta-se violentamente.

BOBO:... como vós sabeis quem foi a vossa!...
(afasta-se) ... a serpente do lago!
(salta para a porta e desaparece)

E ouve-se sua voz, já fora:

BOBO (voz): Cuidai, Príncipe, que algum bote ele prepara!...
LANCELOT (que, com o Príncipe, se sentou à mesa): Taberneiro!

O taberneiro se aproxima, solícito.

LANCELOT: Vê, homem, que está aqui Sua Alteza, o Príncipe da Ilíria — mas não veio para encontrar nossos "Cedric" e outros ratos de esgoto. Fecha, por hoje.
(O taberneiro está indeciso)
LANCELOT: Anda!, serás recompensado!

Os homens vão se retirando à medida que o taberneiro vai despedindo-os, e Lancelot vai se pondo à vontade, acalmando sua irritação desde o encontro de Cedric.

TÁSSIO (depois de olhar em volta): E no entanto, Sir Lancelot, para que vim aqui, de fato? — ou por que me trouxestes, mais precisamente?

LANCELOT (olha em torno, também, mas rapidamente): Mesmo com Cedric e toda essa gente, aqui ainda estaríamos melhor; respira-se mais do que na corte, com Merlin invocando seus demônios, empestando o ar de bruxedos, ainda amanhã e depois, e tendo a Rainha sob seu fascínio, enquanto Arthur morre — ou morrerá, quem sabe, muito tarde para o nosso...
TÁSSIO (um tanto cauteloso): Pensais no fim do prazo imposto a Merlin e que teremos de esperar...
LANCELOT: ... E que, talvez, seja o fim de tudo — o que carregarei como culpa. E também a Rainha...
TÁSSIO: Mas se ela demonstra e mantém uma tal confiança em Merlin... E vós próprio, Sir Lancelot, não parecias diferençar, ainda ontem, entre Merlin e Idrian de Hipnos...
LANCELOT (que pensa um momento): Alteza... Na sala do trono, junto à Rainha e o velho mágico, podia ser de outro modo?... — e arriscar uma atitude que talvez viesse tolher-me, separado convosco e com o sábio? Porque ainda penso em ser útil a vós ambos, e não seria a maneira, se se antagonizassem: Lancelot de um lado, vos apoiando, e do outro Merlin, e acima de tudo a Rainha, que nele crê como seu conselheiro que sempre foi... e, afinal, como o mágico de prestígio que é. E mal intervi, de qualquer modo, em tudo que se disse — também porque, confesso, precisava de ter as horas que tive, depois, convosco e com Idrian, para chegar à completa certeza de agora... sobre o tempo que se perde — e o tempo precioso de uma grande vida — nesse momento em que deixamos, perigosamente, que Merlin continue... (como ainda amanhã e depois...) para só então, e se Arthur resistir...
(É uma hesitação um tanto trabalhada o tempo todo)
TÁSSIO: A verdade, Sir Lancelot, é que tudo é muito estranho... A partir de se crer, como faz a Rainha, não apenas nas misturas e invocações de Merlin, mas naquilo de mascarar o Rei como num rito bárbaro — e como se ele estivesse morto...
LANCELOT (confirma com a cabeça): Mas, ainda assim, não tão estranho se pensarmos no próprio absurdo desse

momento, e de todos nós, a vermos o tempo correr como um arroio das chuvas, em que alguém é levado... Sob nossos olhos e não lhe damos a mão... Eis o que, nas últimas horas, tem me posto contra mim mesmo.

Lancelot levanta-se, dá alguns passos em torno da mesa e volta-se, de repente, ficando de pé ainda, mas bem à frente de Tássio e encarando-o:

Alteza... Lancelot é um homem cuja fama, não tanta, é somente a do cavaleiro que bem se bate no torneio e na peleja de espadas. Esse é Lancelot, com efeito; Lancelot do Lago, cavaleiro de Arthur...
Mas não haverá um homem e a... "complicada trajetória desse"... "como dizia Arthur, atrás dessa couraça de ferro e fama por demais simples?"

Tássio olha-o um tanto intrigado e Lancelot volta a sentar-se, como quem prepara uma outra abordagem:

Oh, eu não quero divagar apenas... E, pior, como um trovador que nem se acompanha, sem instrumento...
(sorri)
Esquecei-o, Alteza, como de um indigno soluço.
(faz um gesto de quem vai encerrar, mas logo volta à carga, depois de um instante em que parece ter estudado, rápido, a reação de Tássio):
Mas isso de Lancelot, o cavaleiro empertigado — como uma figura num pau — não será o próprio motivo da reserva que, perdoai, mas vós mesmo mantínheis para comigo, ainda agora?
Mas o que não vedes, é o melhor talvez. É o homem, e é tudo — é o que eu queria dizer...
Mas onde eu quero chegar é também muito simples. Sou Lancelot, mas há mais, sempre há mais desse enovelado fio para um homem tecer a si próprio, e não uma verdadeira história, que começa e acaba...
TÁSSIO: ... Palavras...?
LANCELOT: De Arthur. *(e sorri, confirmando também com a cabeça)*. Era qualquer coisa a respeito de que, no seu momento, aquilo que vivemos foi toda a vida sobre a

terra... "Ilusão nítida, nítida demais para se apagar apenas" — estive repetindo-o o tempo todo, Alteza. Nunca tive minhas próprias palavras, mas minhas certezas somente.
(Levanta-se de novo)
E isso do homem e seu fio, na minha vida, em verdade começa e termina com o encontro desse amigo, de quem sou o braço direito e seu cavaleiro, defensor de sua Rainha — "Sir Lancelot" ... Mas na parte comum, do resto da vida, de manhãs e rotina... Compreendeis? Arthur de Pendragão, Rei da Bretanha; tudo que vinha depois.
Arthur e Lancelot, sem nada mais, vinham antes, dos tempos de espada e cavalaria apenas... Não sei me explicar mais do que isto, infelizmente. O Rei, que eu não suporto ver morrer, é o amigo que justamente está morrendo — e eu devo suportá-lo como?!
(novamente como que estuda a reação do outro)
Não devo, Príncipe. É isto: não devo!...
(agora se curva para a mesa, estendendo uma mão aberta, veemente)
Dai-me. Dai-me o remédio, a mistura, o que for...
TÁSSIO: Mas... o que pretendeis?!
LANCELOT (que parece não admitir hesitação):
Dai-me, eu vos peço sob qualquer preço — que eu, Lancelot!, ainda hoje darei a Arthur e não será preciso esperar, não se deve — e não pode, ele!
TÁSSIO: Mas, como se...
LANCELOT: Hoje, no primeiro momento em que Merlin faça pausa nos seus encantamentos... Por que não? Era a idéia que me buscava, e vim aqui, vos trouxe, porque adivinhava-a. Nem Merlin nem a Rainha saberão, somente nós, que cumpriremos o dever de ambos: vós perante vosso pai e aquilo a que viestes, e eu perante meu Rei e a exigência maior da amizade...

Acende-se luz avermelhada sobre a taberna e ele segue, veemente, num discurso que não se ouve, sem articular as palavras, apenas *ditas* com os lábios, enquanto também se acende a luz sobre o trono e sobre o aposento *(azul)*. Vê-se os dois Ar-

thur, como no 1.º ato: a figura no leito, mal distinguida, e o outro, agora sentado no trono, de frente para a platéia, que encara. Nesse momento, vindos da extrema direita (e quase por trás do leito) entram a Rainha e Merlin, agitadamente (sem os cuidados do silêncio, num quarto de doente). Guinevere, estacando ao lado do leito, faz um sinal a Merlin, e ficam ambos quase de cada lado, muito *parados*, como esperando ou escutando algo.

Ao entrarem, Arthur se terá voltado, não diretamente para eles, mas como alguém que ouve passos, ou algum barulho, sem muita certeza de onde vêm. Mas agora, que pararam, ele olha naquela direção e se vê que, no leito, o doente também se moveu, deitando-se de costas e, nessa posição, podendo ver quem esteja ao pé da cama. O outro Arthur, por seu lado, desviando o olhar de Merlin e Guinevere, contempla em volta, e ainda inclui o leito — e ambos — num último olhar, antes que soe a voz com a mesma nota longínqua do primeiro monólogo:

ARTHUR: Sombras, ainda.
Formas viajantes sempre,
entre o claro e o diluído.
E sons — sons acompanhantes uma vez,
e noutra, sons somente. Apertamos os olhos,
tentamos ouvir — é o esforço da vida inteira.
Porque um sopro, um dia, apagará esse retângulo
de janela e névoa.
E há o esforço por compreender.
O lugar solitário do qual saimos fechando a porta
com cuidado, como a do quarto em que deixamos a
companhia noturna, passado o mistério.
Tornamos à superfície, entra o ar nos pulmões e a
vida do sangue reinstala sua supremacia de horas
e quantidade, e chega a dissipar, mesmo, a aérea
melancolia — a pobre lealdade que lhe devíamos
(no sorriso raro, que afugentasse comédia de faunos;
na mão leve, porque lembrasse que se agarra nada...)
Oh, as águas continuam à espera!, mas não passearemos
nelas, à superfície, enquanto for tão consistente
a velha alucinação dos sentidos.

É ela que cria, como ave da noite, o claro pensamento
puro — que faria e desfaria solidez — e não o
contrário: prisioneiro da espessa criatura, que o
convoca, por um momento fortuito, para tornar-se
alada, num céu esquecido, entre as paisagens do sono.
E na vigília lhe reserva um papel de escravo que
perscruta, sob um sol irreal, a dança dos enganos,
essa roda interminável de baques: carne contra carne,
se infligindo amor ou morte.
E não tem sido mais a promessa do espírito.
Tornou-se uma lenda que já não se sabe contar com
clareza, mas, apenas, que nos dizia respeito,
exatamente como no sonho.
E, ao despertar, que resta das imagens lentas
dessa outra vida?
Nossos próprios gestos, nossa ação e nosso rosto mesmo,
que não entendemos.
Há muita luz e uma vida veloz lá fora... Tudo que nos
desencadeia em direção contrária às pegadas da noite.
É um velho truque de espelhos: pensamos acordar, mas
afundamos no dia sonâmbulo, ainda mais incompreensível,
à mercê da razão fixa, que se serve de palavras inúteis
e de uma pálida luz, ao nível do chão.

Arthur deve ir se aproximando de onde, na taberna, continua o diálogo mudo Lancelot-Tássio; mas fica apenas próximo e somente uma vez olha precisamente para eles:

No tempo de novo em curso, entre as demais medidas de
convenção e mentira, léguas serão percorridas, e os que
se encontraram, como todo dia, pensando que foram ou-
vidos, esperarão muito dos subterfúgios... (talvez ter
dito a verdade — para que, tão clara, pareça ela um em-
buste, e esse, oculto, não pareça isso)
A louca vantagem — fingir que acredita para acreditarem
que finge — será do acaso cego, da brutal malícia ou
do personagem da farsa que veste lã no verão e, no inverno,
se desnuda, idiota que diverte e que procura, talvez, sur-
preender o seu segredo...

Volta a estar perto do trono:

Mas um louco está tão longe! E salvaguardado...
Pelo nevoeiro da fuga, mas muito mais pela recusa
de tudo que nos torna reais para os mendigos do mundo.

Agora vai se acercando do leito, para o tema do Sono: também fica próximo, e não na cena propriamente dita:

Já não se atarefa apenas, goza apenas e apenas vive,
curta atração desse asilo, mas se extraviou, na vasta
solidão, a certa altura, e está protegido pela meia luz
da consciência, como quem dorme e se coloca sob
a guarda desse hábito misterioso, noite após noite: tão
simples o necessário sono, como um imóvel ponto de partida... Que leva, no entanto, ainda mais longe, e por uma
doce mão, que a treva do louco não encontra.
Ele ainda vê a estrela e o olhar — e pensa ler neles como
num rápido aviso, e se sente vigiado pela montanha, desde sempre.
Vai até lá — ainda sabe cortar caminho, ainda observa
e remete para o salão confuso que guarda nossas decepções, aquilo que encontra, aquilo que reconhece ainda:
— a terra sem idade, os sinais dos antigos — ou de um
outro que também procurava, sob sua mortiça meia luz.

Está de novo mais ao centro do palco, próximo do trono:

É a imperfeição da loucura (comparada ao sono):
manter essa claridade ao longo da estrada inútil.
E posso contar sobre ambos, eu que estava pesado de
realidade, amarrado a este trono como a um lastro,
louco sob mais luz, nunca em paz ensombrado, mas sempre
entre rogos de leis e sopa.
E eu que refiz caminho, de volta ao pátio conhecido,
à casa e ao quarto, como quem retorna longamente e,
então, cercado de piedade e censura, deve dormir.

Um louco que adormece — eis uma distância ideal!

Senta-se cansadamente no trono e olha diretamente para a platéia:

Havia muito a contar sobre isso.
Sobre o que se vê dali, onde estou eu agora. (*)

Mas não a lúcidos insones, cansados do corpo e não
da espera noturna pelo que nos acorde da vida.
De qualquer modo, não haveria tempo, porque terminará
para mim, aguardar tanto, justamente.
E eu estava apenas falando, como se faz à noite, na cama
— para que venha o sono.

Ele permanece fixo, olhando longe, um pouco acima da platéia, ao nível do trono, mas não diretamente em frente (ficaria muito rígido) — e por um momento que deve ser, apenas, de certa *pontuação*, até que a luz se apaga de repente, ao mesmo tempo que a da taberna, onde ainda estão Tássio e Lancelot.
Resta a do aposento, que vai sendo melhor iluminado, mas com a mesma dissimulação da Cena 1, do Primeiro ato (luz normal e de "claridade prosaica", toda igual, que preparou a fala de Lancelot).
Em torno do leito continuam, é claro, Merlin e Guinevere, e é como se tivessem ficado, realmente, na escuta de algo: Merlin olha interrogativamente para a Rainha, e ela, saindo de um certo torpor (e notando aquele olhar) pergunta, com verdadeira ansiedade:

GUINEVERE: Ouviste, Merlin? Ouviste agora, tu que és mágico?...
MERLIN: (paciente e um pouco surpreso): Não. Nada se ouviu, Senhora.
GUINEVERE (com um tom de cansada explicação):
Não são palavras. É como... um som de asas, muito feliz... Ontem e hoje.

Ouve-se passos e um riso curto, repetido, ao mesmo tempo que surge Lancelot, vindo da zona meio obscura à esquerda; pára um pouco além do centro do palco (como à "entrada" do aposento) e tem um pássaro — de penas escuras — na mão. Aca-

(*) Olha na direção do aposento, para o leito, e depois de novo para o público.

ricia a ave, ostensivamente para mostrá-la, ao que Merlin e Guinevere encaram-no, estranhadamente, sem entender.

LANCELOT (aproxima-se): É uma *tunigra* ... Um pássaro da Ilíria. E já metade do que nos preocupava.
MERLIN: Uma ave?!
LANCELOT (que traz bem para perto de Merlin): Esta mesma. Veio guardada no chapéu do Príncipe. Mas é real... *(encara o mágico)* — E te acusaram, Merlin, de estranhas práticas...!, eles que nos trazem a mais estranha de todas.
(E mostra, mais, a ave)
Adivinhas qual? *(ri)*
Misturar o sangue dessa ave com os pós já preparados — é a receita secreta, a fórmula medicinal e mágica que têm para Arthur... *(sustém a ave mais alto)* — Que tinham...
(e olha — dá um passo mesmo — para a janela ao fundo, quase atrás do leito)
Vai voar, agora, toda a sabedoria da Ilíria!...

Merlin dá um passo como se quisesse detê-lo:

MERLIN: Espera! Valeria examiná-la...
LANCELOT (voltando-se, ainda divertido, mas próximo da impaciência): É uma ave... Como milhares de outras, lá — disse a própria Alteza Real, o bom Tássio... E que é da fórmula e não se explica. *(Acaricia a ave)*
Já devia ter voado, mas era digna de ser vista, ao menos para teu consolo, Merlin! *(Ri de novo)*
MERLIN (com severidade): E os pós?
LANCELOT (tornando-se sério também): Os pós são com Idrian — mas Sua Alteza o convencerá, porque *eu* o convenci, meu caro.
(E indicando a ave): Essa é que não precisa esperar...

É nesse momento, quando ele já se encaminha para a janela, que Guinevere sai de seu espanto meio fascinado, para gritar:

GUINEVERE: Pára!... *(e lança-se para ele)*
Dá-me! Dá-me, que não vou deixar voarem... Ela e ele,

Arthur..., porque compreendi agora!...
(Olha para Merlin, triunfante, e depois para além de Merlin, para nada, com olhos de uma fixidez estranha e desagradável):
Antes de atendê-lo, morte, morrerás! Ainda não, dessa vez. Não, soando como convidada... tão próxima.
(Como quem procura em torno de si, dá duas rápidas passadas, em meia-volta): Era isso!
(e volta-se para Lancelot, com bastante firmeza, mas subindo a voz, até gritar, fora de si):
Manda limpar-lhe essa máscara... e curá-lo, agora, manda!... Manda que viva!!!

Escurece, de imediato e totalmente — podendo-se admitir algum acorde que seja a nota introdutória, após um instante de escuridão e silêncio, de um fio de música muito longínquo e *ondulante*, entre baixo e alto, irônico e melancólico. Enquanto isso, se *sente* e se ouve o movimento de pessoas no palco e logo surgem, da esquerda, as duas "criaturas de Merlin" — os pequenos corcundas, trazendo duas garrafas (que lembram retortas) cheias de líquido (vermelho e amarelo, etc.) fumegante. Segue-se Idrian, conduzindo um grosso livro aberto (ou pergaminho enrolado), que está consultando — tendo Merlin nos seus calcanhares, tentando espiar por cima de seu ombro; mas isso enquanto não se volta, uma e outra vez, fazendo sinais de "avante" ou "cuidado" para quem vem atrás, até que aparecem dois servos puxando uma espécie de carreta — com uma mesa de grossas rodas — onde se equilibra algo como um forno (vendo-se a chama) em que fervem misturas nos recipientes os mais estranhos possíveis (forma de ampola de vidro, etc.). De qualquer modo, deve ser uma concepção fantástica, que antecipe, livremente, o *laboratório* da Alquimia, unido a um instrumental de mágicos.

Algum jogo de luz, rápido, e uma dança de tochas — ou algo parecido — executada por mãos quase invisíveis (que as coloquem, depois, nos ferros da parede — constituindo parte da iluminação, como uma constelação de fogos ao fundo), podem ser utilizados paralelamente, como tudo mais que sirva à estranheza da cena. E não é apenas estranheza: ela, deve ser

dito já, representa mais e além da mera sequência dos esforços conjugados, de Merlin e Idrian, para a cura de Arthur — exigida pela Rainha, e que se dará de fato. Ela *muda-se*, torna-se na própria festa em celebração dessa cura — não sendo algo simultâneo, mas, na verdade, o *significado* de festa que se superpõe ao desse quase "ballet" da cura..., numa fusão indefinida, tocada pelo aleatório.

Assim é que o tal forno, montado sobre rodas — ou mesa de rodas — é arrastado pelos servos, sob ordens de Merlin, até o centro do palco, ao lado do trono, onde fará as vezes, também, de algum destilador de bebida. Mas, continuando a descrição da ação: ele é arrumado, portanto (e ficam Idrian, Merlin e o Príncipe se ocupando das drogas — trocando de vidro para vidro, etc.) e, em seguida, uma armação de madeira e ferro se projeta, rangente, por cima do trono — e de Arthur, sobre o qual se acende a luz já conhecida (ao passo que ele, tendo a cabeça baixa sobre o peito, vai levantando-a). Tal "armação", à falta de outra palavra, pode ter qualquer forma (quanto mais rebuscada melhor), mas sua função é simples: fazer descer quatro grossas cordas que, por um processo comum de roldanas, possam ser puxadas, por trás do trono. Isso porque, após a entrada do "carro" (e continuam entrando os figurantes já vistos, carregando canecas e copos), Guinevere e Lancelot se adiantam para o trono e esperam o parar da armação, no alto — e mais as cordas que descem a seguir — para tomar das quatro pontas de corda e começar a amarrar primeiro nos pés e, depois, nas mãos de Arthur, prendendo-o como a um fantoche nos fios que o comandam. A armação deverá lembrar, então, ora um sistema desses fios, no teatro de bonecos, e ora um instrumento de tortura medieval que puxasse por mãos e pés, forçando as articulações do corpo.

A essa altura, com a entrada de todo elenco, Merlin, Idrian e o Príncipe derramam um líquido vermelho numa última garrafa — e desse é despejado (por Idrian) numa grande taça, que passa a Merlin, que passa ao Príncipe, que, por sua vez, sobe ao trono e passa a Lancelot que, afinal, entrega a Guinevere

para que ela dê a Arthur, colocando-lhe na mão (cujos dedos ela abre e fecha sobre a taça).

Circulam outras taças, menores, canecas e copos, entre personagens e figurantes — esses se acercando do "barril-destilador" e sendo servidos, do mesmo líquido, pelos dois servos, ou servindo-se eles mesmos (o essencial é movimento no palco, no circular da bebida), mas sem que ninguém prove — esperando o momento de uma espécie de brinde. (Já é a *festa* agora). E será Guinevere, seguida de Lancelot, Merlin, Idrian e Tássio em torno do trono, nos degraus, cada um com sua taça, que levantará esse brinde (quando estão todos servidos, no palco), um sinal imediato: o ranger dos ferros da grotesca armação de que pendem as cordas — que se esticam, puxadas. Na verdade, uma somente, "levanta" um braço de Arthur (e a mão e a taça), num movimento de fantoche (com Guinevere adiantando-se, ainda, para guiar-lhe essa taça aos lábios). Bebem todos, então, num brinde silencioso. E entre esses — que devem estar todos — Cedric, o bobo. Está no palco, precisamente. Ele se colocou frente ao trono, portanto, e dando um de seus saltos, chama atenção sobre si, que se apaga a luz sobre o trono — e qualquer outra, eventual, de efeito — para restar um ponto de luz sobre o bobo que, dando outro salto, se dirige à platéia agora, como se fosse a Arthur:

> *BOBO*: Meu Rei!, concedei que também vosso bobo faça um brinde, um brinde especial!... O brinde final!, para que riam os convidados, sem os quais a vida idiota do bobo pareceria idiota de verdade.
> E dessa vez, rireis vós próprio, meu Senhor — tens, de novo, a saúde e, portanto, motivo para rir.
> O mal foi curado — por Merlin, é o que ele diz; pelo outro, é o que se sabe: porque logo adivinhou uma doença de ave... ao que parece muito rara, se só se tenta com mulher — embora cumpra variar... crescer e multiplicar-nos. Mas nunca se saberá a verdade, já que ambos são mágicos e precisam da mentira, é claro, para se manter — e nunca dirão se foi nada, até, que curou o incurável.

E vós, meu Rei — que sois quem, de fato, importa — aqui estais, são e de volta, ao vosso trono assentado, tendo ao lado a Rainha amada e o cavaleiro do lago... E o mês do mal curado passa!, mas essa gente, que só bebe se não paga, irá lembrá-lo e será sempre festejado, para que se beba à vontade — e a vossa saúde, bem claro... E ao apetite da vida, que não vos falte, porque à vida estás obrigado pelos que vos reanimaram, resgatando-vos do grande sono. E só nos deixarás, Senhor, muito além, no futuro, como os grandes Reis aprisionados... na grandeza própria, pesada, que a batalha aguardam (e nela, a fuga dissimulada)...

É o meu brinde, final: à batalha rápida!... Levanta a taça, bebe rápido, e faz a sua já conhecida vênia irônica, para a platéia, enquanto apaga-se a luz sobre ele.

CAI O PANO.

Composto e impresso nas oficinas gráficas da
Editora Universitária da Univ. Fed. de Pernambuco
Rua Acad. Hélio Ramos, 20 — Engenho do Meio
Fone: 27.03.58 — 50.000 - Recife - Pernambuco